

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	25
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	26
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	29
4.5 - Processos sigilosos relevantes	30
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	31
4.7 - Outras contingências relevantes	32
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	33

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	34
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	38
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	40
5.4 - Outras informações relevantes	41
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	44
6.3 - Breve histórico	45
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	47
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	53
6.7 - Outras informações relevantes	54
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	55
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	62
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	63
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	69
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	70
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	82
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	83
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	84
7.9 - Outras informações relevantes	85
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	86
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	88
8.3 - Operações de reestruturação	89
8.4 - Outras informações relevantes	90
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	91
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	95

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	96
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	97
9.2 - Outras informações relevantes	102
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	103
10.2 - Resultado operacional e financeiro	124
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	128
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	132
10.5 - Políticas contábeis críticas	133
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	135
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	136
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	137
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	138
10.10 - Plano de negócios	139
10.11 - Outros fatores com influência relevante	140
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	142
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	144
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	145
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	156
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	160
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	161
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	162
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	163
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	168
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	170

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	171
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	172
12.12 - Outras informações relevantes	173

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	175
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	178
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	181
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	184
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	187
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	188
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	189
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	190
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	191
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	192
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	193
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	194
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	195
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	196
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	197
13.16 - Outras informações relevantes	198

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	199
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	200
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	201

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	202
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	203
15.3 - Distribuição de capital	245
15.4 - Organograma dos acionistas	246
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	247
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	249
15.7 - Outras informações relevantes	250
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	251
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	252
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	264
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	266
17.2 - Aumentos do capital social	267
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	271
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	272
17.5 - Outras informações relevantes	273
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	275
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	277
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	279
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	280
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	281
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	284

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	285
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	286
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	287
18.10 - Outras informações relevantes	288
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	289
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	290
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	291
19.4 - Outras informações relevantes	292
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	293
20.2 - Outras informações relevantes	295
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	296
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	298
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	299
21.4 - Outras informações relevantes	300
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	301
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	302
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	303
22.4 - Outras informações relevantes	304

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Pedro Villas Boas Pileggi

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	21/01/2008
Descrição do serviço contratado	Revisão completa das demonstrações contábeis da Renova Energia e suas controladas e coligadas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31/12/2011, corresponde ao montante de R\$ 340.000,00, refere-se somente a serviços de auditoria prestados, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.

Justificativa da substituição**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor**

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Luiz Ribeiro de carvalho	01/01/2011	007.769.948-32	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21833000, Fax (11) 21833001, e-mail: jcarvalho@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

O parecer de auditoria da KPMG relativo aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 contém parágrafo de ênfase acerca do fato da Companhia elaborar suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Renova Energia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existentes em 31 de dezembro de 2008, que para fins de IFRS deveria ser registrado totalmente nos resultados.

A companhia em maio de 2011, reapresentou suas demonstrações financeiras trimestrais individuais de acordo com as práticas adotadas no Brasil e suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, dos períodos de 31 de março de 2010 e 2009, 30 de junho de 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2010 e 2009.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	646.874.305,04	288.584.136,70	138.945.084,00
Ativo Total	1.579.501.413,64	431.537.818,29	292.733.739,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	36.552.900,23	35.485.895,68	33.752.919,00
Resultado Bruto	25.663.016,72	24.983.536,31	22.210.704,00
Resultado Líquido	2.572.190,90	1.498.333,17	1.537.352,30
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	195.596.248	140.763.600	1.086.222
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	3,307192	2,050133	127,915918
Resultado Líquido por Ação	0,013150	0,010640	-1,420000

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições Não Contábeis

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2011 não apresentam conciliações em seus dados.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 EVENTOS SUBSEQÜENTES ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE:

Não houveram eventos subsequentes às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2011.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

Tendo em vista a fase inicial de suas operações, a Companhia não apresentou resultado positivo nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010. Com relação ao resultado positivo em 2011, no valor de R\$1.060 mil, foram destinados para a compensação de prejuízos acumulados em exercícios sociais anteriores, que somavam R\$20.476 mil, resultando em R\$19.416 mil como saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2011. Portanto, a Companhia não realizou distribuições de resultados no referido período

a) Regras sobre retenção de lucros

Antes de cada Assembléia Geral Ordinária, a nossa administração deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do do exercício social anterior, se existente, o qual terá sua destinação determinada pela administração da Companhia e será objeto de deliberação por nossos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Para fins da Lei das Sociedades Anônimas, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, o lucro líquido poderá ser destinado à reserva de lucros e ao pagamento de dividendos.

De acordo com o nosso Estatuto Social, os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei das Sociedades Anônimas:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembléia Geral, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva Legal conforme item (i) acima; e (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (item (ii) supra) e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores;
- (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos

3.4 - Política de destinação dos resultados

órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei das Sociedades Anônimas;

- (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembléia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (vi) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, será totalmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no Parágrafo Único, infra, deste art. 51 e no art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas.

A Reserva de Investimentos tem a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social, a capacidade de investimento da Companhia e a manutenção da participação da Companhia em suas controladas e coligadas, e deve observar o limite previsto no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas e poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição da Reserva Legal e da Reserva para Contingências, bem como reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais de emissão da Companhia não têm prioridade no recebimento de dividendos, o que exclui a possibilidade de virem a adquirir o direito de voto mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos no período de três exercícios sociais consecutivos.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Por determinação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares ou juros sobre capital próprio da Companhia. O Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do Conselho de Administração, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

3.4 - Política de destinação dos resultados

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais aplicáveis à Companhia.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 não foram declarados dividendos pela Companhia.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	915.396.000,00	Índice de Endividamento	57,95475910	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	155.936.000,00	126.284.000,00	94.462.000,00	538.714.000,00	915.396.000,00
Garantia Flutuante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirografárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	155.936.000,00	126.284.000,00	94.462.000,00	538.714.000,00	915.396.000,00

Observação
As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas.

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) com relação à Companhia

Nossos parques eólicos em implantação estão sujeitos a riscos financeiros e operacionais.

Dentre as significativas incertezas e riscos em relação aos parques eólicos em implantação, temos os riscos financeiros associados à diferença entre a energia por nós gerada e a energia contratada, cujos eventuais desvios serão por nós assumidos. Tal diferença poderá decorrer da: (i) ocorrência de ventos em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto; (ii) entrada em operação comercial dos parques eólicos em implantação em datas posteriores às previstas nos contratos de energia; e (iii) indisponibilidade de aerogeradores em nível superior aos índices de desempenho de referência.

Os nossos parques eólicos em implantação devem também, de acordo com os leilões LER 2009, LER 2010 e LEN A-3 2011, atender a um cronograma de entrada em operação, estabelecido nos editais dos leilões, nos atos autorizativos do poder concedente e nos CER e CCEAR celebrados. No caso de descumprirmos o cronograma, a ANEEL poderá aplicar penalidades e, em caso extremo, poderá ainda revogar a autorização outorgada.

De acordo com as disposições do CER e do CCEAR, alguns eventos constantes do cronograma, tais como o não início da operação comercial dos nossos parques eólicos em implantação até no máximo 1 (um) ano após a data prevista, poderão gerar, ainda, rescisão dos contratos.

Caso ocorra atraso no início da operação comercial dos parques eólicos referentes ao LEN A-3 2011, seremos obrigados a repor energia aos compradores dos CCEAR por meio de contratos bilaterais de compra de energia, o que poderá causar um efeito material adverso em nossa Companhia.

Nossos negócios podem ser adversamente afetados caso não ocorram ou não sejamos vencedores de novos leilões para a comercialização de energia por fontes renováveis.

Nosso Plano de Negócios tem como um dos meios de crescimento a participação em leilões de contratação de energia no ACR. Se o Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, não formos vencedores desses leilões, nossa estratégia de crescimento poderá ser negativamente impactada.

Nossa estratégia de negócios poderá ser afetada de modo adverso por vários fatores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossa capacidade de crescimento e de apresentar resultados atrativos está condicionada ao desempenho dos empreendimentos em operação, à conclusão de nossos parques eólicos em implantação e na maturação do portfólio de energia renovável da Companhia.

Além disso, nossos resultados futuros estão sujeitos a incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, regulatório e operacional. Essas incertezas decorrem, dentre outros fatores, do caráter cíclico de preços de (i) insumos típicos da atividade de construção civil, inclusive para a construção de centrais geradoras de energia eólica e PCHs, (ii) bens de capital necessários para tais projetos e (iii) outras fontes de energia, incluindo preços de petróleo e gás. Assim, podemos enfrentar fatores e circunstâncias imprevisíveis que gerem um efeito adverso sobre nós.

Nosso nível de endividamento e nossa estrutura de financiamento poderão nos afetar adversamente.

Os investimentos necessários para a construção de novos empreendimentos de geração de energia exigem alto volume de investimento, o que poderá nos levar a um alto nível de endividamento. Se isso ocorrer, variações adversas significativas nos indexadores dos nossos financiamentos futuros, inclusive em decorrência de [aumento de inflação ou taxa de juros], causando um aumento de nossas despesas com encargos de dívida, poderão reduzir nosso lucro líquido e, conseqüentemente, os valores disponíveis para distribuição aos nossos acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos.

Além disso, a estrutura de financiamento dos projetos que desenvolvemos inclui, usualmente, a criação de um pacote de garantias que inclui a criação de ônus sobre: (i) recebíveis do projeto; (ii) das ações de nossas sociedades controladas de propósito específico que desenvolvem o respectivo projeto; e (iii) dos imóveis onde eles se localizam, dentre outras garantias. Em caso de inadimplemento de nossas obrigações financeiras, tais garantias podem ser executadas, o que pode ter um efeito adverso sobre nós.

Por fim, alguns de nossos contratos de financiamento podem incluir restrições a nós e às nossas controladas quanto ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, o que pode comprometer nossa habilidade de fazer distribuições para nossos acionistas.

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, exigirão capital adicional, que talvez não esteja disponível ou, caso disponível, poderá não estar em condições favoráveis.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, exige quantidade significativa de investimento em capital fixo. Será necessário que busquemos capital adicional, quer mediante a emissão de títulos de dívida ou tomada de empréstimos, quer mediante a emissão de ações ou Units. Nossa capacidade futura de captação de capital dependerá de nossa rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica mundial, incluindo a brasileira, que são afetadas por fatores fora de nosso controle. É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso disponível, poderá não estar em condições favoráveis. Se financiarmos nossas atividades por meio de empréstimos, é provável que valores mobiliários ou linhas de crédito sejam regidos por escritura de emissão ou por outro instrumento contendo obrigações que restrinjam nossa flexibilidade operacional. A restrição à captação em condições aceitáveis à nossa empresa poderá ter um efeito adverso sobre nós. Ademais, caso incorramos em endividamento adicional, os riscos associados com nossa alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguirmos gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso relevante sobre nós.

Poderemos ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

Poderemos ser responsabilizados por perdas e danos causados a terceiros. Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância de nossos subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante nossa Companhia ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para nós. Além disso, não podemos assegurar que seremos capazes de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso sobre nós.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá nos impedir, ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso sobre nós.

Poderemos não ser capazes de comercializar toda a energia dos projetos de nosso portfólio incluídos em nosso plano de negócios.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As autorizações que detemos para projetos já registrados na ANEEL, sem contar com nossos parques eólicos em implantação e nossas três PCHs em operação, não nos conferem qualquer garantia presente ou futura de mercado consumidor para nossa produção de energia elétrica, no todo ou em parte. Nossas vendas de energia elétrica, além dos contratos já firmados, estão sujeitas à existência de demanda suficiente do mercado consumidor e condições de mercado que viabilizem a implantação de novos empreendimentos.

Nossos investimentos em projetos de geração de energia elétrica são e serão baseados na expectativa de aumento da demanda no Brasil por energia elétrica nos próximos anos, conforme estimativas divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Contudo, esse aumento da demanda poderá não ocorrer ou ser inferior ao inicialmente estimado por nós.

Além disso, um eventual aumento da demanda, seja ela inferior, igual ou superior ao aumento por nós estimado, poderá ser atendida por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como geração térmica, grandes hidrelétricas, dentre outros, que possuam preços de venda de energia mais competitivos.

Caso não sejamos capazes de comercializar a totalidade da energia dos projetos do nosso portfólio, podemos ter uma redução de nossa receita estimada, o que pode gerar um efeito adverso sobre nós.

Não somos proprietários das terras nas quais serão instalados nossos parques eólicos, inclusive nossos parques eólicos em implantação, e, assim, firmamos contratos de arrendamento dessas terras, com relação aos quais estamos sujeitos a certos riscos.

Não somos proprietários das terras nas quais serão instalados nossos parques eólicos, inclusive nossos parques eólicos em implantação, e, assim, firmamos contratos de arrendamento com diversos detentores dessas terras. Em vista disso, a propriedade de qualquer das terras a nós arrendadas pode ser questionada, gerando efeitos adversos para nossos negócios.

Nosso crescimento depende de nossa capacidade de atrair e manter pessoal técnico e administrativo altamente qualificado.

Dependemos altamente dos serviços de pessoal técnico na execução de nossa atividade de desenvolvimento de projetos. Se perdermos os principais integrantes desse quadro de pessoal, teremos de atrair e treinar pessoal adicional para nossa área técnica, o qual pode não estar disponível no momento de nossa necessidade ou, se disponível, pode ter um custo elevado para nós. A demanda por pessoal técnico tem aumentado e nós concorreremos por esse tipo de mão-de-obra em um mercado global desses serviços. Se não conseguirmos atrair e não mantivermos o pessoal essencial de que precisamos para

4.1 - Descrição dos fatores de risco

expansão de nossas operações, poderemos ser incapazes de administrar nossos negócios de modo eficiente, o que pode ter um efeito adverso sobre nós.

b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses de nossos Acionistas Controladores podem ser conflitantes com os interesses dos investidores.

Nossos Acionistas Controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e, exceto por situações específicas previstas na Lei das Sociedades por Ações e observada a disciplina do conflito de interesses no exercício do direito de voto, determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades Anônimas. Nossos Acionistas Controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores, e, mesmo em tais casos, o interesse dos nossos Acionistas Controladores pode prevalecer.

c) com relação aos seus acionistas

Nossas ações preferenciais não virão a ter direito de voto caso não sejam pagos dividendos

Conforme previsto no § 1º do artigo 111 da Lei das Sociedades Anônimas, ações preferenciais sem direito a voto e com direito a dividendo prioritário fixo ou mínimo, adquirem o exercício a este direito se a companhia, pelo prazo máximo de 3 exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que tais ações tenham direito.

De acordo com nosso Estatuto Social, os dividendos atribuídos às ações preferenciais não são dividendos prioritários fixos ou mínimos, o que as exclui da possibilidade de voto em caso de não pagamento de dividendos. Neste sentido, nosso Estatuto Social veda expressamente o direito de voto das ações preferenciais, mesmo no caso de não pagamento de dividendos. Assim, nossas ações preferenciais não virão a ter direito de voto em caso de não pagamento de dividendos.

Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro, através da emissão de ações ou Units, o que poderá resultar em uma diminuição no valor de nossas Units e na diluição da participação do investidor no nosso capital social.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos vir a necessitar de recursos adicionais no futuro através de operações de emissão pública ou privada de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas, o que pode afetar o preço de nossas ações e Units e resultar na diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Os detentores das nossas Units podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar a nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, sob forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Em determinadas circunstâncias, contudo, podemos não ser capazes de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao nosso dividendo obrigatório. Dentre elas:

- caso o lucro líquido seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades Anônimas;
- caso nosso Conselho de Administração informe à Assembléia geral ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;
- caso o fluxo de caixa e os lucros de nossas controladas, bem como a distribuição desses lucros para nós sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio, não ocorra, fazendo com que nosso dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; e/ou
- a existência atual ou no futuro de restrições em nossos contratos de financiamento à distribuição de dividendos.

Dessa forma, detentores de ações ou Units podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em tais circunstâncias ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

d) com relação à suas controladas e coligadas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os riscos relacionados às controladas diretas/indiretas da companhia são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da companhia. Na data deste Formulário de Referência, a companhia não tinha qualquer coligada.

e) com relação a seus fornecedores

Utilizamos prestadores de serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de nossas centrais geradoras de energia elétrica. Caso estes serviços não sejam adequadamente executados, nossos resultados poderão ser afetados adversamente.

Celebremos contratos de prestação de serviços de construção e serviços de operação e manutenção de nossas centrais geradoras de energia elétrica com prestadores de serviço que acreditamos ter elevada reputação no setor elétrico. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em nos prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) provocar inadimplemento em nossas obrigações regulatórias, (ii) colocar em risco a preservação de nossas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das nossas centrais aerogeradoras e hidrogenadoras, conseqüentemente, sujeitando nossas controladas a menor receita de vendas e passíveis de pagamento de multas e penalidades previstas em seus contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, causando um efeito adverso sobre nós. Ademais, a rescisão desses contratos de construção ou operação e manutenção, ou nossa incapacidade de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso sobre nós.

Decisões judiciais contrárias à terceirização de alguma atividade da companhia atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar efeito adverso para a companhia

Podemos ser considerados, e subsidiariamente responsáveis por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por nossos prestadores de serviços terceirizados, o que pode ter um efeito adverso sobre nós. Ademais, caso as nossas prestadoras de serviço causem algum dano ambiental, podemos ser também solidariamente responsabilizados por sua reparação na esfera civil. Por fim, não podemos garantir que empregados dos prestadores de serviços terceirizados não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco, o que poderá causar um efeito adverso sobre nós.

f) com relação a seus clientes

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossa atual receita operacional depende dos contratos de compra e venda de energia celebrados com a Eletrobrás.

Atualmente, nossa receita operacional depende de nossos contratos celebrados com a Eletrobrás, cujo objeto é a venda, no âmbito do PROINFA, da energia elétrica gerada por nossas 3 PCHs em operação pelo prazo de 20 anos contados da data de suas respectivas entradas em operação comercial. Caso (i) a Eletrobrás deixe de cumprir com sua obrigação de pagamento com relação a tais contratos; ou (ii) tais contratos sejam rescindidos em hipóteses que não ensejem reparação dos valores devidos à Companhia e não sejamos capazes de vender tal energia a terceiros, nossa atual receita operacional será afetada, o que pode afetar adversamente nossa capacidade de adimplir nossas atuais obrigações financeiras.

g) com relação aos setores de atuação

Atuamos em um ambiente altamente regulado, que concede ampla discricionariedade ao poder concedente.

A implementação da nossa estratégia de crescimento e a condução de nossas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podemos citar:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de autorizações para exploração de potenciais eólicos e hidrelétricos;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte dos governos federal ou estadual, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para aquisição de energia elétrica nos ambientes de contratação regulado e livre, entre outras alterações de natureza regulatória; e
- alterações a outras normas aplicáveis a nossos negócios.

Adicionalmente, não podemos assegurar as ações que serão tomadas pelo governo federal e estaduais no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema energético brasileiro, e em que medida tais ações poderão nos afetar adversamente.

Qualquer medida regulatória significativa por parte das autoridades competentes poderá impor um ônus relevante sobre nossas atividades e causar um efeito adverso sobre nós. Na medida em que não formos capazes de repassar aos nossos clientes os custos decorrentes da edição de novas leis e regulamentos, nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Poderemos incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

Procuramos cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis às nossas atividades e que possuímos todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de nossas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá nos sujeitar à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, ao pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob nosso controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre nós. Além disso, o Governo Federal e os governos dos Estados onde atuamos poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às nossas atividades. Por exemplo, essas regras poderão, no limite, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental de nossa atividade, bem como, na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde atuamos, nos levando a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras, podendo causar um efeito adverso sobre nós.

Nossa estratégia de crescimento poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

Nossa estratégia de crescimento envolve a expansão de nossos negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos de geração de energia por fontes renováveis. Além disso, é impossível assegurar que teremos sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que enfrentamos uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios a nosso controle, é impossível assegurar que teremos sucesso em todas as oportunidades de crescimento que procuraremos explorar neste segmento. Nossa eventual incapacidade de implementar nossa estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre nós.

h) com relação à regulação do setor de atuação

Nossos negócios podem ser adversamente afetados caso não ocorram ou não sejamos vencedores de novos leilões para comercialização de energia por fontes renováveis.

Nosso Plano de Negócios tem como um dos meios de crescimento a participação em leilões de contratação de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. Se o

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, não formos vencedores desses leilões, nossa estratégia de crescimento poderá ser negativamente impactada.

i) com relação aos países estrangeiros

Não aplicável, uma vez que a atuação da Companhia é restrita ao Brasil.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Expectativas de redução ou aumento da exposição aos riscos:

A Companhia monitora constantemente os riscos do seu negócio e que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica. Administramos de forma conservadora nossa posição de caixa e nosso capital de giro. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: i) que não estão sob sigilo, e ii) são relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas:

A Companhia é parte em 04 processos administrativos junto a órgãos ambientais da esfera estadual e federal, conforme abaixo detalhado:

Processo nº 2009-013668/TEC/AIIN-0053	
a. juízo	Instituto do Meio Ambiente – IMA
b. instância	N/A
c. data de instauração	14.04.2009
d. partes no processo	Renova Energia S.A. X Instituto do Meio Ambiente – IMA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração em campo por supressão de vegetação nativa de Cerrado em APP do Rio das Ondas, sem necessárias anuências, autorizações ou licenças ambientais ou registros ou em desacordo com os mesmos.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Possibilidade da perda de direito de uso do local para estudos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R\$ 2.000,00

Processo nº 2009-013673/TEC/AIMU-0222	
a. juízo	Instituto do Meio Ambiente – IMA
b. instância	N/A
c. data de instauração	17.04.2009
d. partes no processo	Renova Energia S.A. X Instituto do Meio Ambiente – IMA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração de multa devido à intervenção de supressão de vegetação nativa do Cerrado (picadas) em fração de hectare em APP do Rio das Ondas, sem licença ou autorização de órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida conforme determina as normas legais e regulamentos pertinentes, com efetivo impacto ao meio ambiente local.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Possibilidade de perda do direito de uso do local para estudos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R\$ 57.670,36

Processo nº 02029.000509/2009-14	
a. juízo	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
b. instância	N/A
c. data de instauração	05.05.2009
d. partes no processo	Renova Energia S.A. X Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis –

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	IBAMA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração sob o fundamento de realizar pesquisa e intervenções físicas em desacordo com os objetivos da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins e seu regulamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Possibilidade de perda do direito de uso do local para estudos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R\$ 10.473,76

Processo nº 02029.000510/2009-31	
a. juízo	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
b. instância	N/A
c. data de instauração	05.05.2009
d. partes no processo	Renova Energia S.A. X Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração sob o fundamento de causar dano à Unidade Conservadora Federal de Proteção Integral Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins por realizar supressão da cobertura vegetal e perfuração de solo.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Possibilidade de perda do direito de uso do local para estudos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R\$ 5.818,76

O Ministério Público Federal ofereceu, em 15 de abril de 2011, denúncia contra a Companhia e o Sr. Ricardo Lopes Delneri, que era Diretor Co-Presidente da Companhia na época, a qual está em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, por suposto crime contra a ordem econômica, tributária e por alegada infração aos artigos 38 e 40 da Lei dos Crimes Ambientais, em virtude de trabalho de sondagem realizado no interior da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, conforme abaixo:

Processo nº 3170-30.2011.4.01.4300	
a. juízo	1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Tocantins
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	15.04.2011
d. partes no processo	Ministério Público Federal X Ricardo Lopes Delneri (Presidente do Conselho de Administração da Companhia), Renova Energia S.A. e Geomaster Engenharia de Solo Ltda. e seus representantes legais.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	Alegada infração dos artigos 38 e 40 da Lei dos Crimes Ambientais em virtude de trabalho de sondagem realizado no interior da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins. A denúncia foi recebida e os acusados foram intimados a apresentar resposta à acusação. Em 6 de julho de 2011 foi protocolada resposta à acusação requerendo a absolvição sumária do Sr. RICARDO,

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>uma vez que a denúncia não descreveu sua conduta, imputando-lhe a prática do crime exclusivamente em razão de sua função de Presidente, incidindo na tão rechaçada responsabilidade objetiva. Foi apresentada também resposta da pessoa jurídica RENOVA requerendo, igualmente, a absolvição sumária em razão da inépcia da inicial acusatória, que, ao deixar de descrever a conduta típica da pessoa física, afetou também as imputações relativas à pessoa jurídica. No último dia 19 de janeiro foi proferida decisão negando a absolvição sumária em razão a todos os acusados e determinando o prosseguimento da ação penal. Foi também designado o dia 7 de maio de 2012 para inquirição das testemunhas de acusação e determinada a expedição de cartas precatórias para oitiva das testemunhas de defesa e interrogatório dos acusados. Em virtude de decisão liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça em autos do <i>habeas corpus</i>, a ação penal se encontra suspensa desde o dia 15 de fevereiro de 2012.</p>
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Aplicação pena restritiva de direitos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	N/A

Adicionalmente, encontra-se em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça, um Habeas Corpus que suspendeu o andamento da Ação Penal acima referida, conforme detalhes abaixo:

Processo nº 233.069	
a. juízo	Superior Tribunal de Justiça
b. instância	N/A
c. data de instauração	10.02.2012
d. partes no processo	Ricardo Lopes Delneri (Presidente do Conselho de Administração) X TRF – 3ª Região
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
f. principais fatos	<p><i>Habeas corpus</i> impetrado em favor do Sr. RICARDO LOPES DELNERI por estar sofrendo constrangimento penal ilegal imposto pelo Tribunal Regional Federal da Terceira Região, que denegou a ordem <i>writ</i> nº 0032414-03.2011.401.0000, mantendo em curso ação penal calcada em denúncia formalmente inepta e carente de justa causa. Foi concedida medida liminar com o fim de sustar o andamento da ação penal. Após as informações prestadas pelo TRF, os autos foram remetidos à Procuradoria-Geral da República, de onde retornaram no último dia 23 de março com parecer pela concessão da ordem para trancamento da ação penal. Os autos se encontram agora conclusos ao Relator aguardando julgamento.</p>
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda, será impetrado novo <i>habeas corpus</i> no Supremo Tribunal Federal.
i. valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: (a) juízo; (b) instância; (c) data de instauração; (d) partes no processo; (e) valores, bens ou direitos envolvidos; (f) principais fatos; (g) se a chance de perda é: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota; (h) análise do impacto em caso de perda do processo; e (i) valor provisionado, se houver provisão:

Não há nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral que não estejam sob sigilo, em face da Companhia ou suas controladas que as partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

A Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros:

a) Valores envolvidos

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

b) Valor provisionado, se houver

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

c) Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS NOS ITENS ANTERIORES:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DA COMPANHIA E REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA ESTÃO CUSTODIADOS, IDENTIFICANDO: I) RESTRIÇÕES IMPOSTAS AOS EXERCÍCIOS DE DIREITOS POLÍTICOS E ECONÔMICO; II) RESTRIÇÕES À CIRCULAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DOS VALORES MOBILIÁRIOS; (III) HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DE REGISTRO; E (IV) OUTRAS QUESTÕES DO INTERESSE DOS INVESTIDORES

A Companhia não possui valores mobiliários custodiados em outros países.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, sobre os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às futuras autorizações para exploração de novos empreendimentos de geração de energia que são necessárias para a realização de nossos investimentos. Assim, é possível que tenhamos que nos sujeitar a aumentos não previstos em nossos custos.

Atualmente, as autorizações cedidas pelo poder público para construção e operação de empreendimentos de geração de energia, concedem o direito de exploração por prazo determinado, limitado a até 30 ou 35 anos (no caso de empreendimentos eólicos), bem como estabelecem direitos e obrigações do autorizado incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras de implantação das instalações de geração, incluindo a realização dos estudos ambientais e obtenção das licenças ambientais, construção e operação das instalações de geração. Além disso, a autorização estabelece a obrigação do autorizado se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga permitem algum nível de discricionariedade para alterar unilateralmente certas condições das autorizações concedidas, incluindo custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros. Nossos custos poderão ser aumentados como resultado de alteração unilateral dos termos de autorização, podendo nos afetar adversamente. Não temos como quantificar o risco envolvido, dada a discricionariedade e unilateralidade referente à decisão de tais eventos.

A ANEEL poderá não nos conceder as autorizações necessárias para desenvolver nossos projetos e, nas situações em que obtivermos as autorizações, poderemos ser penalizados pela ANEEL em caso de descumprimento das disposições de nossas autorizações.

Nossas atividades de geração são realizadas de acordo com termos de autorizações firmados com o Poder Concedente, os quais têm término definido de 30 ou 35 anos (no caso de empreendimentos eólicos) após a publicação de cada autorização e cuja outorga ou renovação são feitas a critério da ANEEL, mediante nossa solicitação. Com base nas disposições de nossos termos de autorizações e na legislação aplicável, a ANEEL poderá não nos outorgar as autorizações necessárias para desenvolver nossos projetos ou, em caso de descumprimento de qualquer disposição de referidos termos de autorizações, esta poderá nos impor penalidades que, dependendo da gravidade do descumprimento, poderão incluir: advertências, multas, interdição das instalações, embargos à construção de novas instalações ou aquisição de novos equipamentos,

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

restrições à operação de instalações e equipamentos existentes, suspensão temporária de obtenção de novas autorizações ou revogação da autorização.

A não outorga das autorizações necessárias para desenvolver nossos projetos, a extinção antes do prazo final de quaisquer de nossas autorizações, a imposição de multas ou penalidades pela ANEEL poderão causar um efeito adverso sobre nós. Até o momento, não fomos multados e/ou penalizados pela ANEEL. Não temos como quantificar o risco envolvido em eventual penalidade.

Novas regras para a venda de energia elétrica e condições de mercado poderão, no futuro, afetar os preços de venda de energia elétrica por nós praticados.

Segundo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, nossas geradoras deverão vender eletricidade no Ambiente de Contratação Regulada, ou ACR, por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL, ou no Ambiente de Contratação Livre, ou ACL. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico permite às distribuidoras adquirentes de eletricidade negociada pelas geradoras no Ambiente de Contratação Regulada, reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de Consumidores Potencialmente Livres do Mercado Regulado para o Mercado Livre; (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, após dois anos da declaração de demanda inicial, sendo que neste caso a redução poderá atingir até 4% por ano do montante inicialmente contratado; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de 17 de março de 2004. Caso as distribuidoras que venham a ter contratos de fornecimento de energia conosco decidam reduzir o montante de energia contratada, poderemos ser adversamente afetados. Não temos como quantificar o risco envolvido.

Caso ocorram alterações nas regras de venda de energia elétrica, alterações de condições de mercado ou outros fatores relacionados, em que a Companhia não possa negociar a venda de toda a sua capacidade geradora nos leilões do ACR ou no ACL, a Companhia poderá ser compelida a vender sua capacidade excedente no mercado à vista, onde os preços estão sujeitos a uma volatilidade significativa. Se isso ocorrer em períodos em que os preços no mercado à vista estejam em baixa, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso. Não temos como quantificar o risco envolvido.

Novas regras ou condições para aquisição, utilização ou financiamento de equipamentos relacionados à implementação de projetos de geração de energia poderão, no futuro, afetar negativamente os negócios da Companhia.

Atualmente, os aerogeradores e outros equipamentos adquiridos para implementação de nossos parques eólicos foram ou são passíveis de financiamento FINAME junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o qual apresenta condições e custos favoráveis comparados a outros financiamentos disponíveis no mercado. Caso os fornecedores de tais equipamentos sejam descredenciados desta linha

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

de financiamento, os novos equipamentos disponíveis no mercado não atinjam os requisitos mínimos de elegibilidade para tal financiamento, como índice mínimo de nacionalização, ou qualquer outra medida regulatória ou governamental crie requisitos adicionais para a aquisição, financiamento e/ou utilização de equipamentos de geração de energia elétrica em projetos nacionais, incluindo mas não se limitando a maiores índices de nacionalização ou outras medidas destinadas a fomentar a indústria nacional, os custos de implementação de novos projetos eólicos poderão ser majorados e afetar negativamente a Companhia. Não temos como quantificar o risco envolvido, dado o desconhecimento da Companhia do tamanho do impacto de potenciais mudanças nas condições de financiamento de equipamentos dentro da cadeia produtiva de projetos eólicos.

Riscos relacionados à inflação e à taxa de juros

No passado, o Brasil registrou altos índices de inflação. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M caiu de 20,1% em 1999 para 5,1% em 2011, e o Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo - IPCA caiu de 8,9% em 1999 para 6,50% em 2011. Entre 2007 e 2012 as taxas de juros foram de 11,25%, 13,75%, 8,75%, 10,75%, 11,00%, e 7,25% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM. Qualquer aumento da taxa de juros poderia afetar negativamente nosso lucro e resultado de operações, podendo aumentar o custo associado ao financiamento de nossas operações.

Eventuais futuras medidas do Governo Federal, incluindo a redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e medidas para ajustar ou fixar o valor do real, poderão desencadear aumentos de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, o mecanismo de reajuste anual das receitas de suas controladas com base na inflação, previsto em seus respectivos contratos de concessão, poderá não ser suficiente para protegê-las inteiramente contra os efeitos do aumento de inflação.

Além disso, na hipótese de aumento de inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar significativamente as taxas de juros oficiais. A alta das taxas de juros poderá impactar no custo de captação de empréstimos pela Companhia e por suas controladas, como também no custo do endividamento atual de suas controladas, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento de obrigações assumidas pela Companhia, na medida em que reduzirá sua disponibilidade de caixa.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Em 31 de dezembro de 2011, as dívidas consolidadas em reais da Companhia eram atreladas principalmente à taxa de juros associadas ao CDI ou TJLP, e totalizavam R\$151,0 milhões e R\$652,1 milhões, respectivamente.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando: (a) riscos para os quais se busca proteção; (b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*); (c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*); (d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; (e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos; (f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos; e (g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

a) riscos para os quais se busca proteção;

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades.

b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos nossos ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural de suas atividades.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural de suas atividades.

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural de suas atividades.

e) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural de suas atividades.

f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela administração visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado, por meio de auditoria e acompanhamento da implementação de ações necessárias para minimização desses riscos.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e *Compliance*, o qual assessora o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como na revisão das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente o Comitê Financeiro, o qual assessora o Conselho de Administração nas atividades de avaliação da gestão financeira da Companhia, assim como as suas operações de financiamento.

g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado são monitoradas de forma contínua, conforme mencionado anteriormente no item “f” acima.

Embora a Companhia não possua uma política específica de gerenciamento de riscos, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos.

* * *

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Em relação ao último exercício social, informações sobre alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes

Riscos Relacionados ao Brasil

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como os nossos negócios.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Por exemplo, o Real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao Dólar, embora o Real tenha valorizado 11,8%, 8,7% e 17,2% com relação ao Dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 32% frente ao Dólar, tendo fechado em R\$2,336 por US\$1,00 em 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2009, com a recuperação do país frente a crise, observou-se a valorização de 25,3% da moeda brasileira frente ao Dólar, cuja taxa passou a R\$1,7412 por US\$1,00. Em 31 de março de 2010, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,7810 por US\$1,00, em 31 de março de 2011 a taxa de câmbio era de R\$1,6270. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,88 por US\$1,00. Não podemos garantir que o Real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao Dólar novamente.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como nos afetar adversamente.

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem nos afetar adversamente.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. O governo brasileiro poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo governo brasileiro para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias,

5.4 - Outras informações relevantes

desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado de nossas operações e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como as que foram impostos em 1989 e no início de 1990;
- flutuações cambiais;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- alterações das normas trabalhistas
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- política fiscal;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão nos afetar adversamente.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado das nossas Units.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

5.4 - Outras informações relevantes

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o preço de mercado de nossos valores mobiliários, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

* * *

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	12/12/2006
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/08/2008

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

Constituição do Consórcio Enerbras & WM e da Renova Energia S.A.

Em 2001, os Srs. Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo constituíram a Enerbras Comercializadora de Energia Ltda., atualmente denominada Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), dando início à sua atuação na prospecção de aproveitamentos hidrelétricos. A Enerbras é atualmente uma sociedade controlada diretamente pela Companhia.

Em 2003, a Enerbras constituiu, juntamente com a Watermark Engenharia e Sistemas Ltda. (“Watermark”), consórcio para implantação, desenvolvimento e construção de 3 (três) Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) da Companhia localizadas na região do extremo sul da Bahia, entre os municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

Em 2004, o referido consórcio foi transformado em uma sociedade por ações denominada Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), controlada pela Enerbras e pela Watermark, cuja finalidade era deter a autorização de geração de energia por meio das referidas 3 (três) PCHs.

Em 2005, a Enerbras adquiriu a participação societária da Watermark na Espra, tornando-se detentora da totalidade das ações da Espra. Atualmente, a Espra é uma sociedade controlada indiretamente pela Companhia.

Em 06 de dezembro de 2006, a Companhia foi constituída a partir de uma reorganização societária do grupo para tal finalidade, tendo como objetivo primordial a atuação da Companhia em geração de energia por fontes renováveis.

Transferência de Ações – Renova e RRI

Em 27 de novembro de 2007, foi realizada a transferência da totalidade das ações da Companhia, até então detidas por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, para a RRI Participações S.A. (“RRI”), sociedade *holding* detida exclusivamente por eles.

Primeiro Investimento – InfraBrasil

Em 20 de dezembro de 2007, o InfraBrasil – Fundo de Investimento em Participações (“InfraBrasil”), aportou 30 milhões de reais no capital social da RRI Participações. Após tais mudanças, a RRI Participações passou a ter dois acionistas relevantes, sendo estes: (i) a RR Participações, com participação equivalente a 91,89% do seu capital social; e (ii) o InfraBrasil, com participação equivalente a 8,10% do seu capital social.

6.3 - Breve histórico

Segundo Investimento – InfraBrasil

Em 29 de maio de 2009, o InfraBrasil aportou cerca de 161 milhões de reais no capital social de sua controlada direta, Hourtin Holdings S.A. (“Hourtin Holdings”), sendo que a RRI passou a ser controladora direta da Renova e a Hourtin Holdings controladora indireta da Companhia.

Incorporação da RRI e Hourtin Holdings pela Companhia

Em 29 de maio de 2009, a Companhia incorporou sua controladora RRI, passando a Hourtin Holdings a ser a controladora direta da Companhia. Em 15 de janeiro de 2010, foi aprovada a incorporação de sua controladora direta Hourtin Holdings, passando o InfraBrasil a deter participação direta de 32,2% no capital social da Renova.

Registro de Companhia Aberta e Oferta Pública de Ações

Em maio de 2008, a Renova protocolizou pedido de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o qual foi concedido em agosto de 2008.

Em 13 de julho de 2010 a Renova realizou oferta pública primária de distribuição de certificados de depósito de ações, tornando-se a única empresa dedicada a energia renovável do Brasil a ter suas ações listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

Aumento de Capital e Investimento pela Light

No âmbito da operação anunciada ao mercado em 08 de julho de 2011, a Light, por meio de sua subsidiária Light Energia S.A. (“Light Energia”), realizou a integralização de 50.561.797 (cinquenta milhões, quinhentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e sete) de ações ordinárias emitidas pela Renova mediante aporte do valor de R\$359.999 mil (“Investimento Light”).

O Investimento Light foi parte do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Renova em 17 de agosto de 2011 e homologado em 25 de outubro de 2011, no montante total de R\$376.044 mil, mediante a emissão de 52.815.211 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e quinze mil, duzentas e onze) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 (sete reais e doze centavos) por cada ação ordinária (“Aumento de Capital”).

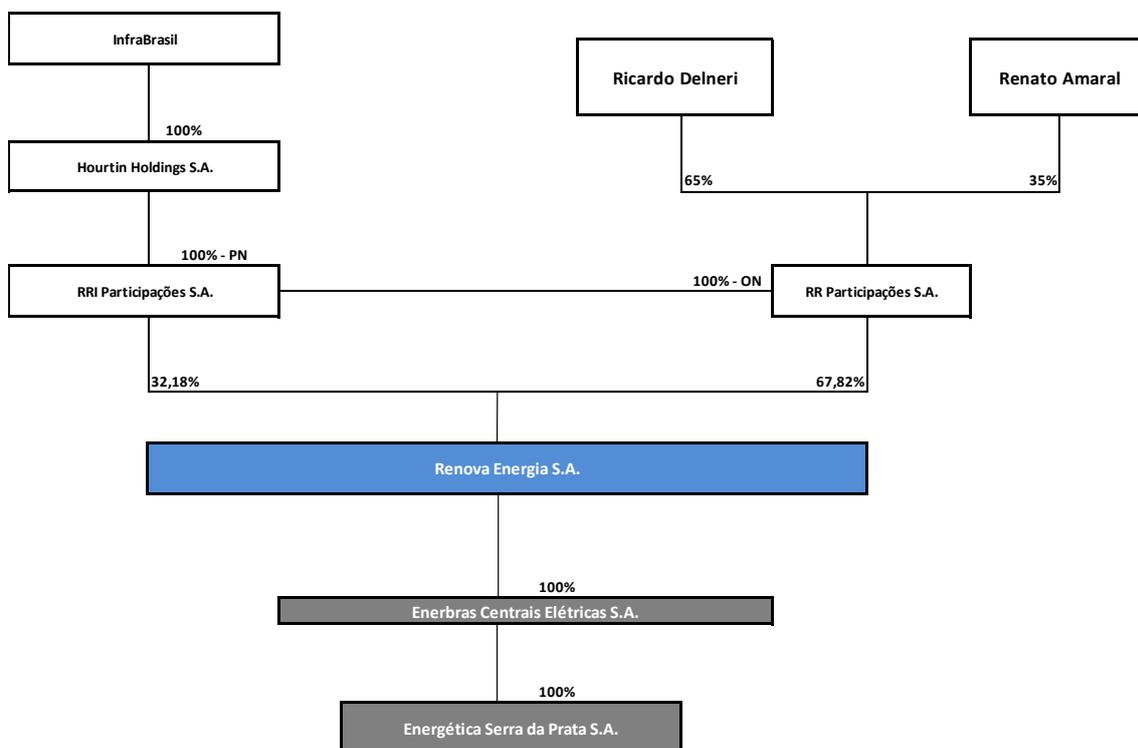
Para maiores informações sobre as reorganizações societárias, vide itens 6.5 e 6.7 deste Formulário de Referência.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: (a) evento; (b) principais condições do negócio; (c) sociedades envolvidas; (d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e (e) quadro societário antes e depois da operação

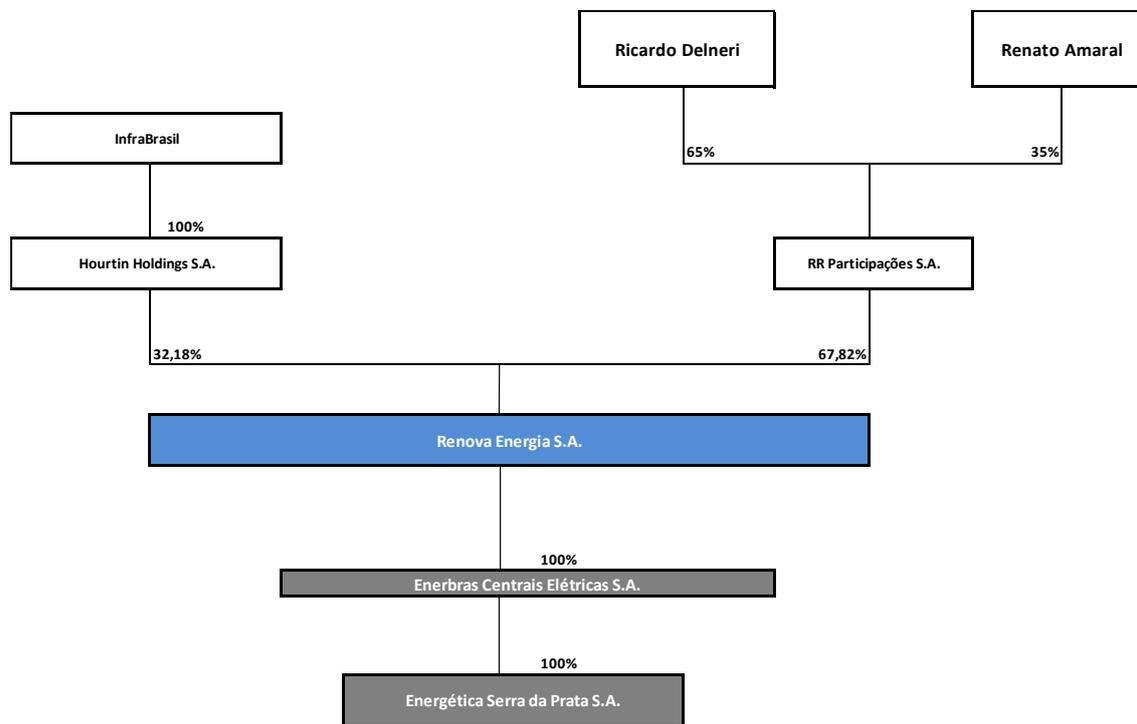
Incorporação RRI e Hourtin Holdings

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada a incorporação da RRI por sua controlada direta Renova. Antes da incorporação da RRI, a estrutura societária da Renova era a seguinte:

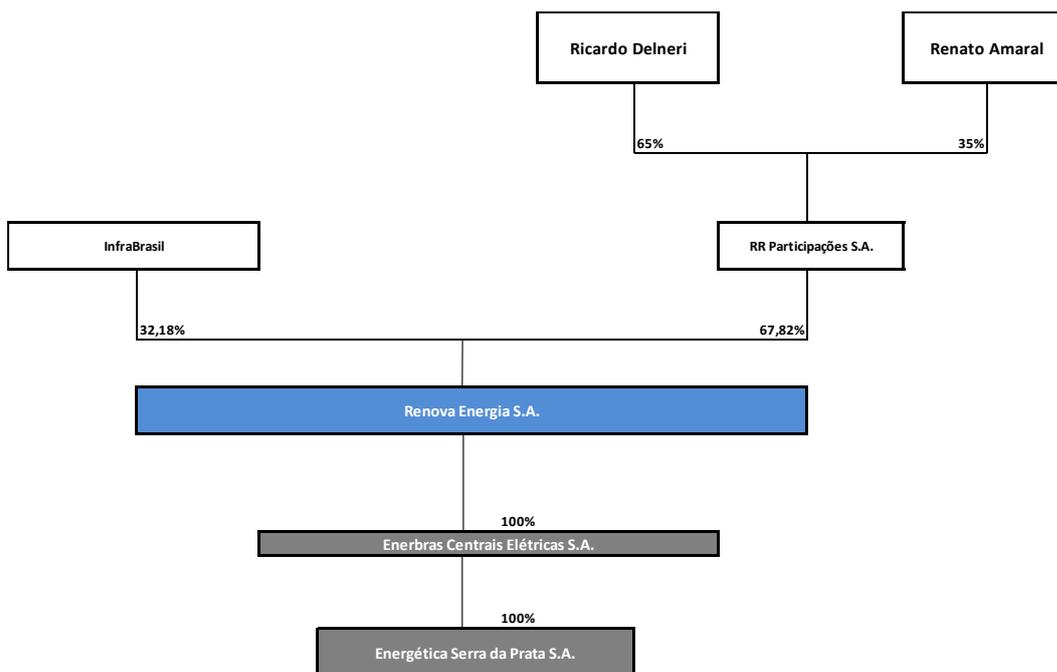


6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Após a incorporação da RRI a estrutura do capital da Renova ficou a seguinte:



Em 15 de janeiro de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Renova a incorporação, pela Companhia, de sua controladora direta Hourtin Holdings, de forma que o InfraBrasil passou a deter participação direta no capital social da Companhia. Com a incorporação da Hourtin Holdings, a estrutura modificou-se permanecendo da seguinte forma:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Reorganização Societária LER2009

Considerando o sucesso da Companhia no Leilão de Energia de Reserva de 2009 (“LER2009”) com 14 (quatorze) parques eólicos, foram constituídas as seguintes Sociedades de Propósito Específico - SPE’s sob o controle direto da Companhia para deterem as autorizações de geração de energia, quais sejam: Centrais Eólicas Alvorada Ltda., Centrais Eólicas Candiba Ltda., Centrais Eólicas Guirapá Ltda., Centrais Eólicas Guanambi Ltda., Centrais Eólicas Ilhéus Ltda., Centrais Eólicas Igaporã Ltda., Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda., Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição Ltda., Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda., Centrais Eólicas Planaltina Ltda., Centrais Eólicas Pindaí Ltda., Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda., Centrais Eólicas Rio Verde Ltda. e Centrais Eólicas Serra dos Saltos Ltda. (todas as SPE’s acima foram transformadas em Sociedades por Ações em 08.09.2010).

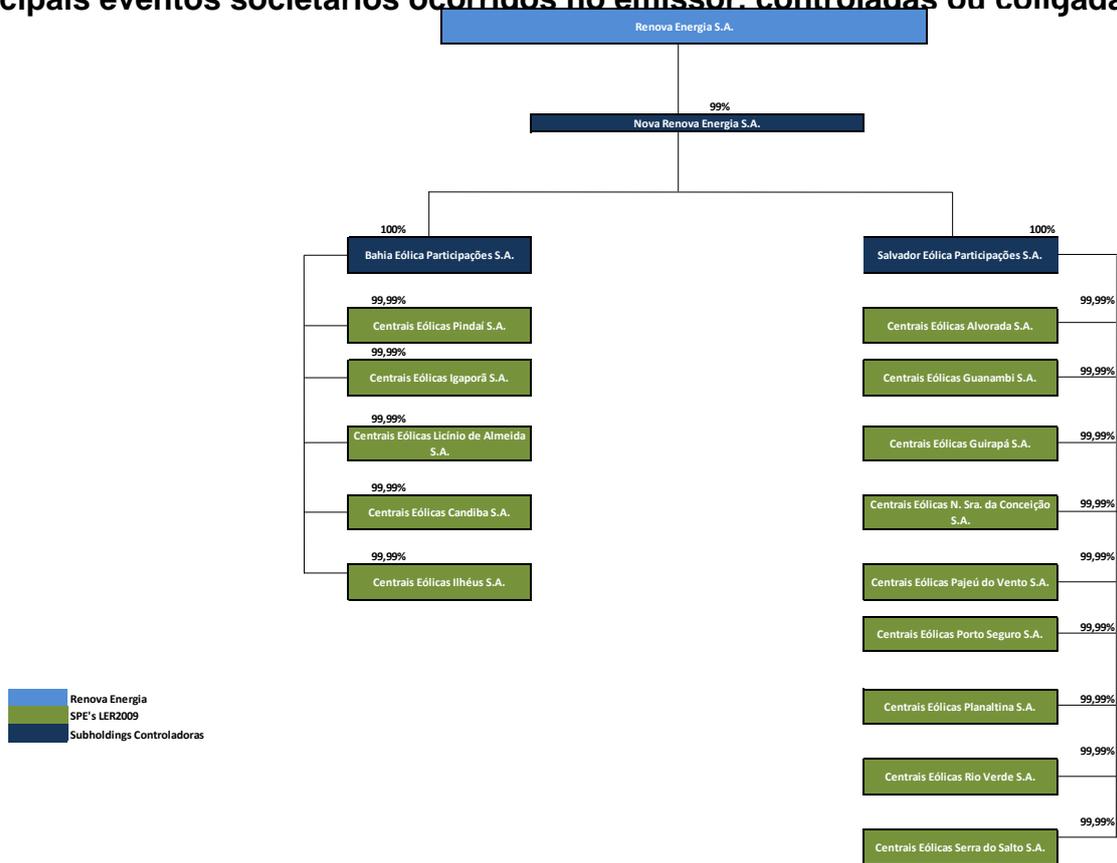
Para implementação dos parques eólicos vencedores do LER2009, foram contratados financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sendo: 9 (nove) empreendimentos financiados em maio de 2011 e 5 (cinco) empreendimentos financiados em dezembro de 2011. Para melhor adequar tais estruturas financeiras, foi realizada uma reestruturação societária visando à segregação das SPE’s financiadas, conforme abaixo mencionado.

A reestruturação iniciou-se em 8 de setembro de 2010 quando houve a transformação das 14 (quatorze) SPE’s de sociedades por quotas de responsabilidade limitada para sociedades por ações. Ainda, em 8 de novembro de 2010 houve a transformação da SPE Centrais Elétricas Sertão Ltda. em sociedade por ações, alterando também sua denominação social para Nova Renova Energia S.A. (“Nova Renova”).

Em 02 de março de 2011, a Nova Renova adquiriu, da Companhia, o controle societário da Salvador Eólica Participações S.A. (“Salvador Eólica”) e Bahia Eólica Participações S.A. (“Bahia Eólica”).

Dentro do escopo da reestruturação, em 15 de março de 2011 foi transferido o controle societário das 14 SPE’s para Bahia Eólica e Salvador Eólica, permanecendo a estrutura societária da seguinte forma:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

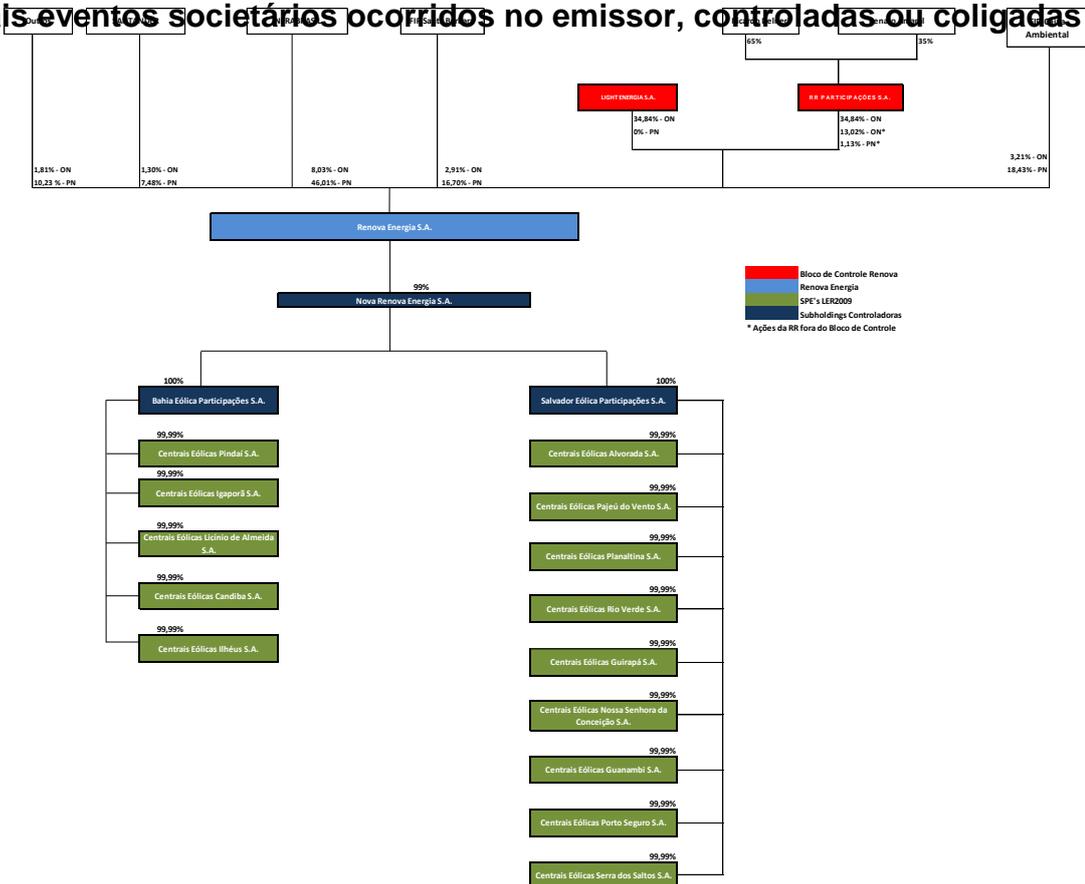


Nova Acionista da Renova – Light Energia S.A.

No âmbito da operação anunciada ao mercado em 08 de julho de 2011, a Light, por meio de sua subsidiária Light Energia S.A. (“Light Energia”), realizou a integralização de 50.561.797 (cinquenta milhões, quinhentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e sete) de ações ordinárias emitidas pela Renova mediante aporte do valor de R\$359.999 mil (“Investimento Light”).

O Investimento Light foi parte do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Renova em 17 de agosto de 2011 e homologado em 25 de outubro de 2011, no montante total de R\$376.044 mil, mediante a emissão de 52.815.211 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e quinze mil, duzentas e onze) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 (sete reais e doze centavos) por cada ação ordinária (“Aumento de Capital”). Desta forma, a estrutura societária ficou a seguinte:

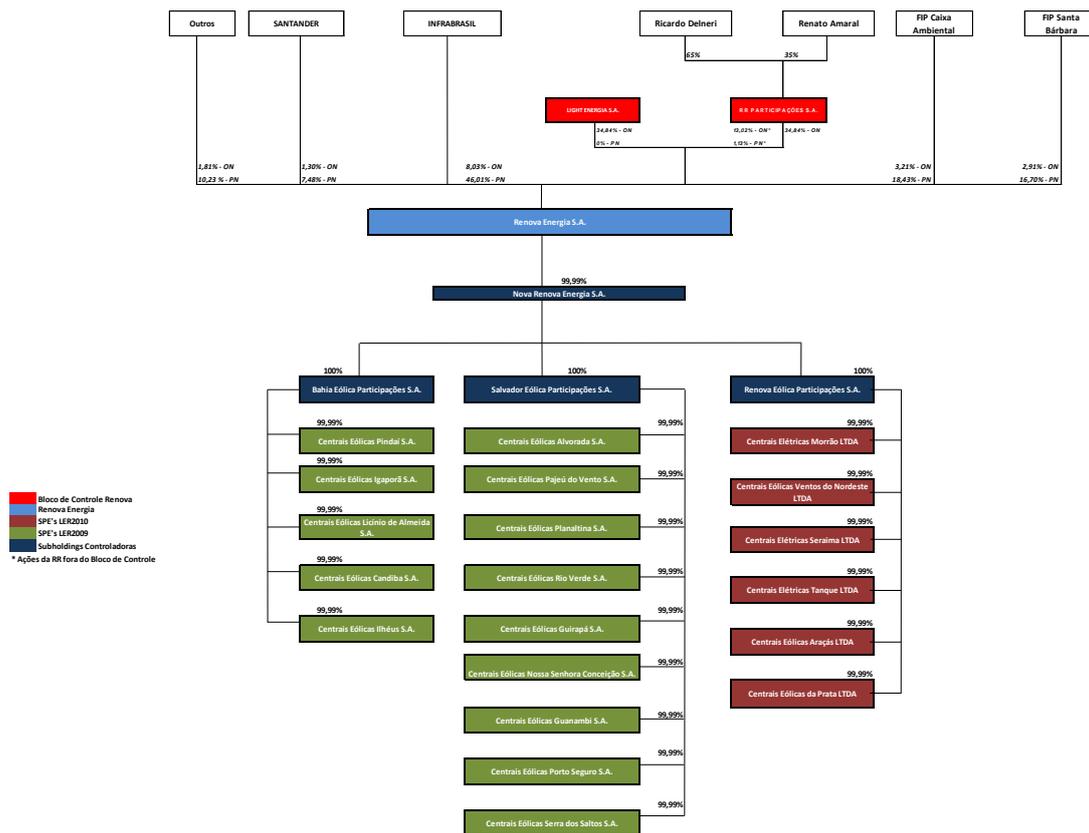
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



Reorganização Societária LER2010

Além do LER2009, a Companhia obteve sucesso no Leilão de Energia de Reserva de 2010 – LER2010 com 6 (seis) parques eólicos. Para deterem as autorizações de geração de energia, foram constituídas as seguintes SPE's sob o controle direto da Renova: Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Elétricas Morrinhos Ltda. (atualmente denominada Centrais Elétricas Morrão Ltda.), Centrais Elétricas Seraima Ltda., Centrais Elétricas Tanque Ltda. e Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda. Vislumbrando futura contratação de financiamento de longo prazo para construção dos parques eólicos, em 16 de março de 2012, referidas SPE's tiveram seu controle societário transferido para a empresa Renova Eólica Participações S.A., sociedade controlada indiretamente pela Companhia. Após esta reorganização, a estrutura societária da Companhia, atualmente é a seguinte:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Pedidos de falência, desde que fundados em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da companhia, e o estado atual de tais pedidos

Não existe pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram esclarecidas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

Visão Geral

A Companhia é uma empresa destinada à geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas; a produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis; à prestação de serviços de apoio logístico à empresas ou companhias de consultoria ambiental; à comercialização de créditos de carbono; e à participação no capital social de outras sociedades.

Somos líderes na implementação de projetos de energia eólica contratada no Brasil e atuamos de forma integrada na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de nossos empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas, o que nos confere vantagens competitivas e retornos atrativos em nossos projetos.

Os empreendimentos de geração de energia elétrica por fontes alternativas (PCHs, parques eólicos, usinas térmicas de biomassa e de energia solar), além de serem fontes limpas de geração de energia elétrica e contarem com forte demanda no mercado, gozam de uma série de benefícios em comparação a outros tipos de projetos de energia, tais como: (i) desconto de 50% a 100% nas tarifas de transmissão e distribuição; (ii) possibilidade de Consumidores Especiais (consumidores com demanda contratada acima de 0,5MW) comprarem exclusivamente energia gerada por fontes alternativas; (iii) menor dificuldade para o licenciamento ambiental; (iv) receitas potenciais com os créditos de carbono, uma vez que são elegíveis para obtenção de tais créditos, por meio do MDL, no âmbito do Protocolo de Kyoto; e (v) são projetos de infra estrutura e, portanto, elegíveis ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI.

Estamos presentes em várias regiões do país, com destaque aos 29 parques eólicos em implantação no Estado da Bahia, contratados em leilões de energia do mercado regulado promovidos pela ANEEL.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas



Desde 2009, a companhia participou da maioria dos leilões de energia do mercado regulado. Como resultado de referidos leilões, se comprometeu a comercializar 649 MW de capacidade instalada (313 MW médios). Somos a empresa que comercializou o maior volume de energia nos leilões do LER 2009, dedicados exclusivamente para a fonte eólica, bem como LER 2010. Adicionalmente, fomos o segundo maior vencedor do LEN A-3 2011, segundo os resultados dos leilões publicados pela CCEE.

No LER 2009, nossos projetos apresentaram o menor custo unitário de implantação e um dos maiores Fatores de Capacidade, de acordo com a Portaria nº 16 do MME.

Em 2011 iniciamos nossa atuação também no mercado livre de energia, com 400 MW de potência instalada provenientes de fonte eólica, que entrarão em operação até 2016.

Além disso, possuímos, atualmente, um portfólio de parques eólicos com uma potencial capacidade instalada de aproximadamente 9,7 GW.

Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

- ***Atuação Exclusiva em Projetos de Energia Renovável o que nos Proporciona Significativas Vantagens em Relação a nossos Competidores.*** No Brasil há uma crescente dificuldade na viabilização de grandes projetos de geração de energia elétrica, em decorrência dos elevados impactos sócio-ambientais a eles associados, tais como o volume de emissões de gás carbono pela geração termelétrica ou alagamento de extensas áreas pelas grandes hidrelétricas. Esses impactos ambientais costumam tornar o licenciamento ambiental mais complexo

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

e, por conseqüência, tornar a implementação desse tipo de projetos mais demorado. Já projetos de geração por fontes alternativas causam baixo impacto ambiental na sua implementação e operação. Assim, acreditamos que o nosso portfólio composto exclusivamente de energia eólica, PCHs e solar nos proporciona consideráveis oportunidades de crescimento e vantagens competitivas no setor de geração de energia, em função de:

- (i) significativa redução no risco e maior rapidez na obtenção das necessárias licenças ambientais;
 - (ii) maior rapidez na construção e início de operação dos empreendimentos, quando comparado com outras fontes de energia;
 - (iii) isenção de determinadas taxas setoriais obrigatórias, alavancando o retorno financeiro;
 - (iv) aumento da competitividade frente à geração termelétrica e gás natural por exemplo, e de grandes hidrelétricas (em especial, em função do significativo desenvolvimento da indústria de equipamentos de energia eólica no mundo nos últimos anos);
 - (v) as fontes alternativas não estarem expostas à flutuação de preços de combustíveis fósseis;
 - (vi) potencial de valorização dos nossos ativos, tendo em vista a possibilidade de geração de créditos de carbono;
 - (vii) perspectiva de crescimento da demanda dos consumidores do mercado livre pelas energias alternativas; e
 - (viii) expectativa de continuação dos leilões para a aquisição de energia proveniente de fontes alternativas.
- ***Capacidade Comprovada de Identificação, Desenvolvimento e Implantação de Projetos de Geração de Energia.*** Nossos profissionais possuem ampla experiência e capacidade comprovada na identificação de potenciais projetos de geração de energia, seja eólica, solar ou hidrelétrica, e no desenvolvimento e implementação de projetos rentáveis. Para isso, possuímos uma equipe multidisciplinar própria para a prospecção e desenvolvimento de projetos que inclui ambientalistas, engenheiros, geólogos, hidrólogos, bem como especialistas em análise de vento, radiação solar, regulação do setor elétrico e em direito ambiental, com ampla vivência no relacionamento com órgãos de controle e fiscalização da administração pública. Na área de engenharia e obras, possuímos

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

um quadro técnico com ampla experiência na negociação e gestão de contratos de engenharia. Acreditamos que esses aspectos nos conferem:

- (i) agilidade no desenvolvimento e construção dos projetos;
- (ii) capacidade de contínua originação de projetos, com agregação de valor aos nossos investimentos; e
- (iii) significativa redução dos custos de implementação dos projetos.

Acreditamos que esse conjunto de competências nos diferencia de nossa concorrência, o que foi demonstrado, por exemplo, no resultado dos leilões de energia dos quais participamos, e permite que capturemos retornos atrativos em projetos de longo prazo e com baixo risco de operação.

- ***Custos Reduzidos de Implementação Provenientes da Escala de Nosso Portfólio de Projetos.***

O considerável número de projetos que temos em nosso portfólio nos proporciona ganhos de escala na contratação de obras e serviços de engenharia, bem como na compra de equipamentos e materiais, contribuindo para incrementar nossos retornos.

- ***Administração Experiente e Comprometida com Altos Padrões de Governança Corporativa.***

A Companhia possui uma equipe de administradores com extensa experiência no setor e no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Adicionalmente, a Companhia adota elevados padrões de governança corporativa em linha com as melhores práticas do mercado brasileiro e internacional, observando normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e a adoção de um Plano de Negócios que acreditamos ser sólido e rentável. O Conselho de Administração da Companhia possui 2 (dois) membros independentes, de um total de 14 (quatorze) membros. De acordo com o Estatuto Social, todas as ações de emissão da Companhia têm direito de 100% de *tag-along*. Atualmente, contamos com a participação estratégica em no capital social da Companhia do InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental e Santa Bárbara Fundo de Investimento em Participações, cujos quotistas são grandes fundos de pensão e investidores brasileiros e, ainda, Banco Santander (Brasil) S.A., o que nos exige a dar continuidade e aprimorar as práticas de governança corporativa por adotadas pela Companhia.

Principais Estratégias

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Nosso principal objetivo é criar valor para nossos acionistas a partir do desenvolvimento e implantação de projetos de geração de energia elétrica por fontes de energia renováveis. Para alcançarmos esse objetivo, temos como principais estratégias:

- ***Posicionarmo-nos como Referência no Setor de Energia Renovável.***
Acreditamos que o setor de energia renovável ainda é incipiente frente a seu potencial, sendo predominantemente composto por um grande número de agentes de pequeno e médio porte, com capacidade financeira e operacional limitada. Acreditamos, ainda, que para ter sucesso nesse setor, que requer vultosos investimentos, é preciso ter capacidade financeira e escala. Pretendemos utilizar nosso portfólio de projetos de geração de energia renovável, aliado à nossa experiência e agilidade para seu desenvolvimento e implantação, para consolidar nossa posição no setor de geração de energia elétrica e buscar a liderança na geração por meio de fontes alternativas. Acreditamos que o nosso *expertise* no desenvolvimento de projetos de geração de energia por fontes renováveis, combinado à capacidade financeira que pretendemos obter por meio de oferta pública de ações nos permitirá acelerar o desenvolvimento do setor e nos posicionar como um *player* de referência.
- ***Implementar e Expandir nosso Portfólio de Projetos de Energia Renovável.***
Pretendemos desenvolver, comercializar a energia e implementar os projetos que compõem nosso atual portfólio, bem como originar novos projetos que possuam retornos atrativos, ampliando nossa participação no mercado de energia renovável, que apresenta altas taxas de crescimento anual se comparadas à do mercado de fontes convencionais de energia elétrica. Adicionalmente, pretendemos acompanhar as oportunidades de mercado para explorar outras fontes de energia renováveis, tais como biomassa e solar, e novas tecnologias, desde que se mostrem economicamente atrativas. [Adicionalmente, poderemos adquirir empresas do segmento de energia renovável, dado o elevado grau de dispersão de agentes nesse setor, observando critérios de seleção técnica e econômico-financeira alinhados com nossa atuação na área de desenvolvimento de projetos. Podemos, ainda, realizar alienações estratégicas de determinados projetos de nosso portfólio para assegurar os recursos necessários à implementação de outros de nossos projetos que se mostrem mais competitivos.
-
- ***Obter as Melhores Condições de Comercialização da Energia Gerada por Nosso Portfólio.*** Não estamos restritos à venda de energia em leilões e em mercados com preços regulados. Assim, pretendemos vender nossa produção de energia elétrica nos diversos âmbitos de comercialização de energia, priorizando aqueles com preços e prazos mais atrativos. Por exemplo, podemos vender energia no mercado livre, celebrando contratos bilaterais com grandes consumidores livres ou comercializadores de energia, em condições atrativas de preço. Podemos ainda acessar o mercado de consumidores especiais, cujo acesso

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

ao mercado livre se dá através da aquisição de energia proveniente de fontes alternativas, que, embora seja 2% do mercado consumidor, apresentou um crescimento de 37,9% em 2011 com relação a 2010 e tem potencial para atingir 16% do mercado total de energia elétrica.

- ***Capturar Valor de Sinergias na Construção, Operação e Manutenção de nossos Projetos.*** Pretendemos maximizar as sinergias e ganhos de escala na construção, operação e manutenção de nosso portfólio de geração de energia. Pretendemos priorizar, sempre que possível, a proximidade geográfica entre nossos projetos, criando *clusters* de usinas, como em nossos Parques Eólicos em Implantação e nossas 3 PCHs em operação. Com isso, acreditamos que podemos minimizar os custos de implementação de nossos projetos e encargos de conexão à rede elétrica, incluindo (i) os valores pagos às construtoras e prestadores de serviços que nos auxiliarão na construção de nossos empreendimentos, tendo em vista a concentração das atividades em áreas próximas; e (ii) a mobilização e transporte de equipamentos pesados e de alto custo; e (iii) a adoção de soluções otimizadas de conexão a rede elétrica devido ao maior volume de energia a ser injetado na rede.
- ***Acessar Ativamente o Mercado de Créditos de Carbono.*** A geração de energia por meio de fontes renováveis, torna-nos elegíveis para emitir e negociar no mercado mundial créditos de carbono. Para que sejam comercializados, os créditos devem ser emitidos e certificados em consonância com o Protocolo de Kyoto e demais regras da UNFCCC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças no Clima. Como parte de nossa estratégia, pretendemos implementar nos nossos projetos as regras exigidas pelo Protocolo de Kyoto e pela UNFCCC, e qualificá-los para a obtenção da certificação de créditos de carbono. A venda desses certificados poderá nos conferir uma fonte de receita adicional. Acreditamos que a crescente preocupação de diversos agentes da sociedade com o meio ambiente poderá valorizar significativamente esse potencial de geração de receitas.
- ***Obter Benefícios Advindos de Nossa Política de Responsabilidade Sócio-Ambiental.*** Pretendemos nos beneficiar da nossa forte política de responsabilidade sócio-ambiental para atrair novos investidores e clientes que privilegiem investimentos, serviços e produtos sócio-ambientalmente responsáveis. Acreditamos, também, que os impactos positivos de nossa atividade, por meio da criação de emprego e geração de renda, bem como investimentos em infra-estrutura e capacitação profissional de mão de obra local, criam uma receptividade favorável à nossa atividade pelas comunidades envolvidas e pelo poder público nas nossas áreas de atuação.

Atualmente investimos recursos próprios no desenvolvimento de novos negócios no segmento de energia solar, tanto no mercado de geração distribuída para consumidores

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

residenciais, comerciais e industriais, quanto como para participar de futuros leilões específicos para a fonte. Com isto, a companhia visa estar na vanguarda do segmento, além de diversificar o seu portfólio em energias renováveis.

Ademais, as *holdings* Nova Renova, Bahia Eólica e Salvador Eólica, bem como as SPEs por estas constituídas exclusivamente com vistas à participação nos leilões LER 2009, LER 2010 e LEN A-3 2011, receberão investimentos relevantes da Companhia para o desenvolvimento dos parques eólicos em implementação.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas:

a) Produtos e Serviços Comercializados

As receitas da Companhia decorrem da atividade de geração de energia por meio de fontes renováveis.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Atualmente, todas as receitas da Companhia decorrem da atividade de geração de energia por meio das nossas 3 (três) PCHs em operação, localizadas no Estado da Bahia, denominadas Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2. Nossa receita operacional líquida nos exercícios encerrados em 2009, 2010 e 2011 foi de R\$30,2 milhões, R\$ 34,7 milhões e R\$ 36,6 milhões, respectivamente

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A segregação do lucro ou prejuízo não é aplicável, considerando que a Companhia tem receita apenas decorrente das 3 (três) PCHs em operação, localizadas no Estado da Bahia, denominadas Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, sendo todas do mesmo segmento.

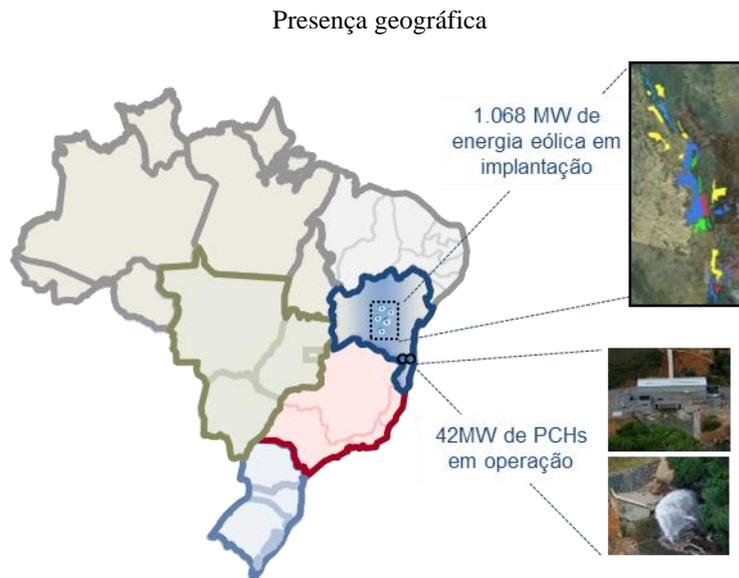
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 7.2. ACIMA:

a) Características do Processo de Geração

Atualmente geramos energia por meio de nossas três PCHs, localizadas no Estado da Bahia, a partir da conversão de energia potencial hidráulica em energia elétrica.

Em leilões realizados em 2009, 2010 e 2011, a Companhia comercializou energia a ser produzida por meio de 29 parques eólicos, todos localizados no interior da Bahia. Para esses parques eólicos, a energia será gerada por meio de aerogeradores que convertem a energia cinética do vento em energia elétrica.



b) Características da Contratação de Energia

A Companhia vendeu energia elétrica por meio de programa de incentivo às fontes alternativas, o PROINFA, no qual a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. adquiriu a energia proveniente de nossas três PCHs em operação. Em 2009, 2010 e 2011, vendemos energia nos leilões promovidos pela ANEEL, ambos os contratos tem prazo de vigência de 20 anos.

Também em 2011, iniciamos nossa participação no Ambiente de Contratação Livre – ACL, através da comercialização de energia para as comercializadoras da Cemig e da Light.

Pretendemos continuar a ofertar a energia elétrica proveniente de nossos projetos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, para a contratação com entes públicos, mas também vislumbramos a a comercialização de energia junto a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

c) Características dos Mercados de Atuação, em especial: i) Participação em cada um dos mercados; e ii) Condições de competição nos mercados

Aspectos Gerais

A desaceleração verificada tanto na economia nacional como na internacional, fruto da crise financeira de 2008, vem produzindo efeitos diretos e indiretos no mercado de energia elétrica brasileiro, gerando um reflexo imediato no nível de utilização da capacidade instalada e nas perspectivas de expansão da produção de alguns dos segmentos industriais voltados à exportação de commodities, como é o caso do setor siderúrgico e de outros da metalurgia. Em consequência, projetos de expansão industrial foram revistos e postergados.

O sistema brasileiro de geração de energia elétrica é composto predominantemente por usinas hidrelétricas detidas por diversos proprietários, havendo um aumento significativo de outras fontes na matriz energética. Estima-se que o Brasil apresentava em 2003 potencial de geração de energia hidrelétrica ainda não explorado de aproximadamente de 258.853MW, dos quais apenas 30% foram

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

aproveitados de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE. Especificamente para Pequenas Centrais Hidrelétricas, foi identificado um potencial da ordem de 15.000MW a ser aproveitado em pequenas centrais, com capacidade até 30MW.

O planejamento da expansão da oferta de energia é regido pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, que determina, como critério econômico, a igualdade entre o Custo Marginal de Operação – CMO e o Custo Marginal de Expansão – CME, para cada ano no período 2013 a 2019, e, como critério de segurança, o limite para o risco de insuficiência da oferta de energia elétrica, ou risco de déficit⁴, em 5% dos cenários hidrológicos, em cada subsistema do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foram selecionados como candidatos a constar do plano os empreendimentos de geração com viabilidade técnica, econômica e socioambiental, com os prazos necessários ao desenvolvimento dos projetos compatíveis com a previsão de início de operação no horizonte do estudo.

De acordo com dados do Banco de Informações de Geração – BIG/ANEEL, a capacidade instalada total do sistema elétrico brasileiro é de cerca de 112.500 MW. Observe-se que este total engloba as unidades geradoras instaladas nos sistemas isolados, bem como a autoprodução (geração de energia elétrica instalada no local do consumo).

Para fins das simulações energéticas deste Plano, somente foram considerados os empreendimentos de geração constantes do Sistema Interligado Nacional – SIN, cuja capacidade instalada por tipo de usina do parque gerador existente, incluindo a parcela de Itaipu importada do Paraguai, totaliza 103.598 MW, conforme apresentado na tabela abaixo.

Fonte	Capacidade (MW)	Participação (%)
Hidráulica (*)	74.279	71,7
Térmica	13.302	12,9
Nuclear	2.007	1,9
Fontes Alternativas	7.645	7,4
Subtotal	97.233	93,9
Importação Contratada(**)	6.365	6,1
Total	103.598	100

:

(*) inclui Itaipu com 7.000 MW (**)%percentual não consumido pelo sistema elétrico paraguaio.

Em conformidade com a Lei 10.848 de 2004, para concretizar a expansão do SIN são realizados leilões para compra de energia com três (A-3) e cinco (A-5) anos de antecedência. Desta forma, existe um conjunto de empreendimentos de geração já contratados até 2009 e em implantação, com usinas que deverão entrar em operação no período 2010-2014.

Destaca-se que a composição deste parque gerador, contratado e em implantação, é o resultado da real possibilidade de oferta que se tinha à época da realização dos leilões, tanto pela disponibilidade de projetos e de equipamentos, quanto pelo fato de terem obtido as necessárias licenças ambientais, sem as quais nenhum empreendimento de geração pode participar dos leilões de compra de energia elétrica previstos em lei.

Os empreendimentos contratados no PROINFA também foram inseridos de acordo com o cronograma do CMSE.

No presente estudo foram considerados 137 empreendimentos, sendo: 62 pequenas centrais hidrelétricas, 21 usinas termelétricas a biomassa e 54 usinas eólicas.

Segundo a EPE, o crescimento médio anual da carga de energia do SIN, no horizonte decenal (base 2010), é de cerca de 3.300 MWmed10, representando uma taxa média de expansão de 5,1% a.a. A projeção indica que no eixo Sul-Sudeste/ Centro-Oeste o crescimento varia de 2.100 a 2.600 MWmed por ano, e nas regiões Norte e Nordeste o acréscimo da carga anual deve ficar entre 700 e 1.100 MWmed.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em relação à expansão hidrelétrica, devem entrar em operação, a partir do ano 2014, 1.088 MW de projetos de geração com concessão outorgada no passado e 32.296 MW de novos projetos a serem licitados.

Considerando o cronograma de motorização de cada empreendimento, a capacidade hídrica aumentará de 82 GW, aproximadamente, para 117 GW em 2019.

Destaca-se que, em termos percentuais, a elevação da capacidade de armazenamento (11%) é bem inferior ao aumento da capacidade instalada (61%) das novas usinas, mostrando que a maioria das usinas viáveis neste horizonte está localizada em bacias ainda inexploradas, para as quais não há previsão de instalação de usinas com reservatórios de regularização das vazões afluentes.

No sistema brasileiro, predominantemente hidrelétrico, as usinas térmicas podem ficar muitos meses sem gerar energia, na medida em que o despacho ótimo do sistema prioriza a operação das fontes renováveis, de menor custo de operação.

No sistema brasileiro, predominantemente hidrelétrico, as usinas térmicas podem ficar muitos meses sem gerar energia, na medida em que o despacho ótimo do sistema prioriza a operação das fontes renováveis, de menor custo de operação.

É também importante destacar que, dada a sua competitividade, a tendência atual é a contratação de fontes alternativas renováveis, haja vista os resultados dos últimos leilões de energia de reserva específicos para estas fontes.

Segundo o PDE (Plano Decenal de Expansão de Energia) em relação às fontes alternativas, registra-se uma expansão média anual de 13%, com destaque para as usinas eólicas, a biomassa de bagaço de cana-de-açúcar e PCH.

Fonte	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
HIDRO(a)	83.169	85.483	86.295	88.499	89.681	94.656	104.476	104.151	108.598	116.699
URÂNIO	2.007	2.007	2.007	2.007	2.007	3.412	3.412	3.412	3.412	3.412
GÁS NATURAL	8.860	9.356	98.356	11.327	11.533	11.533	11.533	11.533	11.533	11.533
CARVÃO	1.765	2.485	3.205	3.205	3.205	3.205	3.205	3.205	3.205	3.205
ÓLEO COMBUSTÍVEL	3.380	4.820	5.246	8.864	8.864	8.864	8.864	8.864	8.864	8.864
ÓLEO DIESEL	1.728	1.903	1.703	1.356	1.149	1.149	1.149	1.149	1.149	1.149
GÁS DE PROCESSO	687	687	687	687	687	687	687	687	687	687
PCH	4.043	4.116	4.116	4.116	5.066	5.566	5.816	6.066	6.416	6.966
BIOMASSA	5.380	6.083	6.321	6.671	7.071	7.421	7.621	7.771	8.121	8.521
EÓLICA	1.436	1.436	3.241	3.641	4.041	4.441	4.841	5.241	5.641	6.041
Total(b)	112.455	118.375	122.676	130.774	133.305	140.935	147.605	152.080	157.628	167.078

Ainda segundo a tabela acima a expansão contratada ou concedida e a planejada por tipo de fonte, apresenta a priorização das usinas hidrelétricas e das fontes alternativas no horizonte de planejamento, não sendo indicada nenhuma nova fonte utilizando combustível fóssil neste horizonte.

Destacamos ainda a evolução da participação da fonte eólica na expansão da matriz energética brasileira, partindo de 1.436 MW em 2010 para 6.041 MW em 2019.

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

As Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH são caracterizadas por possuírem potência instalada superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW, destinadas à produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma.

Estas usinas vem tendo seus custos de instalação reduzidos e às mesmas vem sendo disponibilizados equipamentos mais eficientes. A atratividade destas usinas fundamenta-se, principalmente, por suas características de menor impacto ambiental, menor volume de investimentos, prazo de maturação mais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

curto e tratamento incentivado pela regulamentação vigente. Nesse sentido, uma característica da PCH é a dispensa de licitação para obtenção da concessão, bastando ao empreendedor obter autorização da ANEEL.

Apesar de possuir menor porte, seu preço é competitivo em relação ao das hidrelétricas tradicionais, tendo em vista os seguintes incentivos: (i) a possibilidade de utilização de regime fiscal em lucro presumido; (ii) maior facilidade na obtenção de licenciamento ambiental, (iii) isenção de pagamento de UBP, (iv) isenção do pagamento dos Encargos de P&D; (v) menor prazo de implementação e manutenção do investimento e (vi) isenção do pagamento da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos; (vii) possibilidade de comercializar de imediato a energia elétrica produzida com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500 kW; (viii) a possibilidade de sub-rogação da CCC para empreendimentos instalados nos sistemas isolados;

Adicionalmente, a comercialização de energia gerada por PCHs no mercado livre é beneficiada devido à regulamentação da contratação incentivada, a qual prevê redução nas tarifas de distribuição/transmissão dos geradores e dos respectivos consumidores dessa energia. De acordo com a Lei 9.427/1996, fontes alternativas (PCH, biomassa, eólica e solar) têm direito a um desconto de no mínimo 50% nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição associados. O direito a esse desconto é estendido também aos consumidores desta energia limpa, a chamada “energia incentivada”.

O desenvolvimento deste mercado apresenta vantagens, como (i) a possibilidade de combinar a produção desses geradores com a produção de outros geradores, de modo a compensar períodos de baixa produção; (ii) a possibilidade do uso de comercializadores para comercializar a energia incentivada, sem que o consumidor adquirente perca o benefício do desconto a que faz jus ao contratar com o comercializador, o que implica oportunidades de venda de energia relevantes, uma vez que garante acesso a um segmento de mercado atualmente cativo que não tem possibilidade de se tornar livre a menos que adquira energia de geradores incentivados.

Em termos de desenvolvimento sócio-ambiental, as PCHs promovem geração a ser distribuída de forma local, aumentando a oferta de energia elétrica nas regiões em que estão instaladas, diferente das grandes hidrelétricas e das usinas termelétricas, onde tal distribuição local não ocorre. Os maiores aproveitamentos hidrelétricos são concentrados na maioria em regiões isoladas, tornando os pequenos empreendimentos importantes, em vista especialmente da redução dos custos de transmissão que proporcionam.

Parques Eólicos

A também denominada energia dos ventos pode ser explicada, em termos físicos, como a energia cinética gerada pela migração das massas de ar provocada pelas diferenças de temperatura existentes na superfície do planeta. Seu aproveitamento é feito por meio da conversão da energia cinética de translação em energia cinética de rotação. Para a produção de energia elétrica, são utilizadas turbinas eólicas, também conhecidas como aerogeradores.

De acordo com o Atlas de Energia Elétrica do Brasil, os ventos do Brasil são duas vezes superiores à média mundial e possuem volatilidade de 5% (oscilação da velocidade), o que dá maior previsibilidade ao volume a ser produzido. Além disso, como a velocidade costuma ser maior em períodos de estiagem, existe a grande vantagem de operar as usinas eólicas de forma complementar às usinas hidrelétricas, preservando a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas.

De 2003 à 2010, a capacidade instalada de parques eólicas cresceu 12 vezes, passando de 22MW à 1.436 MW – um crescimento anual médio de 100%. Só em 2007, a oferta interna de energia eólica aumentou de 236 GWh para 559 GWh, uma variação de 136,9%, segundo os dados do Balanço Energético Nacional, produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

As regiões com maior potencial medido são Nordeste, principalmente no litoral (75GW), Sudeste, particularmente no Vale do Jequitinhonha (29,7GW) e Sul (22,8GW), região em que está instalado um dos maiores parques eólicos do país, o de Osório, no Rio Grande do Sul, com 150MW de potência.

Destacamos ainda que as flutuações na geração de energia em função da variabilidade dos ventos, uma característica da geração eólica, não foi identificada no Brasil. Outro obstáculo enfrentado por projetos eólicos é a necessidade de construir extensas redes de transmissão, que está sendo mitigada com a licitação de novas ICG.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Por fim no Brasil, onde o leque de opções para a expansão das fontes renováveis é amplo, a tarifa da energia é um componente importante na política energética e essencial para viabilizar a inserção competitiva desta fonte. Dado ao potencial eólico brasileiro o desafio se concentra no custo desta energia desta fonte comparado ao das demais opções de expansão.

Outro benefício desta fonte renovável, que pode vir no futuro a contribuir para viabilizar estes projetos, refere-se à perspectiva de venda de créditos de carbono por ser uma tecnologia de geração limpa de energia.

O ano de 2009 foi um marco para a energia eólica no Brasil. No dia 14 de dezembro de 2009 ocorreu o segundo leilão de energia de reserva, tendo esse leilão se destinado exclusivamente à contratação de usinas eólicas. Os resultados do leilão surpreenderam em dois aspectos: (i) a elevada capacidade contratada; e (ii) os preços praticados, abaixo das estimativas de mercado e em níveis competitivos com outras fontes tidas como mais baratas, como termelétricas.

Os preços praticados neste primeiro leilão representam uma quebra de paradigma no setor, onde havia a crença da necessidade de preços acima de R\$ 200,00 por MWh para viabilizar projetos de geração de fonte eólica, em linha com as tarifas praticadas no Proinfa, situadas na faixa de R\$ 250,00 a R\$ 270,00 por MWh. Os principais fatores que possibilitaram essa importante redução de custos na indústria podem ser listados como segue:

- (i) Alto Fator de Capacidade dos Parques Vencedores: Os parques eólicos vencedores do certame possuíam em média 41,7% de fator de capacidade, já descontados os arredondamentos dos lotes inteiros, sendo que alguns parques chegavam a ter fato de capacidade acima de 50%, o que implica em uma elevada produção de energia anual, em níveis extremamente altos se comparado com os padrões internacionais, o que demonstra o grande potencial eólico brasileiro;
- (ii) Maturação da Indústria de Suprimento de Equipamentos Eólicos: Com o forte crescimento de programas de apoio à energia eólica em países como Estados Unidos, China e Índia, bem como na Comunidade Européia, pioneira neste setor, grandes fabricantes de equipamentos, tais como General Electric, Siemens e Alstom, ingressaram no setor nos últimos anos por meio de aquisições e usaram sua capacidade financeira e técnica para ampliar os volumes produzidos e o tamanho individual dos equipamentos, o que trouxe expressivos ganhos de escala no setor e a conseqüente redução dos custos unitários;
- (iii) Incentivos Fiscais na Indústria: A isenção do IPI sobre equipamentos eólicos, o REIDI, que isenta o PIS e Cofins, e a extensão de convênios do CONFAZ que prorrogou até o dia 31 de dezembro de 2012 a isenção do ICMS para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica, possibilitaram a desoneração fiscal sobre os equipamentos, assim como a liberação de importação para equipamentos de potência unitária acima de 1,5 MW, o que acirrou a competição com os fabricantes de equipamentos locais e propiciou melhores condições para os empreendedores; e
- (iv) Crise Financeira Internacional: A crise financeira internacional, que vem afetando mais fortemente os países desenvolvidos e com grande impacto na oferta de crédito nesses países que são o *core market* dos grandes fabricantes de equipamentos eólicos, incentivou esses fabricantes a buscar novas alternativas de mercado para vender sua produção, aumentando, assim, a oferta de equipamentos eólicos no país e fortalecendo o poder de negociação dos projetos com altos fatores de capacidade e escala, e conseqüentemente grandes chances de êxito no leilão.

Em agosto de 2010 ocorreu outro leilão de energia de reserva, o LER 2010, onde a Renova Energia comercializou energia proveniente de 6 empreendimentos eólicos.

Em relação ao mercado de geração energia proveniente de fonte eólica, ainda não consideramos nossa participação, pois os nossos parques eólicos ainda encontram-se em fase de implementação.

Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Em 2002, o PROINFA foi estabelecido pelo governo para criar incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, PCHs e projetos de biomassa. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás compra a energia gerada por estas fontes alternativas por um período de 20 anos que é paga através de encargo e alocada aos consumidores finais. O Banco Nacional de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aprovou a abertura de uma linha de crédito para específica para projetos incluídos no PROINFA, podendo financiar até 80% dos itens financiáveis de construção das usinas inseridas no programa.

d) Eventual Sazonalidade

Não há sazonalidade na atividade da Companhia.

e) Principais insumos e matérias primas: i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii) eventual dependência de poucos fornecedores; iii) eventual volatilidade de seus preços.

Os principais insumos utilizados em nossas atividades são materiais de construção civil, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica ou eólica e subestações de alta/média tensão, além de serviços de engenharia civil para a construção da infra-estrutura das centrais de geração, incluindo fundações para as torres dos aerogeradores de nossas usinas eólicas e barragens para nossas PCHs.

Após a implantação das nossas usinas, nossa atividade operacional passa a ser de manutenção dos nossos ativos, composta principalmente por peças de reposição e consumíveis.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia): (a) montante total de receitas provenientes do cliente; e (b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Atualmente, vendemos toda a energia gerada por nossas 3 (três) PCHs em operação para a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Desta forma, a totalidade da nossa receita é proveniente dessa empresa.

A partir de 2012, nossos 14 parques eólicos em implantação no interior do Estado da Bahia venderão toda sua energia para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme comercializado no leilão realizado pela Câmara de Comércio de Energia Elétrica - CCEE em dezembro de 2009.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas atuam na modalidade de Produtores Independentes de Energia Elétrica (PIE) ou autoprodutores de Energia Elétrica, estando sujeitas ao regime jurídico da autorização para produção de energia elétrica. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações para exploração não requerem licitação prévia e são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões, sendo outorgadas a título gratuito. As PCHs ainda são dispensadas do pagamento pelo uso do recurso hídrico (conforme § 4º do artigo 26 da Lei 9.427/96). Os titulares das autorizações para exploração de PCHs, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação da usina em questão e suas instalações de transmissão de interesse restrito, ou seja, linhas que farão a conexão de nossas PCHs ao SIN. No caso das usinas eólicas, poderão ser instituídas servidões administrativas às instalações de transmissão de interesse restrito.

De acordo com as autorizações, os atos que visem a modificação e ampliação do empreendimento, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

As autorizações para exploração de parques eólicos são válidas por 35 anos e as autorizações para exploração de PCHs são válidas por 30 anos, ambas podendo ser prorrogadas à critério da ANEEL. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidrelétrico ou dos ventos, conforme o caso, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, desde que mediante prévia autorização da ANEEL.

No Brasil, o PIE pode contratar livremente os preços (e não tarifas) de venda de energia elétrica, o que não seria possível se sua atividade econômica fosse regida pelas regras aplicáveis às concessionárias de serviços públicos.

A fim de permitir a utilização da energia produzida por fontes alternativas de energia, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Nos termos da Resolução ANEEL n.º 77 e da Lei n.º 9.427, os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas têm direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Somos detentores de Autorizações outorgadas pela ANEEL para nos estabelecermos como produtores independentes de energia elétrica mediante a exploração dos potenciais hidrelétricos denominados PCH Cachoeira da Lixa, PCH Colino 1 e PCH Colino 2, localizados no Estado da Bahia, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado se assim solicitarmos à ANEEL, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

A ANEEL nos outorgou autorizações para nos estabelecermos como produtores independentes de energia elétrica mediante a exploração dos 29 (vinte e nove) parques eólicos vencedores de leilões de energia do mercado regulado promovidos pela ANEEL, localizados no Estado da Bahia, pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado se assim solicitarmos à ANEEL, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

As autorizações perdem a sua validade quando do término do prazo fixado pela ANEEL. No entanto, a ANEEL poderá extinguir nossas autorizações antes do prazo fixado, se: (i) comercializarmos energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações; (ii) descumpirmos as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência; (iii) transferirmos a terceiros os bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL; (iv) não recolhermos a multa decorrente de penalidade imposta por infração; (v) solicitarmos o término antecipado; ou (vi) desativarmos as centrais geradoras.

Ao final do prazo de nossas autorizações, os bens e instalações relacionados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, por meio de reversão, mediante o pagamento de indenização sobre os ativos não integralmente amortizados ou depreciados.

política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de PCHs e a geração de energia eólica, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com a Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- **Licença Prévia:** solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.
- **Licença de Instalação:** autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.
- **Licença de Operação:** solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o início do funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de EIA/RIMA. Nesses casos, é obrigatória a realização de investimentos em Unidades de Conservação, no valor definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento.

O processo de licenciamento de PCHs possui algumas especificidades definidas pela Resolução CONAMA nº. 279/01. De acordo com essa Resolução, os empreendimentos elétricos de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental. Desse modo, em lugar do EIA/RIMA, deve ser elaborado o RAS que, junto com o registro na ANEEL, será apresentado pelo empreendedor ao requerer emissão de Licença Prévia.

No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência até aplicação de multa, que pode variar de R\$50,00 a R\$50 milhões. No âmbito criminal, merece destaque a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental, e que pode sujeitá-la ao pagamento de multa. No âmbito cível, o poluidor poderá ser obrigado a recuperar os danos causados independentemente da configuração da culpa.

A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação de nossos empreendimentos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, além do licenciamento ambiental, os empreendimentos que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, devem ser registrados no CTF, perante o IBAMA. A regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da TCFA. Nossas atividades estão registradas perante o IBAMA, para fins do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

Uso de Recursos Hídricos

A utilização de recursos hídricos para as finalidades de (i) derivação ou captação; (ii) extração de aquífero para processo produtivo; (iii) lançamento de efluentes líquidos em corpo de água; (iv) aproveitamento hidrelétrico; e (v) outra que altere a quantidade ou qualidade da água em um corpo d'água, depende de prévia autorização do órgão ambiental competente.

Todas as PCHs do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata obtiveram outorga de utilização de recursos hídricos, expedidas pela SRH, válidas até junho de 2010, autorizando a construção das barragens de nossos empreendimentos.

Reserva de disponibilidade hídrica

A reserva de disponibilidade hídrica (reserva da quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico) é obtida junto às secretarias estaduais de recursos hídricos ou no caso de lagos e rios sob domínio federal, junto à ANA. A sua obtenção é feita com base em estudos de usos múltiplos da água, de forma a garantir a disponibilidade de água compartilhada, mesmo para empreendimentos que operam a fio d'água, como é o caso das PCH.

Proteção da Flora

A implantação de determinados empreendimentos, como PCHs, podem demandar a supressão de APP. As APP compreendem as florestas e demais formas de vegetação que, por determinação legal, não podem ser removidas em razão da sua localização. A proteção das APP tem por objetivo preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora, e proteger o solo e o bem estar da população humana.

O Código Florestal determina também que as florestas e outras formas de vegetação nativa, apenas são suscetíveis de supressão, se mantida, a título de Reserva Legal, uma porcentagem mínima da vegetação local de cada propriedade rural.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Nossos empreendimentos já instalados não estão localizados próximos a Unidades de Conservação. Não obstante, o Código Florestal Brasileiro determina que algumas áreas, como as margens de rios e os topos de morros, são consideradas Áreas de Preservação Permanente, onde as intervenções somente são permitidas em casos especiais, como de utilidade pública ou interesse social. Em casos excepcionais, é exigida uma autorização prévia de intervenção por parte da autoridade ambiental competente.

Para a instalação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, a supressão em Áreas de Preservação Permanente realizada foi devidamente autorizada pelo IBAMA. Todavia devemos revegetar uma área total de 143 ha de Áreas de Preservação Permanente, referentes às PCHs Cachoeira da Lixa, até 2012, e Colino I e II, até 2013. O custo envolvido é de aproximadamente R\$0,8 milhões.

Igualmente, a localização das áreas mantidas a título de Reserva Legal nas propriedades em que se encontram as PCHs Cachoeira da Lixa e Colino 1 foram devidamente aprovadas pela SEMA. Com relação à Colino 2, a averbação de Reserva Legal está em fase de regularização. Nas hipóteses elencadas no § 6º do artigo 16 do Código Florestal admite-se o cômputo das Áreas de Preservação Permanente para atendimento do percentual de Reserva Legal.

Responsabilidade Ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a empresa a sanções administrativas, civis e criminais.

Administrativa

A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada pelo Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R\$50,00 e R\$50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

Cível

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais corresponsáveis.

Consequentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como disposição final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

Criminal

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa, (ii) restritiva de direitos e (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

O diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários e concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a nós estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, às penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Geração de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão e certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado MDL, descrito no art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Neste sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas.

Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar RCEs em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de Gases de Efeito Estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas de RCEs.

Importante ressaltar que, especificamente com relação aos projetos referentes às PCHs, o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito do PROINFA serão de titularidade da Eletrobrás.

Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com a IFC, subsidiária do Banco Mundial, por meio das quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito.

Atualmente, estas regras são adotadas voluntariamente por 76 instituições financeiras, que apenas concedem o crédito caso determinadas imposições socioambientais sejam respeitadas pelo empreendedor. Assim, além das exigências advindas da legislação de cada um dos países em que os empreendimentos estão localizados, as instituições financeiras submetem os projetos aos seus próprios requisitos de controle socioambiental, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento. Nesse contexto os *Princípios do Equador* assumem um importante papel de controle das atividades social ou ambientalmente impactantes.

Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua corresponsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

Inicialmente, tais princípios eram aplicados a projetos de valor igual ou superior a US\$50 milhões. Em 2006, os princípios sofreram uma revisão e a exigência do seu cumprimento passou a ser aplicada a projetos de valor igual ou superior a US\$10 milhões.

Adotamos em nossas atividades os elevados padrões de gestão ambiental e sustentabilidade previstos nos Princípios do Equador, inclusive em virtude da

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

participação em nosso capital do InfraBrasil, fundo de *private equity* administrado pelo Santander. Esse é um relevante indicativo de nosso respeito ao meio ambiente e do cumprimento de normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável.

Gerenciamento Ambiental da Companhia

Nossas atividades estão sujeitas a um conjunto de leis, decretos, regulamentos e resoluções federais, estaduais e municipais relativas à gestão ambiental e à proteção do meio ambiente. A inobservância dessas normas poderá resultar, independentemente da obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa.

A Constituição Federal confere ao Governo Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade comum de proteger o meio ambiente.

Os entes da federação podem promulgar leis e emitir regulamentações que tratam da proteção ambiental de forma concorrente. A legislação federal aborda questões gerais, de âmbito nacional, enquanto a legislação estadual trata de questões regionais. Os Municípios, por sua vez, têm competência para promulgar leis e emitir regulamentações apenas com relação a assuntos de interesse local.

Licenciamento Ambiental

Possuímos 3 PCHs instaladas na Bacia do rio Jucuruçu, localizada no Estado da Bahia. A PCH Cachoeira da Lixa, localizada nos municípios de Itamaraju e Jucuruçu, e as PCHs Colino 1 e Colino 2, localizadas nos municípios de Vereda e Jacuruçu, possuem Licença de Operação válida, devidamente concedida pelo órgão ambiental do Estado da Bahia, o Instituto do Meio Ambiente - IMA.

No âmbito do processo de licenciamento esses empreendimentos foram objeto de EIA/RIMA. Neste concluiu-se que a localidade em que foram instaladas as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2 é caracterizada pela (i) baixa riqueza de espécies da flora e fauna; (ii) ausência de atividade minerária; (iii) ausência de fontes poluidoras; (iv) existência de barreiras naturais à atividade migratória da ictiofauna; e (v) reduzido número de propriedades e benfeitorias vizinhas.

Além disso, outras 6 PCHs, quais sejam as PCHs Juracitaba, Mascote, Santa Clara Jusante, Pedras, Cachoeira Grande e Vereda, também localizadas no Estado da Bahia, já iniciaram os respectivos processos de licenciamento junto ao órgão estadual ambiental competente, a fim de obterem a Licença Prévia (que no Estado da Bahia é denominada de Licença de Localização – LL) para os empreendimentos. Destas já foram concedidas as Licenças de Localização para as PCHs Juracitaba e Santa Clara Jusante, estando o licenciamento dos demais empreendimentos sob análise no IMA.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Possuímos dois empreendimentos já licenciados no Estado de Minas Gerais – PCHs Eixo B3 e Figueirinha 2, ambos de competência do órgão estadual. Com relação a estes empreendimentos, de acordo com a legislação estadual, a pedido do interessado e mediante avaliação do órgão ambiental, foi possível a emissão da Licença Prévia e a Licença de Instalação concomitantemente.

No âmbito da competência federal, sob a responsabilidade do IBAMA, possuímos um empreendimento em licenciamento, a PCH Taquarizinho, situada na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os estudos ambientais estão sendo realizados, de acordo com o Termo de Referência expedido pelo IBAMA.

Já possuímos Licença Prévia para 40 parques eólicos, totalizando 1.017,0 MW de capacidade projetada, todos situados no Estado da Bahia. Destes, já foram expedidas as Licenças de Instalação para 14 parques, num total de 294,0 MW. Atualmente, estamos em fase de execução dos programas ambientais. De acordo com o cronograma para implementação dos empreendimentos, o término das obras destes 14 parques está previsto para o início do terceiro trimestre de 2012.

Obtivemos ainda a Licença Prévia para 13 PCHs no Estado do Tocantins, tendo sido realizado EIA/RIMA de acordo com o Termo de Referência expedido pelo órgão ambiental estadual, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

Executamos ainda atividades relacionadas com a transmissão de energia por meio da operação da linha de transmissão de LT 138 KV.

Gerenciamento Ambiental

Realizamos um constante trabalho de monitoramento ambiental e adotamos uma série de medidas de prevenção, mitigação e compensação de eventuais impactos ambientais decorrentes de nossas atividades.

Estamos em fase de desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para os empreendimentos do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata. O SGA visa implantar a nossa Política Ambiental por meio do atendimento às normas, procedimentos e requisitos para obtenção no futuro da NBR ISO 14001.

Assumimos o compromisso de melhoria contínua de nosso desempenho ambiental por meio do atendimento à legislação ambiental aplicável e do estabelecimento de objetivos e metas. Nesse sentido, nossa Política Ambiental tem como diretrizes:

- respeito e cumprimento à legislação ambiental vigente;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- utilização de técnicas que compatibilizem ganhos de qualidade e produtividade com o uso racional dos recursos naturais;
- sistema de gerenciamento ambiental estruturado para avaliar e controlar as atividades que causam impactos considerados significativos, estabelecer objetivos e metas, executar auditorias internas, efetuar análises críticas e revisões periódicas, visando a prevenção da poluição e a melhoria contínua; e
- transparência de suas atividades e ações.

Nossos objetivos e metas ambientais, por sua vez, são:

- programas institucionais de educação ambiental;
- prevenção de acidentes e capacitação para combate à situação de emergência;
- redução de impactos por geração / disposição de resíduos sólidos;
- redução de impacto / alteração nos corpos hídricos; e
- redução de impactos de geração e consumo de energia elétrica.

Executamos ainda um Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, nos termos definidos pelo órgão ambiental competente, e um Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio arqueológico, histórico e cultural das áreas de influência das PCHs instaladas.

Por fim, vale ressaltar que obtivemos também a aprovação do IMA para implantar um Programa de Monitoramento Sedimentológico, por meio do qual adotaremos medidas para evitar o desenvolvimento de processos erosivos que culminem com o assoreamento dos rios nos quais estão instalados nossos empreendimentos. São realizados, ainda, vários outros programas de controle ambiental, a exemplo do Monitoramento do Ecossistema Aquático, de Controle de Espécies Exóticas, e da Fauna, além de Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social voltados às comunidades próximas aos nossos empreendimentos.

Créditos de Carbono

Nossas 3 PCHs em operação fazem parte do PROINFA. De acordo com o Decreto nº 5.882/2006, eventuais créditos de carbono obtidos serão de titularidade da Eletrobrás, de modo que não adotamos providências para obtenção de tais créditos.

Quanto aos projetos eólicos cuja energia foi comercializada no LER 2009, estamos em fase de validação dos Documentos de Concepção de Projetos (PDD). Esses documentos descrevem todo o projeto e a metodologia utilizada para comprovar que o projeto auxilia no processo de controle dos gases de efeito estufa, e está de acordo com as normas do mecanismo de desenvolvimento limpo definido no protocolo de Kyoto. Uma vez que o processo passe o trâmite necessário e seja aprovado no UNFCCC, o projeto eólico estará apto a emitir certificados de redução de emissão (Certified Emission

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Reduction - CER) que podem ser negociados, adicionando receitas ao projeto. Cabe ressaltar que a geração de energia por fonte eólica é bastante aderente à metodologia aplicada, pois evita o despacho de fontes que utilizam combustíveis fósseis.

Política de Sustentabilidade e Meio-ambiente

Desenvolvemos nossas atividades objetivando assegurar sustentabilidade a longo prazo, pois entendemos que esse é um dos pilares centrais para o bom curso de nossos negócios. Assim, buscamos conscientizar nossos colaboradores, fornecedores e comunidades nas quais atuamos no sentido de preservar o meio-ambiente e utilizar racionalmente os recursos naturais. A geração de energia por usinas eólicas e PCHs é uma geração limpa, que reduz a dependência de consumo de combustíveis fósseis, sendo possível emitir créditos de carbono, que são Certificados emitidos por entidade internacional credenciada ao verificar-se a efetiva contribuição do projeto para a redução de emissão de gases do efeito estufa em consonância com a nova Política Nacional de Mudanças Climáticas e com as determinações da ONU.

Nossa política de sustentabilidade busca, portanto: (i) privilegiar, sempre que possível, o aproveitamento e a capacitação profissional de mão de obra dos locais onde nossos empreendimentos serão desenvolvidos, com a criação de empregos e geração de renda; (ii) buscar a redução contínua do impacto ambiental de nossas atividades; (iii) prevenir acidentes; e (iv) melhorar nossas relações com as entidades fiscalizadoras, comunidades envolvidas e demais partes interessadas. Nossa política prevê, ainda, a utilização dos recursos advindos da comercialização de CERs emitidos por nossos empreendimentos, para apoiar atividades de cunho social, ambiental e cultural nas comunidades onde esses CERs forem gerados.

A abordagem socioambiental é intrínseca ao nosso negócio, seja pela natureza e opção de negócio em geração de energia renovável, pela visão do componente de inovação e de diferenciação de mercado, pela composição do time de profissionais com formação e experiência específicas na área socioambiental ou pela existência de programas ambientais nas regiões onde são implantados os empreendimentos.

Grande parte de nossos empreendimentos em estudo ou em desenvolvimento situa-se em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o que maximiza os impactos positivos de nossa atividade, por meio da criação de emprego e geração de renda, bem como viabilizando investimentos em infraestrutura e capacitação profissional de mão de obra local, criando uma boa receptividade para a nossa atividade por parte das comunidades envolvidas e poder público nas nossas áreas de atuação. Além disso, pretendemos desenvolver continuamente nosso modelo de gestão ambiental, que busca reduzir o impacto ambiental de nossas atividades, inclusive com prevenção de acidentes e melhoria nas nossas relações com entidades públicas fiscalizadoras, comunidades envolvidas e demais partes interessadas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Entendemos que a definição de uma estratégia corporativa para a sustentabilidade e para a sua integração nos processos da organização são de extrema relevância para o sucesso de nossos negócios. Essa estratégia de sustentabilidade permite atrair novos investidores cujo portfólio de investimentos privilegie empresas que buscam inserir nos novos negócios a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, reduzindo riscos de incorrer em custos não previstos e/ou atrasos na execução do Plano de Negócios, mantendo bom relacionamento com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Essa postura permite, ainda, que nos consolidemos como referência em sustentabilidade no mercado, garantindo que a liderança e a equipe da organização estejam altamente alinhadas e motivadas com o tema.

Responsabilidade Social

Consideramos que a ética, a transparência e a responsabilidade são a chave para a condução de nossos negócios junto às comunidades onde nossos empreendimentos estão localizados.

Deste modo, enfatizamos a importância de nossas relações com entidades governamentais e com as comunidades onde operamos ou planejamos operar possibilitando uma atuação de “cidadania empresarial” positiva. Essa cidadania empresarial inclui o respeito pelo meio-ambiente e pelas pessoas nas áreas abrangidas pelos nossos atuais e futuros projetos. Esperamos, desse modo, que os nossos projetos de geração de energia elétrica possibilitem uma melhoria na qualidade de vida nessas regiões, gerando mais empregos e desenvolvendo novas atividades econômicas em harmonia com o meio ambiente.

b) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de nenhuma patente, marca, licença, concessão, franquia ou contrato de royalties relevante para o desenvolvimento de suas atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes: (c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia.

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes e influência nos negócios da Companhia:

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DA COMPANHIA QUE NÃO FIGUREM EM OUTRA PARTE NESTE FORMULÁRIO:

Todos os relacionamento de longo prazo da Companhia foram detalhados em outra parte neste formulário.

7.9 - Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

Nosso capital social é composto por 195.664.918 ações, sendo 145.072.203 ações ordinárias e 50.592.715 ações preferenciais. Na data da realização da nossa última Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de abril de 2012, nossa composição acionária era a seguinte:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	101.123.594	69,7%				
RR Participações	50.561.797	34,9%	0	0,0%	50.561.797	25,8%
Light	50.561.797	34,9%	0	0,0%	50.561.797	25,8%
Outros Acionistas	43.948.609	30,3%	50.592.715	100,0%	94.541.324	48,3%
RR Participações*	18.892.107	13,0%	573.416	1,1%	19.465.523	9,9%
Membros do Conselho de Administração	450.866	0,3%	863.332	1,7%	1.314.198	0,7%
InfraBrasil	11.651.467	8,0%	23.302.933	46,1%	34.954.400	17,9%
Santander	1.896.000	1,3%	3.792.000	7,5%	5.688.000	2,9%
FIP Caixa Ambiental	4.666.666	3,2%	9.333.332	18,4%	13.999.998	7,2%
FIP Santa Barbara	4.228.732	2,9%	8.457.460	16,7%	12.686.192	6,5%
Outros	2.162.771	1,5%	4.270.242	8,4%	6.433.013	3,3%
Total	145.072.203	100,0%	50.592.715	100,0%	195.664.918	100,0%

*Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Controladores indiretos da Companhia:

São controladores da RR Participações S.A. o Sr. Ricardo Lopes Delneri, com 65% do capital social votante, e o Sr. Renato do Amaral Figueiredo, com 35% do capital social votante.

É controladora da Light Energia S.A., com 100% do capital social votante, a Light S.A.

b) Controladas e coligadas e c) participações da Companhia em sociedades do grupo

Controladas Diretas: Nova Renova Energia S.A., Centrais Eólicas Ametista Ltda., Centrais Elétricas Borgo Ltda., Centrais Elétricas Dourados Ltda., Centrais Eólicas Pelourinho Ltda., Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda., Centrais Eólicas Caetité Ltda., Centrais Eólicas Espigão Ltda., Centrais Eólicas Pilões Ltda., Centrais Elétricas Maron Ltda., Renova PCH Ltda., Centrais Elétricas Botuquara Ltda., Centrais Elétricas Itaparica Ltda., Centrais Eólicas São Salvador Ltda. e Enerbras Centrais Elétricas S.A.

Controladas Indiretas: Salvador Eólica Participações S.A., Bahia Eólica Participações S.A., Renova Eólica Participações S.A., Centrais Eólicas Alvorada S.A., Centrais Eólicas Candiba S.A., Centrais Eólicas Guanambi S.A., Centrais Eólicas Guirapá S.A., Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A., Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A., Centrais Eólicas Pindaí S.A., Centrais Eólicas Planaltina S.A., Centrais

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Eólicas Porto Seguro S.A., Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A., Centrais Eólicas Rio Verde S.A., Centrais Eólicas Serra do Salto S.A., Centrais Eólicas Ilhéus S.A. e Centrais Eólicas Igarorã S.A., Centrais Elétricas Morrão Ltda., Centrais Elétricas Seraíma Ltda., Centrais Elétricas Tanque Ltda., Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda. e Energética Serra da Prata S.A.

Nota: Para melhor visualização da estrutura societária, vide item 8.2 deste Formulário de Referência.

d) Participações de sociedades do grupo na Companhia

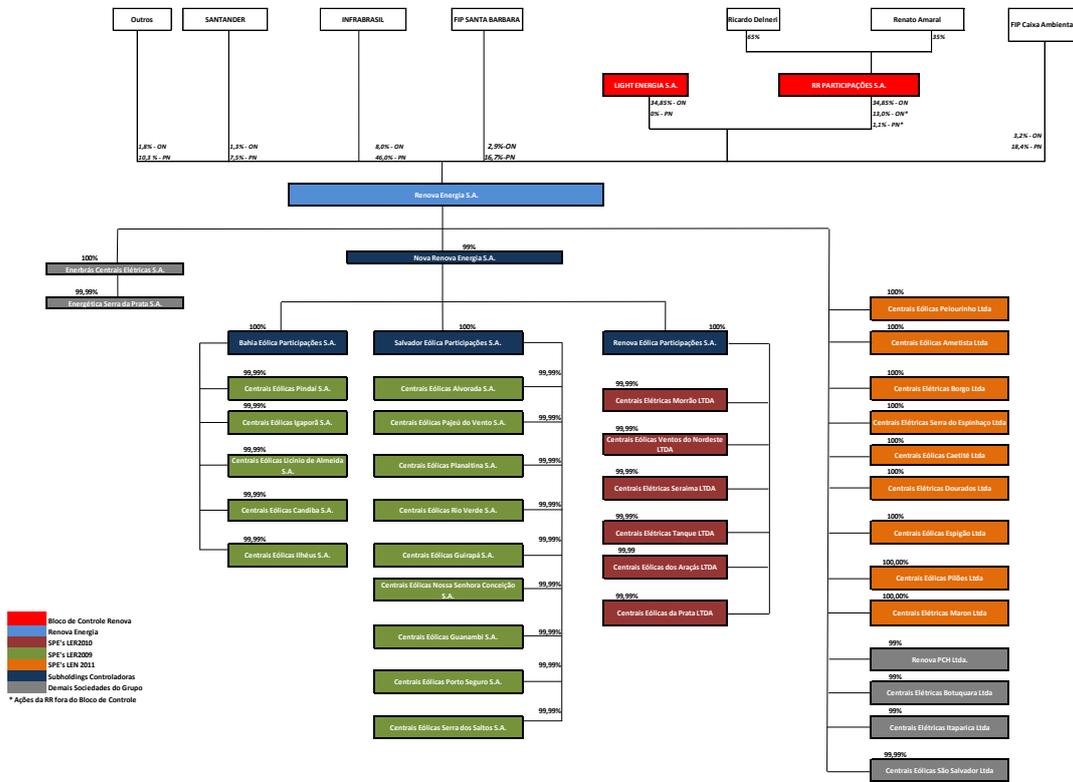
A Companhia não possui participação direta em outras sociedades do grupo econômico em que se insere, além das participações nas Controladas descritas no item (b) deste item.

e) Sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As operações de reestruturação da Companhia estão descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial

(a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

Possuímos 3 (três) PCHs já instaladas no Estado da Bahia, que são compostas por casa de força e barragem, e que compartilham uma subestação elevatória. A casa de máquinas de tais PCHs compreende todos os equipamentos mecânicos, incluindo as turbinas, bem como os equipamentos de natureza elétrica, tais como o grupo gerador e o transformador, dentre outros.

Nós adquirimos as terras que foram alagadas em decorrência da instalação das nossas 3 PCHs e as áreas utilizadas para reservatório. Esses ativos possuem vida útil prolongada e não demandam investimentos adicionais, além da sua manutenção. As nossas 3 (três) PCHs instaladas possuem licença ambiental de operação, concedida pelo IMA do Estado da Bahia.

Temos contratos vigentes com proprietários de imóveis em áreas a serem inundadas em virtude da instalação de algumas PCHs de nosso portfólio, por meio dos quais nos foram outorgadas opções para a aquisição desses imóveis na hipótese de efetivo desenvolvimento dessas PCHs.

Somos parte em contratos de arrendamento que compreendem a totalidade das terras necessárias para a instalação de nossos Parques Eólicos em Implementação.

(b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando: (i) duração; (ii) território atingido; (iii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos; e (iv) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A Companhia é titular, perante o INPI, das marcas “Renova Energia” e “Renova Biodiesel”. Em adição, a marca “Enerbras” encontra-se registrada perante o INPI sob o

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

nº 825595843. Porém, referida marca encontra-se em fase de análise pelo INPI face à apresentação do Pedido de Nulidade Administrativa interposto pela sociedade Enerbras Materiais Elétricos Ltda., que alega o uso anterior da marca. Foi apresentada manifestação ao Pedido de Nulidade Administrativa, tempestivamente, em 14.01.2009, e desde então não houve qualquer movimento com relação a este assunto. Acreditamos que a Companhia não terá problemas em obter o registro desta marca em razão (i) de “Enerbras” ser o nome comercial e razão social de uma das controladas da Companhia; e (ii) da distinção das classes do registro concedido a empresa Enerbras Materiais Elétricos Ltda. e do registro pleiteado por referida controlada. Não obstante, em um eventual e hipotético indeferimento do registro da marca acima descrita, embora pouco provável, não ocasionará efeitos adversos nas atividades da Companhia.

A Companhia implementou uma política de proteção de marcas de sua titularidade, realizando o controle dos pedidos de registro de marcas depositados por terceiros, de maneira a assegurar seus direitos e interesses. Nesses casos, foram tomadas as providências cabíveis junto ao INPI para proteção das marcas, de maneira a não prejudicar as atividades da Companhia.

Adicionalmente, nós e nossas controladas possuímos domínios registrados no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, sendo eles: (i) renovaenergia.com.br, com prazo de vigência até 2015; e (ii) renovaftp.com.br, com prazo de vigência até 2015. Ressaltamos que os titulares de pedidos de marcas ou marcas registradas com nomes correlatos têm preferência no registro dos domínios, razão pela qual acreditamos que não teremos problemas para renová-los no futuro, consignando que eventual indeferimento do registro de algum domínio não trará efeitos adversos para nossas operações.

(c) as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar: (i) denominação social; (ii) sede; (iii) atividades desenvolvidas; (iv) participação do emissor; (v) se a sociedade é controlada ou coligada; (vi) se possui registro na CVM; (vii) valor contábil da participação; (viii) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários; (ix) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil; (x) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados; (xi) montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais; e (xii) razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Ainda, a Companhia tem participação, direta ou indireta, em 39 (trinta e nove) sociedades, conforme abaixo demonstrado.

Companhia - PCH	% Participação				31/03/2012 Valor Contábil
	31/03/2012		31/12/2011		
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	100		100		111.192
Energética Serra da Prata S.A.		99,99		99,99	
Renova PCH LTDA (antiga Bela Vista)	99		99		-9
Companhia - Geração de Energia Eólica	% Participação				31/03/2012 Valor Contábil
	31/03/2012		31/12/2011		
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Nova Renova Energia S.A.	99		99		357.147
Bahia Eólica Participações S.A.		100		100	0
Centrais Eólicas Pindaí S.A.		99,99		99,99	32.696
Centrais Eólicas Igarorã S.A.		99,99		99,99	41.014
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.		99,99		99,99	32.671
Centrais Eólicas Candiba S.A.		99,99		99,99	16.066
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.		99,99		99,99	18.377
Salvador Eólica Participações S.A.		100		100	158
Centrais Eólicas Alvorada S.A.		99,99		99,99	8.322
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.		99,99		99,99	25.499
Centrais Eólicas Planaltina S.A.		99,99		99,99	27.102
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.		99,99		99,99	30.873
Centrais Eólicas Guirapá S.A.		99,99		99,99	28.756
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.		99,99		99,99	28.924
Centrais Eólicas Guanambi S.A.		99,99		99,99	20.739
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.		99,99		99,99	10.489
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.		99,99		99,99	21.785
Renova Eólica Participações S.A.		100		100	-11
Centrais Elétricas Borgo LTDA	100		100		-13
Centrais Elétricas Dourados LTDA	100		100		-14
Centrais Elétricas Maron LTDA	100		100		-14
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço LTDA	100		100		-14
Centrais Eólicas Ametista LTDA	100		100		204
Centrais Eólicas Caetité LTDA	100		100		203
Centrais Eólicas Espigão LTDA	100		100		204
Centrais Eólicas Pelourinho LTDA (anterior Palmares)	100		100		-14
Centrais Eólicas Pilões LTDA (anterior Recôncavo)	100		100		203
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	99,99		99,99		208
Centrais Elétricas Morrão LTDA (anterior Morrinhos)		99,99		99,99	2.361
Centrais Elétricas Seraíma LTDA		99,99		99,99	2.380
Centrais Elétricas Tanque LTDA		99,99		99,99	2.104
Centrais Eólicas dos Araças LTDA		99,99		99,99	2.624
Centrais Eólicas da Prata LTDA		99,99		99,99	1.990
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste LTDA		99,99		99,99	2.239
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	99		99		-9
Centrais Elétricas Itaparica LTDA	99		99		-9

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Para melhor visualização da estrutura societária vide item 8.2 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
PCH Cachoeira da Lixa	Brasil	BA		Arrendada
PCH Colino 1	Brasil	BA		Arrendada
PCH Colino 2	Brasil	BA		Arrendada
Parques Eólicos em Construção - LER 2009	Brasil	BA		Arrendada
Escritório São Paulo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório Salvador	Brasil	BA		Alugada
Escritório Belo Horizonte	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Escritório Caetité	Brasil	BA	Caetité	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Renova Energia	Brasil	definitivo	n/a	n/a
Marcas	Enerbrás	Brasil	definitivo	n/a	n/a
Marcas	Renova Biodiesel	Brasil	definitivo	n/a	n/a

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Centrais Elétricas Borgo Ltda.	12.041.341/0001-94	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
Exercício social				Data		Valor (Reais)		
	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)					
	0,000000	0,000000	0,00					
	0,000000	0,000000	0,00					
	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Dourados Ltda.	12.041.319/0001-44	-	Controlada	Brasil	SP	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
Exercício social				Data		Valor (Reais)		
	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)					
	0,000000	0,000000	0,00					
	0,000000	0,000000	0,00					
	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Maron Ltda.	12.041.214/0001-95	-	Controlada	Brasil	SP	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
Exercício social				Data		Valor (Reais)		
	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)					
	0,000000	0,000000	0,00					
	0,000000	0,000000	0,00					
	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Morrão Ltda.	12.049.829/0001-68	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
Exercício social				Data		Valor (Reais)		
	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)					
	0,000000	0,000000	0,00					
	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data			Valor (Reais)
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Seraima Ltda.	12.047.526/0001-06	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
							Valor mercado	
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00				Valor contábil	
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	12.049.958/0001-56	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
							Valor mercado	
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00				Valor contábil	
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Tanque Ltda.	12.048.059/0001-39	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
							Valor mercado	
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00				Valor contábil	
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Ametista Ltda.	11.201.885/0001-03	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
				Valor mercado					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.									
Centrais Eólicas Caetitê Ltda.	11.201.767/0001-03	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000	
				Valor mercado					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.									
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	11.366.231/0001-30	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000	
				Valor mercado					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.									
Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.	11.201.833/0001-37	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000	
				Valor mercado					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	11.197.321/0001-44	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	12.048.031/0001-00	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Pilões Ltda.	11.201.797/0001-01	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Geração de energia elétrica	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	11.349.836/0001-12	-	Controlada	Brasil	BA	Guanambi	Geração de energia elétrica	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	04.287.373/0001-46	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								
Nova Renova Energia S.A.	12.041.313/0001-77	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	Holding	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								
Renova PCH Ltda.	12.044.208/0001-91	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas no item 9.1 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Companhia atua em um setor de capital intensivo e sua geração de caixa operacional, proveniente de projetos atualmente em operação, e consequentes dividendos pagos pelas SPEs operacionais para a controladora Renova Energia S.A., não é suficiente para a execução de seus investimentos em novos ativos de geração com energia contratada nos mercados regulado e livre.

Nos exercícios encerrados em 2009, 2010 e 2011, nossa receita operacional líquida foi gerada pelos contratos de compra e venda de energia das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2. Os referidos contratos foram celebrados com a Eletrobrás no âmbito do PROINFA e sua receita operacional líquida totalizou R\$33,7 milhões, R\$35,4 milhões e R\$36,6 milhões nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, respectivamente.

Para fazer frente aos investimentos necessários na construção e implantação dos novos ativos de geração, a Companhia utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes investimentos. Os financiamentos do BNDES da linha FINEM, destinados à construção de ativos de energia por fonte eólica, por exemplo, exigem um índice de cobertura de serviço da dívida mínimo de 1,3 durante o prazo total do financiamento. Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Conseqüentemente, este tipo de financiamento tipicamente varia entre 60% e 75% do total do investimento.

Durante o ano de 2011, as quatorze SPEs que venderam energia no LER 2009 receberam o desembolso dos financiamentos na modalidade *Project Finance* junto ao BNDES para construção de seus parques eólicos, no valor de R\$637,6 milhões

Para complementar a geração de caixa operacional e os financiamentos na modalidade *Project Finance* para o investimento nos projetos de geração de energia, a Companhia buscou recursos da seguinte forma: (i) em 2009: aporte de capital do acionista Hourtin Holding S.A. no montante de R\$ 131,0 milhões; (ii) em 2010: R\$160,7 milhões oriundos de sua oferta pública inicial de ações da Companhia; e (iii) em 2011: (a) aumento de capital para investimento da Light no valor de R\$376,0 milhões, homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de outubro de 2011, que fortaleceu a estrutura financeira da Companhia e a sua representatividade no setor, ao contar com um acionista estratégico de grande porte e (b) emissão de notas promissórias no valor de R\$150,0 milhões junto ao Banco Votorantim.

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida totalizava R\$519,4 milhões ao passo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

que atingiu R\$114,2 milhões em 2010 e R\$102,2 milhões em 2009, nas datas de encerramento dos respectivos exercícios sociais. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2011, 2010 e 2009 foi de 0,80, 0,40 e 0,73, respectivamente.

O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2011 era de 2,30 (8,39 em 31 de dezembro de 2010 e 3,05 em 31 de dezembro de 2009), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante, a Companhia possuía R\$2,30 de ativo circulante em 31 de dezembro de 2011, R\$8,39 em 31 de dezembro de 2010 e R\$3,05 em 31 de dezembro de 2009.

Desta forma, considerando as informações acima, a Diretoria da Companhia entende que a Companhia, levando em consideração o estágio de desenvolvimento de seus projetos, apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente ao seu plano de negócios. Em detalhe, estão equacionados os recursos de curto prazo necessários para finalizar a implantação dos 14 parques eólicos do LER 2009 e para iniciar a implantação dos 15 parques eólicos do LER 2010 e A-3 2011, sendo que estes últimos ainda precisarão contratar o financiamento *Project Finance* para complementar os recursos necessários para a sua implantação. A Companhia ainda precisará levantar os recursos necessários para o investimentos de seus projetos de venda de energia no mercado livre, sendo que estes deverão começar a ser desembolsados apenas no segundo semestre de 2014. No momento adequado, a Companhia buscará o financiamento *Project Finance* de longo prazo e para os recursos próprios por meio de outros financiamentos e/ou aumentos de capital.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas: i) hipóteses de resgate; ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem satisfatórios e em linha com a prática de mercado.

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longuíssimo prazo que permitem uma boa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiado também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de *Project Finance* permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% do investimento, o que explica a estrutura de capital ter uma parcela maior formada por capital de terceiros.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fontes de recursos para investimentos	31/12/2011	AV	31/12/2010	AV	31/12/2009	AV
Capitais de terceiros ¹	909.215	58,43%	132.789	31,51%	143.787	50,66%
Capitais próprios ²	646.874	41,57%	288.584	68,49%	140.065	49,34%
Total	1.556.089	100,00%	421.373	100,00%	283.852	100,00%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos e encargos sobre empréstimos.

(2) Capitais Próprios corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva legal, R\$702,8 milhões – R\$34,2 milhões – R\$21,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, R\$749,9 milhões do endividamento total de R\$909,2 milhões eram referentes às operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*, sendo que R\$637,6 milhões eram referentes aos projetos eólicos e R\$112,3 milhões eram referentes às PCHs. No mesmo período, R\$151,0 milhões do endividamento referente à emissão das notas promissórias comerciais com o Banco Votorantim foi contraído pela Renova Energia S.A., que possuía recursos disponíveis suficientes para sua quitação e mantinha posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$389,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, R\$132,8 milhões do endividamento total referentes às PCHs, dos quais de R\$116,7 milhões eram provenientes do financiamento do BNB e R\$16,0 milhões provenientes do financiamento IFC com o Banco Santander. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$18,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2009, R\$143,8 milhões do endividamento total referentes às PCHs, dos quais R\$121,0 milhões eram provenientes do financiamento do BNB e R\$22,8 milhões provenientes do financiamento IFC com o Banco Santander. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia mantinha posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$41,5 milhões.

(I) HIPÓTESES DE RESGATE

Não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A..

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de nosso endividamento, conforme descrito nos itens 10.1.(a) e 10.1.(b), o nosso fluxo de caixa estimado e nossa posição de liquidez, acreditamos ter

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

liquidez e recursos de capital suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos pela Companhia, tais como investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, conforme detalhado nos itens (a) e (b) acima.

Apresentamos, abaixo, nossa posição de ativo circulante contra os compromissos financeiros representados no passivo circulante.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, mantínhamos uma posição de “caixa e equivalentes de caixa” de R\$389,8 milhões (frente aos R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$41,5 milhões em 31 de dezembro de 2009) e um saldo de “contas a receber de clientes” de R\$5,2 milhões (frente aos R\$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2009), montante suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos com “empréstimos e financiamentos”, de R\$154,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 (para fins de comparação, era de R\$6,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$5,9 milhões em 31 de dezembro de 2009), bem como de “fornecedores” de R\$19,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 (para fins de comparação, era de R\$8,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$1,9 milhões em 31 de dezembro de 2009) e de demais passivos circulantes de R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 (para fins de comparação, era de R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$1,6 milhões em 31 de dezembro de 2009). O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2011 era de 2,30 (8,39 em 31 de dezembro de 2010 e 3,05 em 31 de dezembro de 2009), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante, a Companhia possuía R\$2,30 de ativo circulante em 31 de dezembro de 2011, R\$8,39 em 31 de dezembro de 2010 e R\$3,05 em 31 de dezembro de 2009.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para a implantação de nossos empreendimentos de geração em construção, captamos recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital conforme descrito acima. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte é alocada em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES e BNB, assim como instituições financeiras. Adicionalmente, a Renova Energia S.A. (“Controladora”) emitiu notas promissórias comerciais junto ao Banco Votorantim.

Privilegiamos a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía o montante de R\$909,2 milhões de endividamento para investimentos nos nossos empreendimentos de PCH e Eólicos, sendo R\$151,0 milhões provenientes da emissão de notas promissórias comerciais do Banco Votorantim, R\$112,3 milhões proveniente do financiamento no Banco do Nordeste BNB e R\$645,9 milhões proveniente de financiamento junto ao BNDES.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía o montante de R\$132,7 milhões de endividamento para investimentos nos nossos empreendimentos de PCH, sendo R\$116,7 milhões proveniente do financiamento no Banco do Nordeste – BNB e R\$16,0 milhões provenientes do financiamento IFC – Banco Santander.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía o montante de R\$143,8 milhões de endividamento para investimentos nos nossos empreendimentos, sendo R\$121 milhões proveniente do financiamento no Banco do Nordeste – BNB e R\$22,8 milhões provenientes do financiamento IFC – Banco Santander.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos manter nossa estratégia de captação de financiamentos principalmente de longo prazo, pela Companhia ou por meio de nossas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A modalidade de Project *Finance* deve continuar a ser a mais importante.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

Credor(es)	Taxa de Juros	Vencimento	Em			
			31 de dezembro de			
			2011	2010	2009	2008
Banco Nordeste do Brasil S.A.	9,5% a.a.	30.06.2026	112.274	116.848	121.133	125.129
Banco Santander (Brasil) S.A.	2,5 %a.a. + 100% do CDI	23.05.2014	-	15.941	22.653	20.103
Banco Votorantim - Notas Promissórias	100,00% CDI + 3,0% a.a.	12/03/2012	151.031	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	TJLP + 2,18% a.a.	15/04/2029	652.091	-	-	-
Debêntures	12,5% a.a. + IGPM	31.07.2026*	-	-	-	78.219
Total	--	--	915.396	132.789	143.786	223.451

*As debêntures foram canceladas em 29 de maio de 2009.

* Valores não consideram custo de captação. Em 2011 esses valores representaram R\$6,2 milhões totalizando uma dívida líquida de custos de captação de R\$909,2 no período.

Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nordeste do Brasil S.A.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 30 de junho de 2006, a nossa subsidiária Espra celebrou com o BNB um contrato de financiamento no valor de R\$120,0 milhões, referente à exploração de três PCHs na Bahia, sobre o qual incidem juros de 9,5% ao ano, não levando em consideração bônus de adimplência de 15%, exigíveis trimestralmente no dia 30 de cada mês no período compreendido entre 30 de junho de 2006 à 30 de junho de 2008, a partir de então, mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Referido contrato está sujeito ao vencimento antecipado em qualquer das seguintes hipóteses: (i) revogação pela ANEEL de qualquer das autorizações para operar nossas PCHs; (ii) qualquer oneração, transferência ou cessão à terceiros dos direitos decorrentes do contrato, sem o prévio consentimento do BNB; (iii) qualquer alteração no controle direto ou indireto da Espra consumada sem consentimento prévio do BNB; (iv) o emprego dos recursos do financiamento com finalidade diversa da acordada; (v) interrupção nas operações por período superior a 30 dias; (vi) execução de nota promissória ou instrumento similar de contração de dívida por uma quantia superior a R\$0,5 milhão, exceto por uma execução errônea ou cujos efeitos se atenham a um período de 30 dias; e (vii) qualquer outra hipótese de rescisão antecipada usualmente adotada em contratos desta natureza. Ademais, a Espra deverá (a) notificar formalmente o BNB sobre qualquer transferência ou incidência de direitos de terceiros sobre as garantias do financiamento; e (b) submeter à aprovação do BNB qualquer proposta de cisão, fusão ou aquisição envolvendo a Espra, bem como qualquer outro ato que possa resultar em alterações na sua estrutura societária atual, controle de seu capital votante ou transferência de seu controle.

As garantias do financiamento obtido perante o BNB são as seguintes:

- **Garantia Fidejussória.** O financiamento é garantido por fiança outorgada pela Enerbras, Renato do Amaral Figueiredo e Ricardo Lopes Delneri.
- **Hipoteca.** Constituímos, em favor do BNB, hipoteca de primeiro grau de quatro imóveis rurais, bem como todas as instalações e benfeitorias existentes nas quais nossas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2 estão localizadas.
- **Penhor de ações.** A Enerbras empenhou em favor do BNB a totalidade das ações ordinárias representativas de sua participação no capital social da Espra, com a exceção de que os respectivos direitos de voto permanecem com a Enerbras, salvo para matérias que requerem prévia aprovação do BNB, que incluem (i) mudanças no Estatuto Social da Espra; (ii) fusão, cisão ou operações de consolidação que afetem a Espra; (iii) a declaração de falência da Espra ou o pedido de recuperação judicial; e (iv) a alteração na participação detida pela Enerbras na Espra.
- **Penhor sobre os direitos emergentes de resoluções autorizativas da ANEEL.** Empenhamos, em favor do BNB, os direitos emergentes das resoluções autorizativas da ANEEL, que autorizam a Espra a gerar energia elétrica por meio da operação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.
- **Penhor de Recebíveis.** Empenhamos também a receita proveniente dos contratos de compra e venda de energia elétrica que firmamos com a Eletrobrás para garantir o

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

financiamento obtido junto ao BNB. Nos termos do instrumento de penhor, o BNB poderá executá-lo caso haja a rescisão antecipada do contrato de financiamento.

- Fundo de Liquidez em Conta Reserva. Temos também um saldo de R\$11,875 milhões aplicado em um fundo de investimento financeiro em 31 de dezembro de 2011, com aplicações em títulos públicos de renda fixa e referenciado pelo CDI, administrado pelo BNB, que se encontra caucionado e vinculado ao financiamento.

Por fim, em decorrência das condições estabelecidas para o penhor de direitos e cessão de receitas, o BNB atua como agente coletor das receitas advindas do fornecimento de eletricidade à Eletrobrás.

Contrato de Financiamento Firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O financiamento junto ao BNDES foi separado em dois blocos de projetos e destina-se à construção e implantação de centrais geradoras eólicas localizadas na Bahia. O primeiro bloco, "Renova 1", é composto por nove SPEs: Centrais Eólicas Alvorada S.A.; Centrais Eólicas Guanambi S.A.; Centrais Eólicas Guirapá S.A.; Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.; Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.; Centrais Eólicas Planaltina S.A.; Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.; Centrais Eólicas Rio Verde S.A.; Centrais Eólicas Serra do Salto S.A..

O financiamento do bloco "Renova 1" é de R\$ 586,7 milhões. Desse valor, R\$ 580,3 milhões possui taxa de juros de TJLP (taxa de juros de longo prazo) +1,92%, até 2 anos de carência de juros e principal, e 16 anos de prazo de amortização. O financiamento do bloco "Renova 1" inclui, ainda, um sub-crédito social no valor de R\$6,4 milhões, que possui taxa de juros de TJLP +0%, até 2 anos de carência de juros e principal e 6 anos de amortização.

O segundo bloco de projetos, "Renova 2" é composto por 5 SPEs: Centrais Eólicas Candiba S.A.; Centrais Eólicas Igaporã S.A.; Centrais Eólicas Ilhéus S.A.; Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.; Centrais Eólicas Pindaí S.A..

O financiamento do bloco "Renova 2" é de R\$297,4 milhões. Desse valor, R\$ 294,4 milhões, possui taxa de juros de TJLP (taxa de juros de longo prazo) +2,18%, até 2 anos de carência de juros e principal, e 16 anos de prazo de amortização. O financiamento do bloco "Renova 2" inclui, ainda, um sub-crédito social no valor de R\$3,0 milhões, que possui taxa de juros de TJLP+0%, até 2 anos de carência de juros e principal e 6 anos de amortização.

Desta forma, a estruturação financeira junto ao BNDES para os projetos do LER 2009 perfaz o montante de R\$884,1 milhões para o complexo de 14 parques contratados no LER 2009, que estão sendo construídos conforme o cronograma e passam atualmente pelo processo de montagem e instalação dos aerogeradores. O complexo, que totaliza 293,6MW de capacidade instalada, deve iniciar sua operação em julho de 2012.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado em qualquer das seguintes hipóteses, dentre outras: (i) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão de prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (ii) constituição, sem prévia anuência do BNDES, de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (iii) não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações e das licenças exigidas para construir, operar e manter o projeto; (iv) modificação do controle efetivo, direto ou indireto, das SPEs dos projetos “Renova 1” e “Renova 2” e das *subholdings* da Companhia, sem a prévia anuência do BNDES; (v); homologação de plano de recuperação extrajudicial, o deferimento de recuperação judicial ou a decretação de falência das SPEs dos projetos “Renova 1” e “Renova 2”; (vi) vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado por qualquer empresa integrante do mesmo grupo econômico das SPEs dos projetos “Renova 1” e “Renova 2” com o BNDES ou com agentes financeiros em razão de um repasse de recursos do BNDES; (vii) em qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado de qualquer instrumento firmado pelas SPEs dos projetos “Renova 1” e “Renova 2” relativo ao projeto, mesmo que o BNDES dele não seja parte e que, a critério do BNDES, possa afetar a implantação e/ou operação do projeto.

Os contratos de financiamento celebrados com o BNDES referentes ao Leilão de Energia de Reserva de 2009 (LER) são garantidos por:

- i. Fiança bancária durante a construção e primeiro ano de operação comercial;
- ii. Penhor dos direitos creditórios provenientes dos contratos assinados com (a) ABB Ltda.; (b) Consórcio entre Construtora Queiroz Galvão S.A. / Mercúrios Engenharia S.A.(b) Consórcio Engineering S.A. (d) General Eletric do Brasil – Equipamento e Serviços Ltda. (e) General Eletric do Brasil – Equipamento e Serviços Ltda. (f) Enex O&M de Sistemas Elétricos S.A. (g) Proprietários dos terrenos onde o projeto será instalado (h) Qualquer outro contrato que venha a ser firmado para realização e operação do projeto;
- iii. Penhor da totalidade das ações das Intervenientes Salvador Eólica S.A. e Bahia Eólica S.A.;
- iv. Penhor da totalidade das ações da Interveniente Nova Renova S.A. e das futuramente detidas de emissão da Salvador Eólica S.A. e Bahia Eólica S.A.;
- v. Cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes do Contrato de Energia de Reserva celebrado com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- vi. Propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos relativos ao projeto;
- vii. Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL;
- viii. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios das Contas “Conta Reserva Especial” e “Conta Garantia”.

Notas Promissórias Comerciais Emitidas Junto ao Banco Votorantim

A Companhia, em 18 de março de 2011, emitiu notas promissórias comerciais no valor total de R\$150,0 milhões em distribuição pública com esforços restritos de colocação e vencimento em 12 de março de 2012.

A cártula está sujeita às seguintes hipóteses de vencimento antecipado, dentre outras: (i) a Companhia e/ou sua controladora ou qualquer uma de suas controladas ou

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

coligadas deixem de pagar quaisquer dividas ou deixem de cumprir quaisquer obrigações pecuniárias cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$3,0 milhões de reais para a Companhia e R\$500 mil reais para a suas controladas; (ii) decretação de falência, liquidação e/ou dissolução da Companhia, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas ou coligadas; (iii) pedido de recuperação judicial ou extra judicial ou falência formulado pela Companhia, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas ou coligadas, ou eventos similares; (iv) mudança direta ou indireta do controle acionário da Companhia; (v) inadimplemento pela Companhia de pagamento de principal ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às notas promissórias comerciais; (vi) autuações impostas à Companhia e/ou as suas controladas diretas e indiretas e/ou seus controladores pelos órgãos governamentais aplicáveis, em montantes superiores a R\$3,0 milhões, desde que não seja a devida contestação; (vii) concessão de preferência a outros créditos, realização de amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias sem a anuência dos titulares das notas promissórias comerciais, exceto na medida em que seja necessário para a obtenção de empréstimos e/ou financiamentos junto a agências de fomento, agências multilaterais e/ou bancos de desenvolvimento; (viii) concessão de mútuos a terceiros, pela Enerbrás ou pela Espra, sem a anuência dos titulares das notas promissórias comerciais; (ix) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, Enerbrás ou Espra; (x) constituição de qualquer espécie de garantia ou gravame sobre os bens e direitos onerados no âmbito da emissão sem que haja prévia anuência dos titulares das notas promissórias comerciais; (xi) contratação de novos financiamentos pela Enerbras e/ou Espra sem anuência dos titulares das notas promissórias comerciais; (xii) emissões de quaisquer valores mobiliários, pela Enerbras e/ou Espra, adiantamento para futuro aumento de capital e/ou instrumentos de dívida, cessão de recebíveis ou qualquer outra forma de adiantamento de recursos, sem a prévia anuência dos detentores das notas promissórias comerciais; (xiii) realização de aplicações financeiras, pela Enerbras e/ou pela Espra em ativos financeiros, exceto títulos públicos do Brasil e títulos de emissão de instituições financeiras de primeira linha sediadas no Brasil.

As notas promissórias comerciais emitidas junto ao Banco Votorantim são garantidas por:

- i. Alienação Fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbrás e de propriedade da Companhia;
- ii. Todos os bens e direitos decorrentes ou relacionados a essas ações, incluindo, sem limitar, dividendos, juros sobre capital próprio ou contribuição de capital.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Grau de subordinação entre as dívidas (Exercício Social 31/12/2011)					
Tipo de Dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	155.936.000,00	126.284.000,00	94.462.000,00	538.714.000,00	915.396.000,00
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	-	-	-	-	-
Total	155.936.000,00	126.284.000,00	94.462.000,00	538.714.000,00	915.396.000,00

Observação: As demonstrações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas, incluindo, dentre outras:

- limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- limitações à nossa capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas controladas, possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), as quais determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e custos a incorrer.

Eventual descumprimento destas restrições pode levar ao vencimento antecipado de tais obrigações financeiras, bem como de outros contratos financeiros que estipulem, como causa de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou suas controladas.

Nos últimos 12 meses, a Companhia apresentou um índice de cobertura da dívida superior ao mínimo exigido pelos seus credores e não infringiu nenhuma cláusula estipulada em seus contratos de financiamento e nas escrituras de emissão.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os contratos de financiamento na modalidade de *Project Finance* das quatorze SPes que venderam energia no LER 2009 são no valor de R\$884,0 milhões. Durante o período de 2011 foram desembolsados R\$637,6 milhões, restando R\$246,4 milhões,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

equivalentes a 27,9% do valor total do financiamento, para desembolso ao longo do ano de 2012.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (“CPC”), aplicáveis a suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*). Abaixo descrevemos os reflexos decorrentes da adoção.

- **Reconciliação das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS) e da controladora (CPC)**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs). As demonstrações financeiras individuais da Companhia (controladora) foram preparadas de acordo com os CPCs.

Conforme previsto no CPC 43- R1, o patrimônio líquido e o lucro líquido apresentado nas informações financeiras individuais, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, divergem do IFRS em função apenas: (i) da adoção do método de equivalência patrimonial na avaliação de investimentos em controladas e (ii) da existência de saldo de ativo diferido ainda não amortizado, também nessas demonstrações.

A reconciliação do patrimônio líquido e dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está demonstrada como segue:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Controladora (CPC)	649.131	292.353	1.060	(32)
Baixa do ativo diferido e reversões das respectivas amortizações no resultado	(2.257)	(3.769)	1.512	1.530
Consolidado (IFRS)	646.874	288.584	2.572	1.498

Descrição das diferenças entre as práticas contábeis e respectivos ajustes:

A principal diferença entre a demonstração financeira consolidada (IFRS) e a demonstração financeira da controladora (CPC), está descrita abaixo:

Ativo diferido

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), a administração da Companhia baixou contra lucros acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido com base na IAS 38, enquanto foi mantido na posição individual da Companhia, visto que para fins dessas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

demonstrações a administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização.

• Informações por Segmento – CPC 22

A Companhia apresenta 03 segmentos reportáveis conforme descrito a seguir, que são unidades de negócios estratégicas da Companhia. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes fontes de energia renováveis e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e fase de operação. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se as atividades administrativas desenvolvidas pela Holding:

- PCH (Desenvolvimento e Geração de Energia Renovável através de fontes hídricas). Este segmento inclui desenvolvimento de projetos de Inventários e Projetos Básicos e Geração de energia das coligadas Espra e Enerbras. Esse segmento já se encontra em fase de operação para comparabilidade dos anos de 2011 e 2010.
- Eólicas (Implantação e Geração de Energia Renovável através de fontes eólicas). Este segmento inclui implantação dos projetos vencedores dos leilões de energia pela Companhia e operação dos mesmos. Esse segmento está em fase de implantação dos parques dos Leilões LER 2009, LER 2010 e LEN 2011, com data prevista para entrada em operação e geração de energia dos primeiros parques a partir de julho de 2012.
- Novas Tecnologias e Prospecção (Desenvolvimento de novos projetos). Este segmento inclui a prospecção e o desenvolvimento de projetos de novos parques eólicos e desenvolvimento de novas tecnologias para geração de energia utilizando recursos renováveis. Este segmento teve início a partir de 2011.

	2011					2010				
	PCH	Eólicas	Novas Tecnologias	Adm	Consolidado	PCH	Eólicas	Novas Tecnologias	Adm	Consolidado
Receita Líquida	36.553	-	-	-	36.553	35.486	-	-	-	35.486
Gastos não gerenciáveis	(1.155)	-	-	-	(1.155)	(1.219)	-	-	-	(1.219)
Margem Bruta	35.398	-	-	-	35.398	34.267	-	-	-	34.267
Gastos gerenciáveis	(5.397)	(1.908)	-	(21.159)	(28.464)	(4.789)	(122)	-	(13.382)	(18.293)
Depreciação	(5.674)	-	(988)	(195)	(6.857)	(5.675)	-	-	(196)	(5.871)
EBITDA	30.001	(1.908)	-	(21.159)	6.934	29.478	(122)	-	(13.382)	15.974
Resultado Financeiro	(8.096)	830	-	12.434	5.168	(10.464)	(4)	-	3.575	(6.893)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.171)	(502)	-	-	(2.673)	(1.712)	-	-	-	(1.712)
Lucro Líquido	14.060	(1.580)	(988)	(8.920)	2.572	11.627	(126)	-	(10.003)	1.498
Ativos Totais	260.653	1.063.417	2.527	252.904	1.579.501	249.667	56.079	2.745	123.047	431.538
Passivos Totais	124.921	689.804	-	117.902	932.627	133.626	6.636	-	2.692	142.954

*Depreciação ajustada de acordo com IFRS para o Segmento de PCH.

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia deverá ser lida junto com as demonstrações financeiras da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, e respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens deste Formulário de Referência, em especial as do item 3 e demais subitens deste item 10.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada e as variações ocorridas nos períodos apresentados.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
	2011	AV	2010	AV	Variação 2011x2010
Receitas	36.553	100,00%	35.486	100,00%	3,01%
Custo do Serviço de energia elétrica e custo de operação	<u>(10.890)</u>	-30,69%	<u>(10.503)</u>	-29,60%	3,68%
Lucro bruto	25.663	72,32%	24.983	70,40%	2,72%
Despesas operacionais	<u>(25.586)</u>	-72,10%	<u>(14.880)</u>	-41,93%	71,95%
Outras receitas operacionais	-	0,00%	-	0,00%	
Despesas gerais e administrativas	(22.930)	-64,62%	(14.176)	-39,95%	61,75%
Despesas tributárias	-	0,00%	-	0,00%	
Depreciações e amortizações	(1.190)	-3,35%	(204)	-0,57%	483,33%
Outras despesas	<u>(1.466)</u>	-4,13%	<u>(500)</u>	-1,41%	
			-		
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	77	0,22%	10.103	28,47%	-99,24%
Despesas financeiras	(14.910)	-42,02%	(12.522)	-35,29%	19,07%
Receitas financeiras	20.078	56,58%	5.629	15,86%	256,69%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	5.168	14,56%	(6.893)	-19,42%	-174,97%
Resultado antes dos impostos	5.245	14,78%	3.210	9,05%	63,40%
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(2.673)</u>	-7,53%	<u>(1.712)</u>	-4,82%	56,13%
Lucro do período	2.572	7,25%	1.498	4,22%	71,70%

Receita operacional líquida

A nossa receita operacional líquida relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$36,6 milhões, representando um aumento de R\$1,1 milhão em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esta receita é proveniente de nossa controlada Espra e esta variação ocorreu devido ajuste de IGPM de nosso contrato. Nossa tarifa de energia em 2011 era de R\$182,06 por MWh, tendo sido reajustada pelo IGPM em junho de 2011. Antes desse reajuste nossa tarifa era de R\$165,82 por MWh.

Custos do Serviço de Energia Elétrica

Em 2011, nossos custos do serviço de energia elétrica foram de R\$10,9 milhões, representando um aumento de R\$0,4 milhão em comparação com os custos do serviço vendido em 2010, de R\$10,5 milhões. Esse aumento corresponde ao reajuste em nossos contratos de TUSD, e manutenção e operação. Em 2011 os principais gastos são: R\$5,7 milhões de depreciação, R\$4,1 milhões de custo de operação e R\$1,1 milhão de custo de conexão TUSD.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram equivalentes a R\$22,9 milhões, apresentando um aumento de R\$8,8 milhões na comparação com o exercício de 2010, quando as nossas despesas operacionais foram de R\$14,9 milhões. As despesas administrativas consolidadas referem-se majoritariamente à estrutura corporativa da Companhia, que realiza as atividades administrativo-financeiras, contábil-fiscal, legal e regulatória,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dentre outras para as sociedades operacionais detentoras dos ativos. As despesas administrativas registradas no período apresentaram um aumento de 62%, principalmente devido ao aumento na estrutura da Companhia. No mesmo período, aumentamos nosso quadro de colaboradores em 63%, passando de 68 em 2010 para 111 no final de 2011.

Receitas (despesas) Financeiras Líquidas

As receitas financeiras líquidas foram positivas em R\$5,2 milhões, representando um aumento significativo se comparado ao ano anterior. Tal variação refere-se basicamente às receitas de aplicações financeiras oriundas do aumento de capital realizado em 17 de agosto de 2011 em decorrência do investimento da Light Energia na Renova e dos minoritários que acompanharam a Light Energia no aumento de capital, no montante de R\$376,0 milhões.

Lucro do Período

Em 2011, a Companhia apresentou resultado positivo em R\$2,6 milhões, representando aumento de R\$1,1 milhão no lucro líquido em relação a 2010, devido principalmente às receitas financeiras do período.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(em milhares de reais, exceto porcentagem)

Ativo	Saldos em 31 de dezembro de				Variação 2010 x 2009
	2011	AV	2010	AV	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	389.846	24,68%	18.569	4,30%	-95%
Contas a receber de clientes	5.152	0,33%	3.918	0,91%	-24%
Ativo fiscal corrente	1.512	0,10%	1.274	0,30%	-16%
Adiantamentos a fornecedores	13.479	0,85%	121.059	28,05%	798%
Pagamentos antecipados	1.408	0,09%	576	0,13%	-59%
Cauções e depósitos vinculados	40	0,00%	59	0,01%	48%
Outros créditos	393	0,02%	105	0,02%	-73%
	<u>411.830</u>	26,07%	<u>145.560</u>	33,73%	-65%
Não circulante					
Partes relacionadas	244	0,02%	164	0,04%	-33%
Títulos de capitalização	25	0,00%	25	0,01%	0%
Cauções e depósitos vinculados	11.875	0,75%	12.019	2,79%	1%
Ágio	119.272	7,55%	119.272	27,64%	0%
(-) Provisão do Ágio no momento da incorporação	(119.272)	-7,55%	(119.272)	-27,64%	0%
Outros investimentos	70	0,00%	70	0,02%	0%
Imobilizado em serviço	196.337	12,43%	196.310	45,49%	0%
Imobilizado em curso	959.120	60,72%	77.390	17,93%	-92%
	<u>1.167.671</u>	73,93%	<u>285.978</u>	66,27%	-76%
	<u>1.579.501</u>	100,00%	<u>431.538</u>	100,00%	-73%

(em milhares de reais, exceto porcentagem)

Passivo	Saldos em 31 de dezembro de				Variação 2010 x 2009
	2011	AV	2010	AV	
Circulante					
Fornecedores	19.566	1,24%	8.100	1,88%	-59%
Empréstimos e financiamentos	154.314	9,77%	6.336	1,47%	-96%
Encargos sobre empréstimos	1.031	0,07%	854	0,20%	-17%
Passivo fiscal corrente	2.262	0,14%	1.263	0,29%	-44%
Salários e férias a pagar	1.413	0,09%	652	0,15%	-54%
Outras contas a pagar	171	0,01%	150	0,03%	-12%
	<u>178.757</u>	11,32%	<u>17.355</u>	4,02%	-90%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	739.440	46,81%	125.599	29,10%	-83%
Encargos sobre empréstimo	14.430		-		
	<u>753.870</u>	47,73%	<u>125.599</u>	29,10%	-83%
Patrimônio líquido					
Capital social	702.788	44,49%	326.515	75,66%	-54%
(-) Gastos na emissão de ações	(34.241)	-2,17%	(13.686)	-3,17%	-60%
Reservas de capital	-	0,00%	-	0,00%	0%
Prejuízos acumulados	(21.673)	-1,37%	(24.245)	-5,62%	12%
	<u>646.874</u>	40,95%	<u>288.584</u>	66,87%	-55%
	<u>1.579.501</u>	100,00%	<u>431.538</u>	100,00%	-73%

ATIVO**Circulante**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Disponibilidade: O saldo desta conta passou de R\$18,6 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$389,8 milhões, na mesma data de 2011, principalmente devido à integralização do capital social investido pela Light Energia bem como pelos acionistas minoritários que optaram por acompanhar o aumento de capital (R\$ 376,0 milhões).

Adiantamento a Fornecedores: O saldo desta conta passou de R\$121,1 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$13,5 milhões, na mesma data de 2011, refletindo os pagamentos realizados aos nossos fornecedores referentes aos investimentos em nossos projetos de parques eólicos.

Não Circulante

Imobilizado em Serviço: O saldo desta conta passou de R\$196,3 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$196,3 milhões, na mesma data de 2009, devido à depreciação ocorrida durante o ano de 2011.

Imobilizado em Curso: O saldo desta conta passou de R\$77,4 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$959,1 milhões, na mesma data de 2011, refletindo o aumento dos investimentos da Companhia nos empreendimentos eólicos vencedores do LER 2009 e LER 2010 e projetos de PCH's.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: O saldo desta conta passou de R\$8,1 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$19,6 milhões, na mesma data de 2011, devido principalmente às compras de ativos imobilizados ocorridos em 2011.

Empréstimos e Financiamentos: O saldo desta conta passou de R\$6,3 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$154,3 milhões, na mesma data de 2011, devido aos pagamentos previstos em contrato.

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: O saldo desta conta passou de R\$125,6 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$753,9 milhões, na mesma data de 2011, devido aos pagamentos incorridos e classificação de parcelas de amortização para curto prazo, conforme previsto nos contratos financeiros da Companhia.

Patrimônio Líquido

O saldo desta conta passou de R\$288,6 milhões, em 31 de dezembro de 2010, para R\$646,9 milhões, na mesma data de 2011, devido ao aumento de capital para o investimento da Light no valor de R\$376,0 milhões.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(em milhares de reais, exceto porcentagem)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação 2010x2009
	2010	AV	2009 - Ajustado	AV	
Receitas	35.486	100,00%	33.753	100,00%	5,13%
Custo dos Serviços	(10.503)	-29,60%	(9.496)	-28,13%	10,60%
Lucro bruto	24.983	70,40%	24.257	71,87%	2,99%
Despesas operacionais	(14.880)	-41,93%	(7.520)	-22,28%	97,87%
Outras receitas	-		1	0,00%	-100,00%
Despesas gerais e administrativas	(14.176)	-39,95%	(7.371)	-21,84%	92,32%
Despesas tributárias	-		(16)	-0,05%	-100,00%
Depreciações e amortizações	(204)	-0,58%	(134)	-0,40%	52,32%
Outras despesas	(500)	-1,41%	-	0,00%	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	10.103	28,47%	16.737	49,59%	-39,64%
Despesas financeiras	(12.522)	-35,29%	(19.103)	-56,60%	-34,45%
Receitas financeiras	5.629	15,86%	4.357	12,91%	29,20%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(6.893)	-19,42%	(14.746)	-43,69%	-53,26%
Resultado antes dos impostos	3.210	9,05%	1.991	5,90%	61,22%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.712)	-4,82%	(1.482)	-4,39%	15,52%
Lucro do período	1.498	4,22%	509	1,51%	194,30%

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$35,5 milhões, representando um aumento de R\$1,7 milhão em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando tivemos receita operacional líquida de R\$33,8 milhões. Esta receita é proveniente de nossa controlada Espra e esta variação ocorreu devido ajuste de IGPM de nosso contrato. Nossa tarifa de energia em 2010 era de R\$165,85 por MWh, tendo sido reajustada pelo IGPM em junho de 2010. Antes desse reajuste nossa tarifa era de R\$159,20 por MWh.

Custos do Serviço de Energia Elétrica

Em 2010, nossos custos do serviço de energia elétrica foram de R\$10,5 milhões, representando um aumento de R\$1 milhão em comparação com os custos do serviço vendido em 2010, de R\$9,5 milhões. Esse aumento corresponde ao reajuste em nossos contratos de TUSD, e manutenção e operação. Em 2010 os principais gastos são: R\$5,6 milhões de depreciação, R\$3,6 milhões de custo de operação e R\$1,2 milhão de custo de conexão TUSD.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram equivalentes a R\$14,2 milhões, apresentando um aumento de R\$6,7 milhões na comparação com o exercício de 2009, quando as nossas despesas operacionais foram de R\$7,4 milhões. As despesas administrativas consolidadas referem-se majoritariamente à estrutura corporativa da Companhia, que realiza as atividades administrativo-financeiras, contábil-fiscal, legal e regulatória, dentre outras para as sociedades operacionais detentoras dos ativos. Excluindo o impacto dos projetos descontinuados no montante de R\$3,2 milhões, as despesas administrativas registradas no período apresentaram um aumento de 58%, principalmente devido ao aumento na estrutura da Companhia, onde os maiores impactos foram nas despesas de consultoria, serviços jurídicos e publicações, refletindo um aumento de R\$2,2 milhões, quando comparado ao mesmo período de 2009, despesas essas necessárias para suportar o crescimento das atividades. No

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

mesmo período, aumentamos nosso quadro de colaboradores em 58%, passando de 43 em 2009 para 68 no final de 2010.

Resultado (Despesas) Financeiras Líquidas

Tivemos uma despesa financeira líquida de R\$6,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, em comparação com um resultado líquido negativo de R\$14,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Tal resultado de 2010 representa uma redução de 53% se comparado ao ano de 2009 e decorre de um incremento na receita financeira de R\$1,5 milhão, em virtude das aplicações dos recursos obtidos no IPO em julho de 2010, e redução das despesas financeiras em R\$6,3 milhões, devido principalmente ao cancelamento das debêntures em março de 2009.

Lucro do Período

O lucro líquido da Companhia foi de R\$1,5 milhão em 2010, variando positivamente em R\$1 milhão em relação ao lucro líquido de R\$0,5 milhão apurado em 2009. Esse resultado em parte reflete a adoção dos IFRS e CPC's pela Companhia. O resultado da companhia antes dos ajustes de adoção do IFRS foi de prejuízo de R\$0,0 milhão em 2010 comparado a prejuízo de R\$1,5 milhão em 2009, variando positivamente de R\$1,5 milhão devidos principalmente a redução das despesas financeiras devido ao cancelamento das debêntures, e aumento nas despesas administrativas conforme explicado anteriormente.

Abaixo demonstramos os efeitos das demonstrações financeiras consolidadas e da controladora:

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(em milhares de reais, exceto porcentagem)	Saldos em 31 de dezembro de				Variação 2010 x 2009
	2010	AV	2009 Ajustado	AV	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	18.569	4,30%	41.475	14,43%	-55,23%
Contas a receber de clientes	3.918	0,91%	3.903	1,36%	0,38%
Ativo fiscal corrente	1.274	0,30%	477	0,17%	167,09%
Adiantamento a fornecedores	121.059	28,05%	659	0,23%	n/a
Pagamentos antecipados	576	0,13%	387	0,13%	48,84%
Cauções e depósitos vinculados	59	0,01%	55	0,02%	7,27%
Outros créditos	105	0,02%	72	0,03%	45,83%
	<u>145.560</u>	33,73%	<u>47.028</u>	16,36%	209,52%
Não circulante					
Partes relacionadas	164	0,04%	40	0,01%	310,00%
Títulos de capitalização	25	0,01%	25	0,01%	0,00%
Cauções e depósitos vinculados	12.019	2,79%	13.077	4,55%	-8,09%
Ágio	119.272	27,64%	-	-	-
(-) Provisão do Ágio no momento da incorporação	(119.272)	-27,64%	-	-	-
Outros investimentos	70	0,02%	70	0,02%	0,00%
Imobilizado em serviço	196.310	45,49%	202.433	70,43%	-3,02%
Imobilizado em curso	77.390	17,93%	24.761	8,61%	212,55%
	<u>285.978</u>	66,27%	<u>240.406</u>	83,64%	18,96%
	<u>431.538</u>	100,00%	<u>287.434</u>	100,00%	50,13%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(em milhares de reais, exceto porcentagem)	Saldos em 31 de dezembro de				Variação 2010 x
	2010	AV	2009 Ajustado	AV	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	8.100	1,88%	1.968	0,68%	311,59%
Empréstimos e financiamentos	6.336	1,47%	5.964	2,07%	6,24%
Encargos sobre empréstimos	854	0,20%	5.888	2,05%	-85,50%
Passivo fiscal corrente	1.263	0,29%	620	0,22%	103,71%
Salários e férias a pagar	652	0,15%	478	0,17%	36,40%
Outras contas a pagar	150	0,03%	516	0,18%	-70,93%
	<u>17.355</u>	4,02%	<u>15.434</u>	5,37%	12,45%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	<u>125.599</u>	29,10%	<u>131.935</u>	45,90%	-4,80%
	<u>125.599</u>	29,10%	<u>131.935</u>	45,90%	-4,80%
Patrimônio Líquido					
Capital social	326.515	75,66%	46.536	16,19%	601,64%
(-) Gastos na emissão de ações	(13.686)	-3,17%	-	0,00%	
Reservas de capital	-	0,00%	119.272	41,50%	-100,00%
Prejuízos acumulados	<u>(24.245)</u>	-5,62%	<u>(25.743)</u>	-8,96%	-5,82%
	<u>288.584</u>	66,87%	<u>140.065</u>	48,73%	106,04%
	<u>431.538</u>	100,00%	<u>287.434</u>	100,00%	50,13%

ATIVO**Circulante**

Disponibilidade: O saldo desta conta passou de R\$41,5 milhões, em 31 de dezembro de 2009, para R\$18,6 milhões, na mesma data de 2010, principalmente devido à utilização de recursos em investimentos dos empreendimentos dos parques eólicos vencedores do LER 2009 e LER 2010. Em 13 de julho de 2010 houve um incremento no montante líquido recebido de R\$147 milhões, correspondente a parte dos valores que foram aportados na Companhia em virtude da conclusão do processo de IPO.

Adiantamento a Fornecedores: O saldo desta conta passou de R\$0,7 milhão, em 31 de dezembro de 2009, para R\$121,1 milhões, na mesma data de 2010, refletindo o aumento de nossos investimentos em nossos projetos de parques eólicos, inventários e projetos básicos.

Não Circulante

Imobilizado em Serviço: O saldo desta conta passou de R\$202,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009, para R\$196,3 milhões, na mesma data de 2010, devido à depreciação ocorrida durante o ano de 2010.

Imobilizado em Curso: O saldo desta conta passou de R\$24,8 milhões, em 31 de dezembro de 2009, para R\$77,4 milhões, na mesma data de 2010, refletindo o aumento dos investimentos da Companhia nos empreendimentos eólicos vencedores do LER 2009 e LER 2010 e projetos de PCH's.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: O saldo desta conta passou de R\$2,0 milhões, em 31 de dezembro de 2009, para R\$8,1 milhões, na mesma data de 2010, devido principalmente às compras de ativos imobilizados ocorridos em 2010.

Empréstimos e Financiamentos: O saldo desta conta passou de R\$6,0 milhões, em 31 de dezembro de 2009, para R\$6,3 milhões, na mesma data de 2010, devido aos pagamentos previstos em contrato.

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: O saldo desta conta passou de R\$131,9 milhões, em 31 de dezembro de 2009, para R\$125,6 milhões, na mesma data de 2010, devido aos pagamentos incorridos e classificação de parcelas de amortização para curto prazo, conforme previsto nos contratos financeiros da Companhia.

Patrimônio Líquido

O saldo desta conta passou de R\$140,1 milhões, em 31 de dezembro de 2009, para R\$288,6 milhões, na mesma data de 2010, devido a: (i) aumento no capital social ocorrido em 13 de julho de 2010 em virtude da primeira oferta pública de ações – IPO no montante de R\$147 milhões líquidos; e (ii) lucro no valor de R\$1,5 milhão.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

Nossa receita operacional é gerada unicamente por meio da comercialização de energia elétrica.

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$33,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$35,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, demonstrando um aumento de 5,13%, e em seguida para R\$36,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, de 3,01% em relação ao exercício social anterior. Não ocorreram fatores que tenham ou pudessem ter afetado os resultados operacionais da Companhia nesse período.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A demanda por energia elétrica depende do desempenho dos demais setores produtivos do país, que, por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Uma diminuição na atividade econômica poderá afetar a demanda pela energia por nós gerada.

A Companhia fechou o ano de 2011 com mais de 1GW de capacidade instalada contratada, com 680,3 MW contratados no mercado regulado (LER 2009, LER 2010 e A-3 2011) e 400MW no mercado livre conforme acordo de investimentos firmado com a Light Energia, ratificando assim sua posição de liderança no mercado de energia eólica no Brasil com um aumento de 133,8% em relação a 2010, ano em que a Companhia contou com 461,9 MW de capacidade instalada contratada no mercado regulado (LER 2009 e LER 2010), que também mostrou crescimento de 56,9% quando comparado com 2009, ano em que a Companhia contou com 294,4 MW de capacidade instalada contratada no mercado regulado (LER 2009).

Acreditamos que tal flexibilidade nos confere vantagens competitivas face à oscilação de preços, em razão de potenciais cenários de escassez de energia, ao mesmo tempo em que nos protege de uma exposição excessiva às condições de mercado.

Além disso, vale ressaltar que as receitas financeiras da Companhia passaram de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$5,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$20,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, ao passo que as despesas financeiras foram de R\$19,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, R\$12,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$14,9 milhões em 31 de dezembro de 2011.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária. Desta forma, a receita operacional líquida da Companhia

10.2 - Resultado operacional e financeiro

teve uma ligeira variação decorrente apenas de tal atualização monetária, passando de R\$33,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$35,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 5,13%, e em seguida para R\$36,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 3,01% em relação ao exercício social anterior.

Não ocorreram fatores que tenham ou pudessem ter afetado os resultados operacionais da Companhia nesses períodos.

Adicionalmente, o preço da energia elétrica proveniente de nossas PCHs em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente de nossos parques eólicos contratados no LER 2009, LER 2010 e A-3 2011 é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e nossos custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a nossa receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

Nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são afetados pela inflação, uma vez que as nossas receitas são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e nossos custos operacionais tendem a seguir tais índices. Vide o item 10.2 (b) acima, para verificar a variação pequena que a inflação causou nas nossas receitas.

A maioria de nossos custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das nossas operações também está exposto às variações das taxas de juros. Contratamos empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são reajustados com base na TJLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro nos afetam indiretamente, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia. Nos exercícios de 2011, 2010 e 2009, as variações das taxas de juros não impactaram os negócios da Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos nossos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos em implementação, bem como a totalidade de nossas receitas é denominada em Reais, não estamos expostos à variação da taxa de câmbio e, portanto, em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, não houve impacto nos nossos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

Estamos sujeitos ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$48,0 milhões ou a R\$4,0 milhões multiplicado pelo número de meses de atividade, é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia. Atualmente, a Companhia e as subholdings adotam o regime de tributação do lucro real e nossas controladas operacionais Espra e nossas SPEs adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS na compra de equipamentos e poderemos nos beneficiar de mecanismos semelhantes. Nós nos qualificamos para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espra e aos nossos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O Conselho de Política Fazendária (Confaz) estendeu até 31 de dezembro de 2015 o Convênio 101/97, o qual desde 1997 promove a desoneração tributária para as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar.

Nossos 29 projetos eólicos foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. Pretendemos também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou R\$2.673 milhões de despesas com tributos, valor 56,1% superior aos R\$1.712 milhões registrados em 31 de dezembro de 2010 que, por sua vez, foi 15,5% superior aos R\$1.482 milhões registrados em 31 de dezembro de 2009.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos Diretores sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia atua no segmento de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis e não ocorreu e não está prevista para ocorrer qualquer introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No âmbito da operação anunciada ao mercado em 08 de julho de 2011, a Light, por meio de sua subsidiária Light Energia S.A. ("Light Energia"), realizou a integralização de 50.561.797 (cinquenta milhões, quinhentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e sete) de ações ordinárias emitidas pela Renova mediante aporte do valor de R\$359.999 mil ("Investimento Light").

O Investimento Light foi parte do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Renova em 17 de agosto de 2011 e homologado em 25 de outubro de 2011, no montante total de R\$376.044 mil, mediante a emissão de 52.815.211 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e quinze mil, duzentas e onze) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 (sete reais e doze centavos) por cada ação ordinária ("Aumento de Capital").

Por meio do referido investimento, a Light Energia passou a deter 34,8% das ações ordinárias da Renova e 25,8% do seu capital total.

[O Investimento Light teve como principal objetivo acelerar o crescimento da Companhia por meio da combinação da capacidade técnica da Companhia e seu pioneirismo no desenvolvimento de novos projetos e negócios, com a experiência da Light e da Cemig na implementação e operação de projetos de geração, bem como na comercialização de energia.]

c) eventos ou operações não usuais

- **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era de R\$326.515 mil. Em 17 de março de 2011, através da rerratificação da ata de reunião de Conselho de Administração de 18 de janeiro de 2011, a Companhia outorgou a opção de compra de 360.051 (trezentos e sessenta mil e cinquenta e um) Certificados de Depósitos de Ações ("Units") representativos, cada um, de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais do capital autorizado da Companhia, no valor de exercício de R\$0,34 (trinta e quatro centavos de real) por opção de compra de Unit, que importará em diluição máxima de 0,77% (setenta e sete centésimos por cento) para os atuais acionistas da Companhia. Nesta data o valor do capital social da Companhia

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

passou de R\$326.515 mil para R\$326.637 mil (aumento de R\$122 mil).

Em 04 de abril de 2011, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$43 mil por meio da emissão de 375.000 ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$326.637 mil para R\$326.680 mil.

Em 15 de agosto de 2011, a Companhia autorizou o aumento de capital no valor de R\$63 mil por meio da emissão de 562.284 ações na proporção de 1 (uma) ação ordinária nominativa e 2 (duas) ações preferenciais. O capital social da Companhia passou de R\$326.680 mil para R\$326.743 mil.

Em 17 de agosto de 2011, o Conselho de Administração da Renova, autorizou o aumento de capital no montante de R\$378.132 mil, mediante a emissão de 53.108.330 (cinquenta e três milhões, cento e oito mil, trezentas e trinta) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 (sete reais e doze centavos) por cada ação ordinária ("Aumento de Capital").

O preço de emissão das ações no Aumento de Capital foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, com base no disposto no artigo 170, §1º, I da Lei 6.404/76, conforme alterada, levando em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia, com amparo no laudo de avaliação anexo à referida ata de Reunião do Conselho de Administração.

É importante ressaltar que o aumento do capital social poderia ser homologado parcialmente, pelo valor do limite do valor do Investimento realizado pela Light Energia ou qualquer valor entre esse investimento e o valor do aumento de capital, em função do direito dos demais acionistas da Companhia de exercerem o direito de preferência para subscrição das novas ações ordinárias emitidas. Em 17 de agosto de 2011, ainda renunciaram ao direito de preferência os acionistas RR Participações S.A., Infra Brasil Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participação Caixa Ambiental - FIP Caixa Ambiental, Banco Santander (Brasil) S.A. e Santa Barbara Fundo de Investimento em Participação.

Neste mesmo dia, conforme o fato relevante publicado em 17 de agosto de 2011, a Light Energia S.A. e a Renova Energia S.A., em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4. da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme operação anunciada no mercado em 08 de julho de 2011, a Light S.A., por meio de sua subsidiária integral Light Energia S.A. ("Light Energia"), realizou a integralização de 50.561.797 (cinquenta milhões, quinhentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias emitidas pela Renova mediante aporte no valor de R\$360.000 mil.

Em 19 de agosto de 2011 a Light Energia S.A., RR Participações e a Renova Energia S.A. assinaram o acordo de acionistas que tem por objeto disciplinar dentre outras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

matérias: (i) o exercício de direito de voto pelo acionista; (ii) a Governança Corporativa da Companhia e de suas Subsidiárias (quando existentes) e suas Controladas; (iii) o exercício do direito de preferência e do direito de igualar oferta na Transferência das Ações Vinculadas pelos Acionistas; (iv) o exercício do direito de venda conjunta das ações vinculadas pelos Acionistas e (v) o direito de saída.

Em 16 de setembro de 2011 encerrou-se o prazo de exercício de direito de subscrição de ações no Aumento de Capital, considerando a subscrição e integralização de 50.561.797 ações ordinárias pela Light Energia S.A. conforme mencionado anteriormente, e o exercício de direitos de preferência, foram subscritas e integralizadas 52.727.813 (cinquenta e dois milhões, setecentas e vinte e sete mil, oitocentas e treze) ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$7,12 (sete reais e doze centavos) por ação ordinária, totalizando R\$375.422 mil.

Em 30 de setembro de 2011 o capital social integralizado da Renova Energia S.A. era de R\$702.166 mil.

Tendo em vista que houve sobras de 380.517 (trezentos e oitenta mil, quinhentas e dezessete) ações ordinárias, no valor total de R\$2.709 mil, e que o interesse dos acionistas na sua subscrição foi superior ao seu número efetivo, as sobras foram totalmente rateadas entre os acionistas que manifestaram interesse na sua subscrição, nos termos do artigo 171, parágrafo 7, alínea "b", da lei 6.404/76.

O período de subscrição das sobras foi de 30 de setembro até 06 de outubro de 2011. Após o período de subscrição das 380.517 ações ordinárias ainda foram integralizadas em 06 de outubro 87.398 ações ordinárias, no valor total de R\$622 mil. Em 06 de outubro de 2011 o capital social integralizado da Renova Energia S.A., antes de R\$702.166 mil, passou para R\$702.788 mil.

O cancelamento do excedente de sobras no total de 293.119 ocorreu em 25 de outubro de 2011 por meio de reunião de Conselho de Administração para homologação do aumento de capital e cancelamento das ações remanescentes.

Composição dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2010:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
RR Participações	70.889.212	76,198%	3.444.032	7,216%	74.333.244	52,81%
Membros do Conselho de Administração	33.936	0,036%	66.664	0,140%	100.600	0,07%
Free Float	22.109.919	23,8%	44.219.837	92,6%	66.329.756	47,12%
InfraBrasil	11.651.467	12,524%	23.302.933	48,822%	34.954.400	24,83%
Santander Equity	3.904.800	4,197%	7.809.600	16,362%	11.714.400	8,32%
FIP Ambiental	4.666.666	5,016%	9.333.332	19,554%	13.999.998	9,95%
Outros	1.886.986	2,028%	3.773.972	7,907%	5.660.958	4,02%
Total	93.033.067	100,0%	47.730.533	100,0%	140.763.600	100,00%

Composição dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2011:

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	101.123.594	69,71%	0	0,00%	101.123.594	51,70%
RR Participações	50.561.797	34,85%	0	0,00%	50.561.797	25,85%
Light Energia	50.561.797	34,85%	0	0,00%	50.561.797	25,85%
Outros Acionistas	43.943.355	30,29%	50.529.299	100,00%	94.472.654	48,30%
RR Participações*	18.892.107	13,02%	573.416	1,13%	19.465.523	9,95%
Membros do Conselho de Administração	450.866	0,31%	863.332	1,71%	1.314.198	0,67%
InfraBrasil	11.651.467	8,03%	23.302.933	46,12%	34.954.400	17,87%
Santander	1.896.000	1,31%	3.792.000	7,50%	5.688.000	2,91%
FIP Caixa Ambiental	4.666.666	3,22%	9.333.332	18,47%	13.999.998	7,16%
FIP Santa Barbara	4.228.732	2,92%	8.457.460	16,74%	12.686.192	6,49%
Outros	2.157.517	1,49%	4.206.826	8,33%	6.364.343	3,25%
Total	145.066.949	100,00%	50.529.299	100,00%	195.596.248	100,00%

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"), aplicáveis a suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1 de janeiro de 2009 que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores. O parecer de auditoria da KPMG relativo aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 contém parágrafo de ênfase conforme detalhado abaixo:

Ênfase

Em nota explicativa, destacou-se que para fins das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS), a Administração da Companhia baixou contra lucros acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido com base na IAS 38, enquanto foi mantido na posição individual da controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"), visto que para fins dessas demonstrações financeiras a Administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Preparamos nossas demonstrações financeiras com base em estimativas e assunções decorrentes de nossa experiência e diversos outros fatores que acreditamos serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que adotamos são aquelas que acreditamos serem relevantes para determinar nossa condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando nossa administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação de nossas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que nossa administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os nossos ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos pode afetar nosso patrimônio líquido e a nossa condição financeira, bem como nosso resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das nossas estimativas. Revisamos nossas estimativas e assunções correlatas pelo menos trimestralmente. A discussão abaixo expressa o que a nossa administração entende serem nossas práticas contábeis críticas.

Deterioração e Depreciação do Ativo Imobilizado e Intangível

Reconhecemos regularmente as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nossos intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas nossas estimativas durante o período pelo qual esperamos geração de benefícios econômicos. Além disso, monitoramos o uso de nossos ativos fixos e intangíveis para determinar a necessidade de contabilização de sua deterioração. A determinação desta deterioração envolve julgamentos e estimativas quanto ao retorno adequado dado por estes ativos em relação ao seu valor contábil. Caso sejamos requeridos a revisar as estimativas e premissas utilizadas, as despesas de deterioração, depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada Espira, que foi apurado com base no lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisão para Contingências

Registramos, quando necessário, provisões para contingências legais com base em análise do litígio em andamento. Contabilizamos valores considerados suficientes por nossa administração e com base no parecer de nossos advogados internos e externos para cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que nosso julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, devemos reavaliar as obrigações potenciais relacionadas ao litígio em andamento e rever nossas estimativas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

As recomendações dos nossos auditores independentes são sobre nossos controles sistêmicos e desenvolvimento de manuais de normas e procedimentos os quais em aderência ao plano de governança da Companhia a cada exercício estão sendo desenvolvidos e aprimorados.

As recomendações sobre controles internos presentes em nossos relatórios do auditor independente para os anos de 2009, 2010 e 2011 tratam:

(i) recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos contábeis relacionados a controles sistêmicos (2 recomendações);

(ii) recomendações destinadas ao aprimoramento de nossas normas e procedimentos de controles internos (5 recomendações);

(iii) recomendações relacionadas ao tratamento tributário de algumas de nossas transações (2 recomendações);

(iv) recomendações relacionadas a normas internas de contratações de terceiros. (1 recomendação).

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários: sobre (a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; (b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e (c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Do total de recursos captados em 2010, aproximadamente R\$120 milhões foram utilizados para o pagamento de adiantamentos para aquisição de aerogeradores de 1,6MW dos empreendimentos eólicos comercializados no LER 2009 e LER 2010, bem como serviços de transporte, montagem e comissionamento já contratados junto à General Electric. O valor restante foi utilizado para pagamento de serviços de consultoria de meio ambiente, serviços fundiários e outros tipos de serviço para a implementação de nossos parques eólicos.

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

Não obstante, conforme mencionado no item riscos Relacionados à Geração de Energia acima, poderemos ser obrigados a adquirir energia faltante no mercado de curto prazo (mercado spot), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o nosso custo de produção.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Comercializamos nos leilões de energia de reserva realizados em 2009 e 2010 e no leilão A-3 realizado em 2011 a energia a ser gerada por meio de nossos 29 parques eólicos em construção no interior do Estado da Bahia. Os contratos de compra e venda de energia dos parques contratados nos certames de 2009 e 2010 são celebrados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE com prazo de 20 anos e os contratos de compra e venda de energia gerada pelos parques contratados no certame de 2011 serão celebrados com as distribuidoras que declararam necessidade junto ao Ministério de Minas e Energia – MME com prazo de 19 anos e 10 meses.

O investimento para a implantação dos parques eólicos contratados no LER 2009 será de, aproximadamente, R\$1,2 bilhão, dos quais mais de 70% correspondem à aquisição de 184 aerogeradores do modelo 1.6XLE de 1,6MW, bem como serviços de transporte, montagem e comissionamento já contratados junto à General Electric. O financiamento dos 14 projetos eólicos do LER 2009 foi contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme detalhes no item 10.1 f).

Para os projetos que comercializaram energia no LER 2010 e no A-3 2011, o financiamento deverá ser obtido junto a bancos e entidades de fomento governamentais, tal como o BNDES e outras instituições financeiras privadas.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Vide item “a” acima.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Comentários relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, bem como relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009

Disponibilidades Líquidas Geradas por (utilizada nas) Atividades Operacionais

Nossas disponibilidades líquidas geradas por atividades operacionais podem variar de acordo com a flutuação de nossa receita operacional, custo dos serviços, despesas operacionais e receita (despesa) financeira. Essa receita operacional consiste principalmente na venda de energia das nossas 3 PCHs, conforme contrato de compra de energia celebrado com a Eletrobrás.

O resultado operacional da Companhia foi de R\$0,8 milhões em 2011, comparados a R\$10,1 milhões em 2010 e R\$16,7 milhões em 2009. A variação anual de -99,2% de 2010 para 2011 e de -39,6% de 2009 para 2010 é principalmente devida ao aumento da estrutura da empresa para suportar o plano de negócios incluindo nosso compromisso com a construção dos novos ativos eólicos relacionados a comercialização de energia nos leilões LER 2009, LER 2010 e A-3 2011 com entrega programada para julho de 2012, setembro 2013 e março 2014, respectivamente.

Disponibilidades Líquidas Utilizadas nas Atividades de Investimento

Foram investidos em nossos parques eólicos em construção e projetos (PCH e Eólicos), em desenvolvimento em 2011, o valor total de R\$733 milhões em 2011 e R\$55 milhões em 2010. Em 2009, o investimento em nosso portfólio de projetos foi de R\$25 milhões. Dessa forma, observa-se um aumento de 222% entre 2009 e 2010, bem como um aumento de 1.332% entre 2010 e 2011, referente principalmente à fase de construção dos projetos eólicos do LER 2009 em 2011, assim como o desenvolvimento contínuo de nosso portfólio de projetos de energia.

Detalhamento das obrigações contratuais

Além da descrição da estrutura de capital no quadro 10.1(b) deste Formulário de Referência, a tabela abaixo apresenta os vencimentos de nossas obrigações contratuais mais relevantes com impacto na nossa liquidez em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, que são relativas ao nosso endividamento (empréstimos e financiamentos) e a outras obrigações assumidas em demais contratos:

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Obrigações	Total	menos de um ano	de um a três anos	de três a cinco anos	de cinco anos ou mais
	(em R\$ milhares)				
	em 31 de dezembro de 2011				
Endividamento (principal)	899.935	154.905	123.857	92.658	528.515
Endividamento (encargos e correção monetária)	15.461	1.031	2.427	1.804	10.199
Total	915.396	155.936	126.284	94.462	538.714
	em 31 de dezembro de 2010				
Endividamento (principal)	131.935	6.336	28.965	12.171	84.463
Endividamento (encargos e correção monetária)	854	854	-	-	-
Total	132.789	7.190	28.965	12.171	84.463

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 - Projeções

a) Objeto das projeções

Demonstrar as expectativas de faturamento baseadas nos contratos de energia vendidos no mercado regulado e no mercado livre

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de faturamento apresentadas ao mercado referem-se aos próximos 5 anos.

O prazo de validade é de 1 ano ou em período anterior no caso de uma revisão de guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados projetados.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

As projeções de guidance são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador.

É importante esclarecer que as projeções ora divulgadas e a serem anualmente atualizadas pela Companhia poderão sofrer alterações devido a uma série de variáveis, uma vez que incluem projeções de macro indicadores, entre outros fatores, que escapam do controle da Companhia e que não constituem promessa de desempenho futuro. Desta forma, os resultados futuros podem sofrer variações com relação a tais projeções.

Principais premissas:

- Faturamento referente a 668MW de capacidade instalada de energia eólica contratada no mercado regulado, no leilão de energia de reserva de 2009 – LER 2009, leilão de energia de reserva de 2010 – LER 2010 e leilão de energia nova de 2011 - A-3 2011;
- Faturamento referente a 400MW de capacidade instalada de energia eólica contratada no mercado livre conforme compromisso de compra de energia firmada no acordo de investimento com a Light S.A;
- Projeções de indicadores macroeconômicos de inflação (IPCA);
- Expectativa de geração de energia eólica dos parques conforme certificações anemométricas emitidas pelas consultorias [Garrad Hassan e Inova] acerca de nossos projetos eólicos. Para as projeções foram utilizadas as gerações em P50.
- Início de suprimento de energia conforme contratação feita no mercado regulado nos leilões de reserva de 2009 e 2010, leilão A-3 de 2011 e no mercado livre conforme o acordo de investimentos assinado com a Light S.A;
- [Regras de contabilização do faturamento dos contratos de energia]

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

Faturamento de 2016 entre R\$690-710 milhões.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES

Este Formulário de Referência é o primeiro onde a Companhia publica projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno

a) atribuições de cada órgão e comitê

A Administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A Companhia ainda possui comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de desempenho. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos Diretores.

O Estatuto Social estabeleceu um número de 7 membros e respectivos suplentes, dos quais um será o Presidente.

Os conselheiros são eleitos em Assembleia Geral para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores. Segundo o Regulamento do Nível 2 e o nosso Estatuto Social, no mínimo, 20% de nossos conselheiros deverão ser conselheiros independentes. Nos termos do Estatuto Social, Conselheiro Independente é aquele que:

- (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital;
- (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição);
- (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;
- (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia;
- (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Serão também considerados Conselheiros Independentes, aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no art. 141, §4º e §5º, da Lei das S.A.

A posse de novos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Nível 2.

A Assembleia Geral determinará, pela maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos em cada mandato, observado o mínimo de 05 (cinco) membros

O Conselho de Administração da Companhia é formado por 07 (sete) membros e respectivos suplentes, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2011 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2012, todos com mandato de 02 (dois) anos, podendo estender-se até a Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta os nomes e cargos dos atuais membros dos Conselho de Administração:

Nome	Cargo	Data de Eleição	Término do Mandato
Ricardo Lopes Delneri	Membro Efetivo	19.08.2011	AGO de 2014
Marcelo Faria Parodi	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Renato do Amaral Figueiredo	Membro Efetivo	19.08.2011	AGO de 2014
Rubens Brandt	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Geoffrey David Cleaver	Membro Efetivo	19.08.2011	AGO de 2014
Carlos José Teixeira Correa	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Mailson Ferreira da Nobrega	Membro independente	19.08.2011	AGO de 2014
Olavo Fortes C. Rodrigues Junior	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Eduardo Munemori	Membro independente	19.08.2011	AGO de 2014
Alexandre Barguetta	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Evandro Leite Vasconcelos	Membro efetivo	24.02.2012	AGO de 2014
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014
Fernando Henrique Schuffner Neto	Membro efetivo	19.08.2011	AGO de 2014
Gilberto José Cardoso	Suplente	19.08.2011	AGO de 2014

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, suas subsidiárias e controladas;
- (ii) aprovar quinquenalmente, revisar anualmente ou modificar a qualquer tempo o Plano de Negócios da Companhia, bem como aprovar anualmente o Orçamento, tal como elaborados pela;
- (iii) aprovar a venda, locação, alienação ou qualquer outra forma de disposição de ativos efetuada pela Companhia “incluindo suas subsidiárias e controladas), em valor que ultrapasse R\$ 1 milhão, com relação a uma transferência isolada de ativos, ou R\$3 milhões com relação ao valor total das transferências de ativos em qualquer exercício social;
- (iv) quando não prevista no Orçamento da Companhia, aprovar qualquer aquisição de ativos que resulte em uma transferência para a Companhia e/ ou para suas controladas e subsidiárias de parte ou totalidade do fundo de comércio de uma determinada sociedade (i) em valor superior a R\$5 milhões, com relação a uma transferência isolada ou (ii) em valor superior a R\$ 10 milhões, com relação ao valor total das transferências em qualquer exercício social;
- (v) quando não previsto no Orçamento da Companhia, aprovar a celebração, o aditamento e/ ou a rescisão de qualquer contrato ou outro instrumento que crie qualquer responsabilidade ou obrigação para a Companhia e/ ou suas subsidiárias e controladas: (i) em valor superior a R\$ 5 milhões, com relação À contrato isolado ou (ii) em valor superior a R\$ 10 milhões, com relação ao valor total dos contratos, incluindo aditivos firmados em qualquer exercício;
- (vi) aprovar a celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Companhia e/ ou qualquer das suas subsidiárias e controladas de um lado, e qualquer acionista (direto ou indireto), diretor, conselheiro ou empregado (ou qualquer parente ate o 4 grau de qualquer destas pessoas) da Companhia e/ ou de qualquer das subsidiárias (quando existentes) e/ ou controladas de outro, exceto com relação à aquisição de ativos que resultem uma transferência, para a Companhia, e/ ou para qualquer das suas subsidiárias e controladas, de parte ou totalidade de fundo de comércio, cuja competência de fundo para deliberação será da Assembleia Geral nos termos da cláusula 15, alínea XXII do Estatuto Social;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (vii) eleger e destituir, a qualquer momento, aceitar renúncia de, deliberar acerca de pedido de licença temporária de, designar substitutos de, qualquer Diretor; fixar suas atribuições específicas, observado o disposto no Estatuto Social;
- (viii) distribuir a remuneração global dos administradores, fixada pela Assembleia Geral, dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, suas subsidiárias e controladas, bem como solicitando informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer atos da administração;
- (x) manifestar-se acerca do relatório da administração, demonstrações financeiras e contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral;
- (xi) convocar as Assembleias Gerais nas hipóteses legalmente previstas e quando julgar conveniente, observado o quanto disposto no art. 132 da Lei das Sociedades Anônimas e no Estatuto Social;
- (xii) submeter à Assembleia Geral proposta própria ou da Diretoria, nesse caso com parecer prévio, tendo como objetivo as seguintes matérias: (a) reforma do Estatuto Social e dos atos constitutivos das subsidiárias e controladas, transformação, fusão, incorporação ou cisão da Companhia ou das suas subsidiárias e controladas; e (b) redução dos dividendos mínimos obrigatórios.
- (xiii) aprovar a celebração, por parte da Companhia ou por qualquer das suas subsidiárias e controladas, de qualquer contrato ou outro instrumento em relação a uma operação de mútuo, empréstimo, financiamento, linha de crédito ou outro instituto afim (ou promessa de qualquer um dos anteriores), como meio para que a Companhia ou qualquer das suas subsidiárias e controladas tenha acesso a fundos de terceiros e que consista em uma obrigação de a Companhia ou qualquer das suas subsidiárias e controladas pagar tais fundos acrescidos de juros, cujo valor total da transação (independente dos valores individuais dos instrumentos que a compõem) ultrapasse isoladamente R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou ainda, cumulativamente, ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no total, durante o exercício social;
- (xiv) deliberar acerca do aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do art. 8º do Estatuto Social, fixando preço das ações a serem emitidas, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à respectiva emissão;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xv) outorgar garantias de qualquer natureza sobre seus bens, direitos, ativos financeiros ou fixos, para garantir obrigações da Companhia ou das suas subsidiárias e controladas (salvo se a garantia for concedida em uma operação que já tenha sido aprovada pelo Conselho de Administração, e desde que em tal aprovação tenha sido expressamente incluída a concessão de tal garantia) ou para garantir obrigações de terceiros;
- (xvi) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, suas subsidiárias e controladas;
- (xvii) deliberar acerca do pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (xviii) autorizar o levantamento de balancetes semestrais ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio da Companhia, suas subsidiárias e controladas, nos termos do art. 204 da Lei das Sociedades Anônimas e do Estatuto Social;
- (xix) deliberar acerca da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real da Companhia, suas subsidiárias e controladas, assim como deliberar acerca das condições referidas nos incisos VI a VIII do art. 59 da Lei das Sociedades Anônimas e acerca da oportunidade de emissão desse valor mobiliário, nos casos em que a Assembleia Geral tenha delegado esses poderes ao Conselho de Administração;
- (xx) deliberar acerca da constituição, alteração ou encerramento de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, assim como aprovar seus respectivos regimentos internos e eleger seus respectivos membros;
- (xxi) deliberar acerca da aquisição e alienação, pela Companhia, suas subsidiárias e controladas, de participação societária em outras sociedades e a constituição de subsidiárias e controladas, bem como a participação em concorrências públicas e a participação em consórcio de empresas;
- (xxii) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores da Companhia, suas subsidiárias e controladas, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, suas subsidiárias e controladas;
- (xxiii) definir e apresentar à Assembleia Geral lista tríplice para a escolha de instituição para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, para efeitos da oferta pública de aquisição de ações da Companhia na hipótese de cancelamento do seu registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários,

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

na forma do Capítulo VIII do Estatuto Social, ou de saída do Nível 2, na forma do Capítulo IX do Estatuto Social;

- (xxiv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (xxv) deliberar acerca da aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia, suas subsidiárias e controladas, para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como acerca da sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e legislação aplicável;
- (xxvi) manifestar-se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral da Companhia; e
- (xxvii) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral nos termos da Lei das Sociedades Anônimas e do Estatuto Social.

Diretoria

Além dos poderes que forem necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, compete especialmente à Diretoria:

- (i) apresentar à Assembleia Geral, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o relatório da administração e as demonstrações financeiras previstas em lei, bem como a proposta de destinação dos lucros do exercício;
- (ii) fixar, com base na orientação do Conselho de Administração, a política comercial e financeira da Companhia;
- (iii) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do art. 35 do Estatuto Social;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (iv) transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis dentre dos limites previstos no Estatuto Social e nas deliberações do Conselho de Administração; e
- (v) praticar todos os atos visando à consecução do objeto social e do regular funcionamento da Companhia.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração terá 1 (um) Comitê de Auditoria e *Compliance*, 1 (um) Comitê Financeiro, 1 (um) Comitê de Talentos e Remuneração, 1 (um) Comitê de Implantação, 1 (um) Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção e 1 (um) Comitê de Gestão, os quais exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus respectivos regimentos internos, com o escopo principal de assessorar o Conselho de Administração nas seguintes atividades:

- (i) o Comitê de Auditoria e *Compliance* assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como de revisar as demonstrações financeiras da Companhia;
 - a)
- (ii) o Comitê Financeiro assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação de investimentos e desinvestimentos em negócios que estejam compreendidos no objeto social da Companhia e na identificação de necessidades financeiras e proposição de mecanismos para supri-las;
- (iii) o Comitê de Talentos e Remuneração assessorará o Conselho de Administração nas atividades de seleção e contratação de colaboradores, inclusive aqueles que exerçam cargos estatutários, políticas de remuneração e outras atividades relacionadas a recursos humanos;
- (iv) o Comitê de Implantação assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação do planejamento para implantação dos projetos de geração de energia, de escolha e contratação dos fornecedores e de acompanhamento da construção, dos cronogramas e orçamentos;
- (v) o Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção assessorará o Conselho de Administração propondo e acompanhando o desenvolvimento e o estudo de novas tecnologias e novos modelos de negócios, além de propor e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

acompanhar o pipeline de projetos eólicos que estiverem em desenvolvimento; e

- (vi) o Comitê de Gestão assessorará o Conselho de Administração nas atividades de formulação das estratégias de atuação da Companhia, na definição do Plano de Negócios e do Orçamento, no estabelecimento das metas e indicadores e no monitoramento do desempenho operacional da Companhia.

Adicionalmente o Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração poderá instituir, para seu assessoramento, comitês com funções técnicas e/ ou consultivas, sendo competência do conselho de Administração definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia não está instalado. Os Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ainda não foram criados.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e comitês.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria é composta por até 07 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Operações, um Diretor de Engenharia e Construção, um Diretor Financeiro, de Controladoria, de Planejamento e de Administração, um Diretor de Relações com Investidores e Novos Negócios, um Diretor de Meio-Ambiente e um Diretor Jurídico e Regulatório, sendo permitida a cumulação de cargos. O mandato dos Diretores é de dois anos, admitida a recondução. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. A posse de novos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Nível 2. Todos os membros da Diretoria possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, 4º andar, CEP 04707-910, com exceção do Diretor de Meio-Ambiente, Sr. Ney Maron de Freitas que possui endereço comercial na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com escritório na Avenida Paulo VI, nº 1498, Pituba, CEP 41810-001.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Pedro Villas Boas Pileggi, sendo seu telefone/fax (11) 3569-6746, seu e-mail ri@renovaenergia.com.br e o nosso website é www.renovaenergia.com.br.

Ainda, a Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais mediante convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de dois dias úteis. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

As reuniões da Diretoria serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros; e, em segunda convocação, que deverá ser objeto de nova convocação aos diretores, na forma do artigo 32 do Estatuto Social, a reunião se instalará com qualquer número de Diretores. As responsabilidades individuais dos Diretores são atribuídas pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimento e demais condições do plano de negócios da Companhia; (iii) representar institucionalmente a Companhia; (iv) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (v) manter os membros do Conselho de Administração informados acerca das atividades da Companhia e do andamento de suas operações; (vi) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; e (vii) receber e analisar a possibilidade e viabilidade das solicitações dos acionistas quanto a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, observado o disposto no artigo 6º acima.

Compete ao Diretor de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (ii) Colaborar com o planejamento, engenharia, operação e manutenção dos projetos de geração de energia elétrica da Companhia; e (iii) demais atividades técnicas e operacionais da Companhia.

Compete ao Diretor de Engenharia e Construção, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) desenvolver e responder tecnicamente pelos projetos de engenharia que serão implementados ou considerados para a tomada de decisão de novos negócios da Companhia; (ii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas implantação de projetos de geração de energia elétrica da

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Companhia; (iii) responsabilizar-se pela operação e manutenção dos projetos de geração de energia elétrica da Companhia, bem como pela supervisão de empresas contratadas para este objetivo.

Compete ao Diretor Financeiro de Controladoria, de Planejamento e de Administração, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza administrativa e financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados da Companhia, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de aplicações financeiras, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores e de Novos Negócios, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (iii) planejar, coordenar e representar a Companhia em emissões e distribuição de instrumentos de capital; (iv) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (v) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios; (vi) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (vii) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (viii) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; (ix) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento e a implementação dos novos negócios da Companhia; (x) coordenar a avaliação, estruturação e implementação de oportunidades de investimentos em outras sociedades (fusões e aquisições); e (xi) coordenar a avaliação, estruturação e implementação de oportunidades de investimentos em projetos de geração ou comercialização de energia.

Compete ao Diretor de Meio-Ambiente dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, sugerir, definir e coordenar os procedimentos socioambientais a serem adotados pela Companhia; (ii) responsabilizar-se pelos aspectos socioambientais das atividades realizadas pela Companhia; e (iii) definir e acompanhar a execução de novas práticas socioambientais nos projetos a serem implementados pela Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor Jurídico e Regulatório, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) coordenar e supervisionar o departamento jurídico e regulatório da Companhia; (ii) prestar aconselhamento jurídico e regulatório nas atividades da Companhia; (iii) coordenar e acompanhar o relacionamento da Companhia com os órgãos regulatórios que intervenham em suas atividades; (iv) coordenar consultores e advogados externos, acompanhando os processos administrativos e judiciais relacionados à Companhia; e (v) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos membros do seu Conselho de Administração, dos seus comitês e da Diretoria.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

a) prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, as nossas Assembleias Gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a nossa Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para nossas Assembleias Gerais seja feita em até trinta dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral.

b) competências

Além das matérias previstas em lei e no Estatuto Social, compete, exclusivamente, à Assembleia Geral:

- (i) deliberar acerca de qualquer alteração do Estatuto Social ou dos atos constitutivos das subsidiárias e controladas da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iii) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observando, quanto à remuneração do Conselho Fiscal, o quanto disposto no § 3º do art. 162 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia;
- (v) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos;
- (vi) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização do capital social da Companhia, das suas subsidiárias e controladas;
- (vii) deliberar acerca da constituição de reservas ou fundos, ressalvados aqueles obrigatórios por força de lei, desde que tais reservas ou fundos possam ter repercussões diretas nos direitos e interesses de eventuais acionistas minoritários;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (viii) deliberar acerca de qualquer transformação de tipo societário, incorporação (inclusive incorporação de ações), cisão, fusão, resgate de ações e/ou conversão de algum valor mobiliário em ações, desdobramento ou grupamento de ações, que envolva a Companhia, ou as suas subsidiárias e controladas;
- (ix) nomear administrador judicial, liquidação, deliberar acerca da liquidação da Companhia e/ou de qualquer das suas subsidiárias e controladas, eleger e destituir liquidante e julgar-lhes as contas, bem como eleger e destituir o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (x) deliberar acerca da dissolução ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer das suas subsidiárias e controladas, que resulte em um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e o desempenho das suas subsidiárias e controladas;
- (xi) deliberar acerca de ajuizamento de pedido de falência, insolvência ou recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias e controladas;
- (xii) aprovar operação de reestruturação, recuperação, ou a celebração de qualquer outro acordo, que tenha efeito similar a qualquer das matérias previstas nos itens (ix), (x) e (xi) acima;
- (xiii) deliberar acerca da emissão de ações e bônus de subscrição, observado o quanto disposto no art. 8º do Estatuto Social;
- (xiv) autorizar a emissão de debêntures, observado que o Conselho de Administração também poderá autorizar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (xv) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas por lei ou pelo Estatuto Social;
- (xvi) atribuir a administradores ou empregados da Companhia e/ou das suas subsidiárias e controladas de participação nos lucros da Companhia e/ou das suas subsidiárias e controladas;
- (xvii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores ou empregados da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e/ou às suas subsidiárias e controladas;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (xviii) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xix) deliberar acerca da saída do Nível 2, da BM&FBOVESPA, nos termos do Capítulo IX do Estatuto Social, ou migração para o segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA;
- (xx) escolher a empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2;
- (xxi) deliberar acerca da celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, de um lado, e qualquer acionista (direto ou indireto), diretor, conselheiro ou empregado (ou qualquer parente até o 4º grau de qualquer dessas pessoas) da Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, que envolva a aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, de parte ou totalidade do fundo de comércio; e
- (xxii) deliberar acerca de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Físico: Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 999, 4º andar, CEP 04707-910.

Eletrônicos:

www.renovaenergia.com.br; www.cvm.gov.br; www.bmfbovespa.com.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo o parágrafo 4º do artigo 115 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, este está vedado em proferir o seu voto, sob pena de anulabilidade da referida deliberação. Nesse sentido, na Companhia essa regra se aplica, não se admitindo o voto dos acionistas que tenham conflito com a matéria constando na ordem do dia.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia e sua administração não solicitou e não terá por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite que, desde que o representante esteja validamente constituído e que a procuração contenha o voto a ser proferido, este representante pode votar em nome do acionista. A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das Assembleias.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia admite reuniões por meio de teleconferências ou videoconferências, admitida a gravação destas.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia ainda não adotou uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das suas Assembleias Gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	02/03/2012
		Valor Econômico - SP	02/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	02/03/2012
		Valor Econômico - SP	02/03/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	04/05/2012
		Valor Econômico - SP	04/05/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio Indústria & Serviços - SP	18/03/2011
		Valor Econômico - SP	18/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	22/03/2011
		Valor Econômico - SP	22/03/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	17/05/2011
			17/05/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio Indústria & Serviços - SP	22/01/2010
		Diário Oficial do Estado - SP	16/01/2010
		Valor Econômico - SP	31/03/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio Indústria & Serviços - SP	12/03/2010
		Diário Oficial do Estado - SP	12/03/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração

O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Independentemente da data da eleição dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, os respectivos mandatos terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões. O conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes. Para maiores esclarecimentos sobre eleição de membros independentes do Conselho de Administração, vide item 12.1.

a) frequência das reuniões

O Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo seu Presidente e, sempre que necessário, mediante convocação do seu Presidente, ou em caso de ausência ou impedimento temporário, por dois membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 8 (oito) dias em primeira convocação, podendo ser convocadas em prazo inferior em caso de manifeste urgência.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração nomeados pelos acionistas participantes do bloco de controle (no caso da Renova, a Light Energia S.A. e RR Participações S.A.), deverão votar em bloco, conforme acordado em Reunião Prévia de Acionistas, nos termos do item 4.2.1 do Acordo de Acionistas.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Nível 2 da BM&FBOVESPA, do Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, do Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Carlos Mathias Aloysius Becker Neto	40	Pertence apenas à Diretoria	14/12/2011	até AGO de 2014
809.607.829-15	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	23/01/2012	Não
Pedro Villas Boas Pileggi	36	Pertence apenas à Diretoria	19/08/2011	até AGO de 2014
205.859.708-74	Advogado	12 - Diretor de Relações com Investidores	19/08/2011	Não
Diretor Financeiro e de RI				
Ney Maron de Freitas	45	Pertence apenas à Diretoria	19/08/2011	até AGO de 2014
405.146.175-00	Engenheiro	Diretor de Sustentabilidade e de Comunicação	19/08/2011	Não
Alexandre Nogueira Machado	38	Pertence apenas à Diretoria	26/11/2012	até AGO de 2014
008.571.686-30	Engenheiro	Diretor de Engenharia e Operações	26/11/2012	Não
Luiz Eduardo Bittencourt Freitas	33	Pertence apenas à Diretoria	19/08/2011	até AGO de 2014
274.348.088-29	Advogado	Diretor Jurídico e de Compras	19/08/2011	Não
Carlos José Teixeira Corrêa	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
844.493.577-87	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/08/2011	Sim
Geoffrey David Cleaver	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
063.631.758-79	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/08/2011	Sim
Marcelo Faria Parodi	41	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
148.097.068-93	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/08/2011	Não
Alexandre Braguetta	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
136.417.308-56	Engenheiro	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	19/08/2011	Não
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2011	até AGO de 2014

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
126.023.707-97	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/04/2011	Não
Fernando Henrique Schuffner Neto	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
320.008.396-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/08/2011	Não
Gilberto José Cardoso	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
278.407.606-78	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/08/2011	Não
Ricardo Lopes Delneri	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 20014
157.602.498-94	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	19/08/2011	Sim
Renato do Amaral Figueiredo	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
146.623.258-70	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/08/2011	Sim
Evandro Leite Vasconcelos	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
251.704.146-68	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/08/2011	Não
Eduardo Munemori	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/08/2011	até AGO de 2014
247.250.798-47	Adminsitrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/08/2011	Não
Joaquim Dias de Castro	34	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2013	até AGO de 2014
909.933.140-15	Economista	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	22/04/2013	Não
Rodrigo Matos Huet de Bacellar	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2013	até AGO de 2014
068.386.827-61	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	22/04/2013	Não
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Carlos Mathias Aloysius Becker Neto - 809.607.829-15				

O Sr. Carlos Mathias Aloysius Becker Neto é Diretor Presidente da Companhia. Graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná em 1994. Em 2004, o Sr. Carlos Mathias concluiu MBA na MIT Sloan School of Management. O Sr. Carlos Mathias atuou nas seguintes companhias: Volvo Caminhões de 1995 à 1997, Renault Automóveis de 1997 à 2000, McKinsey & Company de 2000 à 2002, Fidelity Investments em 2003, e em 2004 voltou a atuar na McKinsey & Company como sócio, onde permaneceu até janeiro de 2012.

Pedro Villas Boas Pileggi - 205.859.708-74

Pedro Pileggi atuou por cinco anos nas áreas de Corporate & Investment Banking e Operações Estruturadas do Banco Santander, principalmente como responsável pela cobertura de empresas dos setores de energia elétrica e papel e celulose. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Pileggi tem MBA pela Kellogg School of Management (Chicago) e conta com passagens pela prática de estratégia na Accenture e pelo Corporate do Banco BBA Creditanstalt.

Ney Maron de Freitas - 405.146.175-00

O Sr. Ney Maron graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia - UFBA em 1989 e em Direito pela Universidade Católica de Salvador - UCSAL em 2005, e possui especialização em Negócios Imobiliários pela Universidade Salvador e especialização em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. O Sr. Ney Maron atuou como Técnico em Recursos Naturais no Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia, quando exerceu as funções de Diretor de Licenciamento Ambiental e de Chefe de Gabinete, entre 2003 e 2006, tendo ainda trabalhado na Braskem S.A., na área de Qualidade, Produtividade, Saúde Segurança e Meio Ambiente da Unidade Insumos Básicos - UNIB. O Sr. Ney Maron atua como membro-colaborador da Comissão de Meio Ambiente da OAB-BA. Ingressou na Companhia em setembro de 2007.

Alexandre Nogueira Machado - 008.571.686-30

O Sr. Alexandre Nogueira Machado atua como Diretor de Operações e a Diretor de Engenharia e Construção da Renova Energia. Possui 15 anos de experiência em empresas de Engenharia no Brasil e na Alemanha. Atuou em empresas como a Voith Hidro de 2001 a 2011, e Siemens de 1998 a 2000. Alexandre é mestre em Engenharia Elétrica com ênfase em Sistemas de Potência, pela USP - Universidade de São Paulo, Brasil; possui MBA em Gestão Internacional pela University of Stuttgart, Germany, e é graduado em Engenharia Elétrica com ênfase em Sistemas de Potência, Universidade Federal de Itajubá, Brasil.

Luiz Eduardo Bittencourt Freitas - 274.348.088-29

O Sr. Luiz Freitas é Diretor Jurídico graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2002. Em 2004, o Sr. Luiz Freitas concluiu os cursos de especialização em direito da arbitragem e processual civil na Università Degli Studi di Milano e o MBA em Finanças Corporativas da Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Luiz Freitas atuou nos seguintes escritórios de advocacia: Pinheiro Neto Advogados, de 1999 a 2003 e de 2005 a 2007; Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, de 2004 a 2005 e Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, de 2007 a 2009. Ainda, o Sr. Luiz Freitas atuou como advogado interno da EDP – Energias do Brasil S.A. do período de fevereiro a novembro de 2009. O Sr. Luiz Freitas ingressou na Companhia em novembro de 2009.

Carlos José Teixeira Corrêa - 844.493.577-87

O Sr. Carlos José formou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuindo MBA Executivo pelo IBMEC SP. O Sr. Carlos José foi funcionário do Banco Real S/A, onde atuou como Gerente de Relacionamento e na área de operações estruturadas da Diretoria de Comércio Exterior, e do Wholesale Bank - Segmento Químico e Petroquímico. Participou da equipe Corporate Local do Banco ABN AMRO Real S/A, oportunidade na qual realizou o desenvolvimento do seguimento de Energia Renovável, sendo o responsável no Brasil pela avaliação e estruturação de todos os projetos originados na área comercial. Ao final do ano de 2006 passou a integrar a equipe de Gestão do Fundo de Investimentos em Participações InfraBrasil, onde exerce a posição de Superintendente de Investimentos. É membro do Grupo de Trabalho em Infraestrutura ABDIB/ABVCAP e Coordenador do Comitê Executivo de Infraestrutura da Associação Brasileira de Venture Capital - ABVCAP.

Geoffrey David Cleaver - 063.631.758-79

Superintendente Executivo do Banco Santander (Brasil) S.A, onde é responsável, desde 2004, pela área de gestão de FIPs do Banco Santander (Brasil). Nesta função responde pela administração do InfraBrasil – Fundo de Investimento em Participações S.A. e pela gestão do Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, ambos os fundos dedicados para setores de infraestrutura. O Sr. Geoffrey Cleaver é formado em administração pela FAAP em 1984. Ingressou no Banco Real (sucedido por incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A.) no final de 2004, após ter trabalhado por mais de oito anos no Latin America Enterprise Fund Managers, um gestor de fundos de private equity para a América Latina. No Latin America Enterprise Fund Managers, o Sr. Geoffrey Cleaver foi co-responsável pela carteira de investimentos dos fundos LAEF I e LAEF II no Brasil, que detinham participações nas seguintes empresas: Drogasil, Microlite, Cinemark Brasil, Tecto, Officenet e Mastersaf. Anteriormente, o Sr. Geoffrey Cleaver trabalhou por dez anos no Banco J.P. Morgan S.A., nas áreas de investment banking e private equity.

Marcelo Faria Parodi - 148.097.068-93

O Sr. Marcelo Faria Parodi é administrador de empresas formado pela EAESP-FGV, em 1993, com MBA pelo International Institute for Management Development (IMD) em Lausanne, Suíça. O Sr. Marcelo Faria Parodi é sócio-fundador da Compass Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., da Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. e da Comerc Energia S.A. Anteriormente, o Sr. Marcelo Faria Parodi atuou nos setores financeiro, industrial e de energia, respectivamente, no Banco Nacional (1991 a 1994), Anglo American (1994 a 1996), CSN (1998) e Enron (1999 a 2001). O Sr. Marcelo Faria Parodi também é membro do conselho de administração da Eucatex S.A. Indústria e Comércio e diretor da Fundação Estudar.

Alexandre Braguetta - 136.417.308-56

O Sr. Alexandre Braghetta é sócio e membro do Comitê de Investimentos da Explora Investimentos Gestão de Recursos Ltda., com 18 anos de experiência em análise. Anteriormente, foi Analista Sênior de Equity Research no Citigroup e Legg Masson Asset Management nos quais ele era responsável por cobrir os setores de Commodities e Utilities nos mercados emergentes. Durante seus nove anos no time de Global Research no Citigroup, trabalhou em Nova Iorque, Londres e São Paulo. Anteriormente, trabalhou por cinco anos como Analista no Banco Santander em São Paulo. Alexandre é formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade de São Paulo (USP), e fez MBA Executivo na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Paulo Roberto Ribeiro Pinto - 126.023.707-97

O Sr. Paulo Roberto Ribeiro Pinto é Diretor de Novos Negócios e Institucional da Light S.A. Atuou como Diretor Financeiro de Furnas; Diretor de Gestão Corporativa e Financeira da Eletrobrás; Diretor Econômico-Financeiro da CHESF; Vice-Diretor Econômico-Financeiro do DNAEE, do MME, Diretor responsável pela área financeira e de relações com os investidores da Light S.A.. Graduação: Bacharel em Ciências Contábeis - Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro; Especialização em Engenharia Econômica e Administração Industrial - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participação em Conselhos de Administração de diversas empresas do Setor Elétrico.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

O Sr. Fernando Henrique Schuffner Neto nasceu em 03 de janeiro de 1960 em Teófilo Otoni – MG. Graduiu-se em Engenharia Elétrica em 1982 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), com mestrado em Automação e Controle pela Universidade Estadual de Campinas – SP (UNICAMP) (1984). Cursou MBA em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Participou de diversos programas de educação executiva, dentre os quais o Finance for Executives, INSEAD – França. É funcionário da CEMIG tendo exercido os seguintes cargos: Gerente de Operação e Manutenção de Governador Valadares, Gerente Regional de Teófilo Otoni, Superintendente da Coordenação de Planejamento e Gestão da Distribuição, Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da Distribuição, Superintendente de Planejamento da Expansão da Distribuição e Mercado. Obteve os seguintes destaques em suas funções: Superintendente da Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (2004/2006). Professor do curso de Engenharia Elétrica da PUC – MG (1985/1986 e 2003/2005). Membro do Conselho do CREA – MG (1999/2001). Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros – Desde Março/2005. Membro do Conselho de Administração da Cemig (2002/2004 e desde 2007). Membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema – ONS (desde 2008).

Membro do Conselho de Administração da Light (desde 2010). Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da Cemig – Clic (2002/2005). Diretor de Geração e Transmissão da Cemig (2007 – 2008). Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig (2008 – 2010). E desde 2010 é Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas da CEMIG.

Gilberto José Cardoso - 278.407.606-78

O Sr. Gilberto José Cardoso é engenheiro eletricitista, graduado em 1983 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1997 foi graduado em direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas e em 2006 concluiu MBA em Gestão de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou a vida profissional em 1977 como técnico em eletrônica, pela Escola Técnica Federal de Minas Gerais, na PETROBRÁS – Refinaria Gabriel Passos no Setor de Instrumentação Eletrônica. De 1978 a 1983 trabalhou na USIMINAS S.A. - Setor de Laminação; Mineração Morro Velho S.A. - Setor de Manutenção Elétrica; Philco Indústria Brasileira de Semicondutores S.A. – Departamento de Engenharia do Produto; Burroughs Computadores S.A., como Analista de Sistemas para mainframes e Gênese Automação e Sistemas Ltda., como engenheiro diretor técnico. É empregado da CEMIG desde 1983, tendo exercido os cargos de engenheiro eletricitista na divisão de apoio técnico às grandes instalações de produção e transformação; engenheiro chefe de seção de operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas; gerente regional de usinas hidrelétricas; superintendente de engenharia de manutenção e de expansão da geração e transmissão e superintendente de desenvolvimento de negócios de geração. Participou de diversos programas de treinamento executivo, com destaque para o Curso de Liderança para Executivos pela Fundação Dom Cabral em 2007; Conselheiros de Administração pelo IBGC em 2009 e Trilhas Internacionais pelo INSEAD em 2010. É membro dos Conselhos de Administração da Lightger S.A. e Santo Antônio Energia S.A.

Ricardo Lopes Delneri - 157.602.498-94

O Sr. Ricardo Delneri é sócio-fundador e presidente do Conselho de Administração da Companhia. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP em 1992. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, que chegou a administrar US\$80,0 milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Ricardo Delneri alienou sua participação na Tudor Asset Management. Em 2000, o Sr. Ricardo Delneri começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A.

Renato do Amaral Figueiredo - 146.623.258-70

O Sr. Renato Amaral é sócio-fundador, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP em 1993. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, que chegou a administrar US\$80 milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Renato Amaral alienou sua participação na Tudor Asset Management. Em 2000, o Sr. Renato Amaral começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A., na qual foi responsável por todas as etapas da implantação do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, com a implantação de PCHs que totalizam 42MW de capacidade instalada, tendo adquirido experiência na prospecção e desenvolvimento de tais projetos.

Evandro Leite Vasconcelos - 251.704.146-68

O Sr. Evandro Leite Vasconcelos é Diretor de Energia da Light, Foi professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil do Instituto Politécnico da PUC-Minas. Trabalhou na Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e também a do Departamento de Planejamento Energético, foi Superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão e também Superintendente de Transmissão, Superintendente de Geração, Superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão. Foi Diretor de Geração e Diretor-Presidente da Empresa Rosal Energia S.A., empresa subsidiária da CEMIG. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (1980), Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos pela COPPE/UFRJ (1989) e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (1999).

Eduardo Munemori - 247.250.798-47

O Sr. Eduardo Munemori é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Getulio Vargas. É sócio fundador e gestor da Explora Investimentos desde 2007. Foi sócio fundador e gestor da Constellation Asset Management (2002-2007) onde foi co-gestor dos fundos FIA e Long Short. Previamente foi gestor do family office dos controladores da Anheuser Busch – Inbev e Lojas Americanas (1999-02). Iniciou sua carreira como analista no Banco Pactual (1993-1999) onde seu time foi ranqueado entre os 3 melhores no setor de telecomunicações entre 1995 e 1998.

Joaquim Dias de Castro - 909.933.140-15

Brasileiro, casado, economista pela UFRGS graduado em 2000 e mestre em economia pela EPGE-FGV/RJ com formação em janeiro de 2008, 34 anos, exerce a função de Gerente na Área de Mercado de Capitais do BNDES desde 2007, no qual atuou também entre 2004 e 2006 no Departamento de Recuperação de Créditos. Atualmente exerce mandato de Conselho Fiscal nas seguintes companhias: (i) AES Eletropaulo como Efetivo desde abril de 2011; (ii) AES Tiete como Suplente desde abril de 2012 e (iii) Lupatech S.A. como Suplente desde abril de 2012. Anteriormente exerceu os seguintes cargos em outras companhias abertas: (i) Tele Norte Leste Participações S.A. e Telemar Participações S.A.: membro do Comitê de Finanças e dos Conselhos de Administração de abril de 2008 até abril de 2011; (ii) CTX Participações S.A.: membro do Conselho de Administração de abril de 2008 até fevereiro de 2011; (iii) Rede Energia S.A.: membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de abril de 2008 até fevereiro de 2012; (iv) Light Energia S.A.: membro do Conselho de Administração de abril de 2008 até abril de 2012.

Rodrigo Matos Huet de Bacellar - 068.386.827-61

Brasileiro, casado, engenheiro pela de Produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com pós-graduação em finanças pela FGV e MBA pela Coppead/UFRJ, 37 anos, exerce a função de Superintendente da Área de Insumos Básicos do BNDES, responsável pelos financiamentos aos setores de Petróleo e Gás; Bens de Capital sob Encomenda; Siderurgia, Mineração e Cimento; Química e Petroquímica; Papel e Celulose. Foi analista financeiro do Banco BBM Investimentos, no Rio de Janeiro. Ingressou no BNDES por concurso público, em março de 2000, e desde então exerceu diversos cargos executivos, com atuação voltada à indústria de base e ao setor de petróleo e gás. Foi chefe do departamento de operações por Internet, responsável pelo Cartão BNDES, durante quatro anos. Não exerce qualquer mandato em Conselho Fiscal ou Conselho de Administração de nenhuma empresa.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Luiz Felipe Negreiros de Sá 013.620.317-55	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 36	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Ana Silvia Matte 263.636.150-20	Outros Comitês Comitê de Talentos e Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogada 54	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
André Rocha Mahmoud 851.819.517-91	Outros Comitês Comitê de Auditoria e Compliance	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador 46	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Daniel Teruo Famano 299.262.938-32	Outros Comitês Gestão, Financeiro, Talentos e Remuneração, Auditoria e Compliance, Novas Tecnologias e Implantação	Membro do Comitê (Efetivo)	engenheiro 33	18/03/2013 18/03/2013	até 30/05/2014
Douglas Braga Ferraz de Oliveira 788.887.516-53	Outros Comitês Comitê de Auditoria e Compliance, Financeiro, Talentos e Remuneração, Novas Tecnologias e Prospecção	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 38	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Evandro Leite Vasconcelos 251.704.146-68 Membro Efetivo do Conselho de Administração	Outros Comitês Comitê de Gestão	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 55	21/09/2012 21/09/2012	até 30/05/2014
Gilberto José Cardoso 278.407.606-78 Membro Suplente do Conselho de Administração	Outros Comitês Comitê de Gestão e Comitê de Implantação	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 52	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Luiz Fernando de Almeida Guimarães 267.314.447-15	Outros Comitês Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 54	17/12/2012 17/12/2012	até 30/05/2014

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Luíz Fernando de Almeida Guimarães 267.314.447-15	Outros Comitês Comitê de Implantação	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 54	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Renato do Amaral Figueiredo 146.623.258-70	Outros Comitês Comitê de Auditoria e Compliance, Implantação e Novas Tecnologias e Prospecção	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 41	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Membro efetivo do Conselho de Administração.					
Ricardo Lopes Delneri 157.602.498-94	Outros Comitês Comitê Financeiro, Talentos e Remuneração e Gestão	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador 41	30/05/2012 30/05/2012	2 anos
Presidente do Conselho de Administração.					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui relações familiares entre seus controladores e administradores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2011			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rodrigo Matos Huet de Bacellar Membro Independente Efetivo do Conselho de Administração	068.386.827-61	Subordinação	Credor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Superintendente de Insumos Básicos	33.657.248/0001-89		
<u>Observação</u>			
O Sr. Rodrigo foi eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/04/2013			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Joaquim Dias de Castro Membro Independente Suplente do Conselho de Administração da Companhia	909.933.140-15	Subordinação	Credor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Gerente de Mercado de Capitais	33.657.248/0001-89		
<u>Observação</u>			
O Sr. Joaquim foi eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/04/2013			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia possui uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil Geral dos Administradores (“D&O”), contratada com a Ace Seguradora S.A., com cobertura extensiva às suas controladas para reparação de danos causados a terceiros, decorrentes da má conduta dos diretores, acionistas, controladores e administradores no exercício das atividades. Referida apólice de seguro D&O possui limite máximo de indenização fixado em R\$30,0 milhões e vigência até 18 de dezembro de 2012.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Atuação dos Membros da Administração em Outras Organizações:

O Sr. **Renato do Amaral Figueiredo** atua como Diretor de Energia na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Diretor Regional (regiões Sudeste, Centro-Oeste e Leste) na Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEÓLICA e como conselheiro na Câmara Técnica de Energia – Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI do estado da Bahia.

O Sr. **Ricardo Lopes Delneri** é membro efetivo do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – ABRAGEL.

O Sr. **Carlos José Teixeira Correa** atua como conselheiro na Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade S/A.

O Sr. **Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior** atua como Conselheiro Fiscal da Gafisa S.A. e da Construtora Tenda S.A.

O Sr. **Mailson Ferreira da Nóbrega** atua como conselheiro no Conselho de Administração nas seguintes empresas: Grendene S/A, Tim Participações S/A, Cosan S/A, Rodobens Negócios Imobiliários S/A, Arteb S/A, Banco Pine S/A, Fertilizantes Heringer S/A, Portobello S/A, Solvay S/A, Veracel Celulose S/A e no Conselho Consultivo da Cia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar).

O Sr. **Geoffrey David Cleaver** atua como conselheiro da Haztec Investimentos e Participações SA e é membro da diretoria do Hospital Samaritano de Sao Paulo.

O Sr. **Rubens Brandt** é membro da Diretoria do Grupo Energia – Engenharia, Consultoria, Gerenciamento e Operação e Manutenção de Usinas Ltda., da Energia Consult – Engenharia, Consultoria e Gerenciamento de Projetos Ltda. e da Enex O&M – Operação e Manutenção de Usinas Ltda. Atua também como membro do Conselho de Administração na Enex O&M e no Conselho Consultivo da Sociedade B. Hospital Israelita Albert Einstein.

O Sr. **Marcelo Faria Parodi** atua no Conselho de Administração da Eucatex S.A. Indústria e Comércio e no Conselho de Administração da BRIX Energia e Futuros S.A.

O Sr. **Eduardo Munemori** ocupa o cargo de Diretor na Explora Investimentos Gestão de Recursos Ltda.

12.12 - Outras informações relevantes

O Sr. **Alexandre Braguetta** é membro do comitê de Investimentos da Explora Investimentos Gestão de Recursos Ltda.

O Sr. **Paulo Roberto Ribeiro Pinto** é diretor de Novos Negócios e institucional da Light S.A.

O Sr. **Fernando Henrique Schuffner Neto** é membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros, membro do Conselho de Administração da CEMIG, membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema (ONS), membro do Conselho de Administração da Light S.A. e desde 2010 é diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas da CEMIG.

O Sr. **Gilberto José Cardoso** é membro dos Conselhos de Administração da Lightger S.A. e Santo Antonio energia S.A

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A) objetivos da política ou prática da remuneração;

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses e objetivos da Companhia; e (iii) atrair e reter profissionais de qualidade.

B) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa mensal com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; e (ii) opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida. A Companhia não possui um Conselho Fiscal instaurado.

A Companhia não remunera seus administradores e empregados por participação em comitês.

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração é formada por: (i) membros independentes: (x) remuneração fixa mensal; (y) não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos e não recebem remuneração variável; (ii) membros efetivos: não recebem remuneração fixa ou variável e não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

A tabela abaixo apresenta as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia em relação ao exercício social encerrado em **2011**, considerando nossa política de remuneração em vigor:

Órgão	Fixo	Benefícios	Bônus	Ações
Diretoria Estatutária	35%	8%	N/A	57%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	N/A
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A remuneração fixa dos administradores da Companhia é reajustado anualmente tendo como base a variação aplicada pelos acordos coletivos e mediante a *performance* no caso dos diretores estatutários.

Não há uma regra específica de reajuste para os demais elementos da remuneração, uma vez que são reajustados de acordo com os valores do mercado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa alinhar os interesses e reter profissionais de qualidade. A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar.

C) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A remuneração fixa não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável (bônus e opção de compra de ações) é estabelecida com base na *performance* pessoal dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas.

O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da remuneração variável dos membros da administração é a geração de valor para Companhia, por meio da evolução na implantação de empreendimentos de geração de energia.

D) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e

Embora a Companhia considere índices de desempenho para a determinação da remuneração variável, conforme indicado no item “C” acima, a Companhia não adota mecanismos formais e estruturados para avaliar a evolução de referidos indicadores de desempenho. Como regra geral, são regularmente realizadas reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, o qual assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

E) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

O formato da remuneração acima descrito busca incentivar os administradores e empregados, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os interesses da Companhia e dos acionistas. Buscamos obter tal alinhamento por meio das seguintes perspectivas:

- (i) No curto prazo: remuneração fixa e benefícios compatíveis com o mercado;
- (ii) No médio e longo prazos: outorga de opções de compra de nossas ações.

F) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os administradores da Companhia não recebem remuneração de suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

G) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,33	5,83		15,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	96.000,00	1.789.435,40		1.885.435,40
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	24.000,00	0,00		24.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	105.500,00		105.500,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	9.227.900,40		9.227.900,40
Observação	Durante o exercício social de 2011, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração.			
Total da remuneração	120.000,00	11.122.835,80		11.242.835,80

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,25	5,00		12,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	108.000,00	1.613.666,48		1.721.666,48
Benefícios direto e indireto	0,00	30.021,98		30.021,98
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	684.861,08		684.861,08
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	28.000,00	0,00		28.000,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	Em janeiro, novembro e dezembro de 2010 a Renova possuía 3 membros do Conselho de Administração remunerados e nos meses de fevereiro à outubro de 2010 a Renova possuía 2 membros do Conselho de Administração remunerados.			
Total da remuneração	136.000,00	2.328.549,54		2.464.549,54

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	144.000,00	1.809.166,48		1.953.166,48
Benefícios direto e indireto	0,00	24.989,94		24.989,94
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	86.666,67		86.666,67
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	32.000,00	0,00		32.000,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	Durante o exercício social de 2009, a Companhia possuía 6 membros no Conselho de Administração dos quais 3 eram remunerados.			
Total da remuneração	176.000,00	1.920.823,09		2.096.823,09

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2012

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	5	N/A	19
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2011

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	7	N/A	21
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2010

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	11	5	N/A	16
Bônus	N/A	R\$320.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

* - Vide item 13.1 para informações sobre as opções outorgadas aos nossos administradores no âmbito do nosso plano de opção de ações.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2009

(em milhões de reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7	5	N/A	12
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) Termos e condições gerais

A Companhia poderá outorgar, a critério do Conselho de Administração, opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria. As opções são outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem como principal objetivo atrair e reter profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores, Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à criação de valor e à expansão da capacidade instalada da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano constitui instrumento de incentivo para o melhor desempenho individual e para o comprometimento dos administradores da Companhia, estimulando o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. O plano de remuneração baseado em opções de ações privilegia a meritocracia e as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a criação de valor e a expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano, incentivamos a permanência de nossos executivos em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua performance, a Companhia passa a ter recursos para manter executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento.

f) Número máximo de ações abrangidas

O plano pode abranger até 5% das ações de emissão da Companhia. Considerando a quantidade de ações emitidas pela Companhia nesta data, esse total atingiria 9.789.921 ações.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Observado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano, não há número máximo de opções a serem outorgadas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

h) Condições de aquisição de ações

As condições para aquisição de ações são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

As opções já outorgadas tiveram seu preço de aquisição fixada com base no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do contrato de outorga com o respectivo participante.

k) Forma de liquidação

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato, preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos outras formas, condições e prazos de pagamento.

l) Restrições à transferência das ações

O beneficiário só poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano, desde que sejam respeitadas todas as condições previstas no contrato, no Plano, na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na legislação e regulamentação aplicáveis.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto na hipótese de desligamento do administrador por justa causa:

(i) em caso de desligamento por iniciativa do participante ou da companhia, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e

(ii) o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

se, sem justa causa, o participante terá direito a exercer parte das opções que já lhe tenham sido outorgadas, em proporção a ser determinada de acordo com deliberação do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento do participante da companhia, as opções outorgadas nos termos do Plano voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

(i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano; e

(ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Além dessas regras gerais disciplinadas pelo Plano, os contratos de cada participante podem prever algumas situações específicas, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos nossos Conselheiros e Diretores, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações emitidas, em 31 de dezembro de 2011:

ÓRGÃO	Quantidade de Ações em 31/12/2011			
	ON	% ON	PN	% PN
Conselho de Administração	250.866	0,17%	463.332	0,92%
Diretoria	113.738	0,08%	227.471	0,45%

* Os Diretores que detém ações de emissão da Companhia fazem parte do Conselho de Administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2011

Diretoria Estatutária				
	3	1	1	4
Nº de membros de tiveram opções outorgadas				
Data da outorga	10/08/2011 ⁽¹⁾	09/06/2011	04/04/2011	08/12/2010
Quantidade de opções outorgadas	62.847 units	48.000 units	125.000 units	147.450 units
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	imediato após outorga	25% do total a cada 6 meses a partir de 04.04.2011	imediato após outorga	imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit	R\$ 0,34/ unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

⁽¹⁾ Quantidade de units outorgadas reatificadas em RCA de 15/08/2011.

⁽²⁾ Não houve opções outorgadas a membros do Conselho de Administração

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2011	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	36.000 units ⁽¹⁾
Data em que se tornarão exercíveis	⁽²⁾
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$0,34/unit
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$0,34/unit
Opções exercíveis ⁽³⁾	
Quantidade	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

⁽¹⁾ Quantidade restante das 48.000 units outorgadas em RCA 09.06.2011. Vide item 13.6.

⁽²⁾ Conforme regras da outorga realizada em RCA 09.06.2011, por se tratar da continuação desta. Vide item 13.6.

⁽³⁾ Não houve opções exercíveis ao final do exercício social encerrado em 31.12.2011

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Não houve opções exercidas, tampouco ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos exercícios sociais de 2009 e 2010, para o exercício das opções em 2011 vide item 13.6.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não utiliza modelos de precificação para as opções de compra de ações. Vide item 13.4.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	5,83	5,00	5,00	9,33	7,25	6,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.252.500,00	408.333,24	495.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	119.700,00	90.000,00	180.000,00	60.000,00	4.000,00	56.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.906.771,85	465.709,91	384.164,62	60.000,00	60.444,44	58.666,67

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração**

31/12/2011	Para calcular o valor médio da remuneração, a Companhia considerou somente 2 membros, visto que os demais não são remunerados.
31/12/2010	Para calcular o valor médio da remuneração, a Companhia considerou somente 2,25 membros (3 membros em janeiro, novembro e dezembro e 2 membros de março à outubro), visto que os demais não são remunerados.
31/12/2009	Para calcular o valor médio da remuneração, a Companhia considerou somente 3 membros, visto que os demais não são remunerados.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

A Companhia não oferece arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/11	dez/10	dez/09
Diretoria Estatutária	31%	22%	42%
Conselho de Administração*	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	-	-	-

* Os Srs. Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior e Mailson Ferreira da Nóbrega são os únicos membros do Conselho de Administração que são remunerados.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos exercícios sociais encerrados em 2009, 2010 e 2011, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia não receberam qualquer valor por qualquer razão, que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Nos exercícios sociais encerrados em 2009, 2010 e 2011, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia não receberam qualquer valor reconhecido no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

A) NÚMERO DE EMPREGADOS (TOTAL, POR GRUPOS COM BASE NA ATIVIDADE DESEMPENHADA E POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA):

Em 31 de maio de 2011, contamos com 76 funcionários. A tabela a seguir indica o número de empregados por localização geográfica e atividade desempenhada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, bem como no período de em 31 de maio de 2011:

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários em				Total da Localização geográfica em			
		31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009	31.05.2011	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009	31.05.2011
SP	Administração	-	5	5	20				
	Operacional	-	-	2	11	1	8	10	44
	Diretoria	1	3	3	03				
BA	Administração	3	7	7	28				
	Operacional	6	14	15	23	11	23	24	33
	Diretoria	2	2	2	2				
MG	Administração	-	1	3	4				
	Operacional	-	3	4	4	-	5	7	8
	Diretoria	-	1	-	-				
TO	Administração	-	1	1	1				
	Operacional	-	-	-	-	-	1	1	1
	Diretoria	-	-	-	-				
	Total Geral	12	37	42	76	12	37	42	76

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 30 de junho de 2010, contávamos com 5 prestadores terceirizados, que assessoram os departamentos internos no desenvolvimento de novos projetos de PCHs e centrais geradoras eólicas.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

ALTERAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 14.1 ACIMA:

O crescimento do nosso quadro de colaboradores desde 2007 até 2011 deu-se, em especial, pelo crescimento das atividades de prospecção de novos projetos e do desenvolvimento do nosso portfólio de projetos hídricos e eólicos e implantação dos parques eólicos do LER 2009. Esse desenvolvimento demandou o aumento do corpo técnico e do corpo administrativo de apoio.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA, INFORMANDO:

a) política de salários e remuneração variável

Consideramos nossa política de recursos humanos como parte integrante de nossa estratégia empresarial. Por isso, praticamos uma administração de recursos humanos transparente, na qual o foco principal é a constante valorização e desenvolvimento dos talentos.

Nossa área de recursos humanos mantém foco na contratação de profissionais éticos, qualificados e com disposição para enfrentar e superar desafios. Buscamos incentivar condições de desenvolvimento contínuo a todos os nossos colaboradores através de programas de capacitação, desenvolvimento e qualificação profissional, além de oferecermos uma remuneração variável atrelada ao atingimento de metas e resultados, por meio da outorga de opções no âmbito do nosso plano de opção de ações.

b) política de benefícios

Oferecemos aos nossos empregados um pacote de benefícios, dentre os quais destacamos vale-refeição, assistência médica hospitalar e dentária e seguro de vida, os quais são integralmente custeados pela Companhia.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Possuímos um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2010, segundo o qual podemos outorgar opção de compra ou subscrição de nossas ações ou units, sem direito de preferência para os nossos acionistas, em favor de administradores e empregados da Companhia, bem como de pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, respeitando sempre o limite máximo de 5% do total de ações representativas do capital social da Companhia.

Para obter mais informações sobre nosso Plano de Opção de Compra de Ações, consulte a seção “Remuneração dos Administradores”, contida no item “13” deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

RELAÇÕES ENTRE A COMPANHIA E SINDICATOS:

Nunca houve qualquer greve nas empresas do nosso grupo. Temos um bom relacionamento com os sindicatos que representam nossos empregados, que são o Sindicato dos Eletricitários da Bahia, Sindicato de Engenheiros do Estado de Minas Gerais, Sindicato de Engenheiros do Estado da Bahia e Sindicato dos Eletricitários do Estado de São Paulo. Estamos em processo de sindicalização em todas nossas localidades.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Santa Bárbara Fundo de Investimento em Participações - FIP Santa Bárbara						
12.907.121/0001-09	brasileira-SP	Não	Não	03/05/2011		
	4.666.932	3,000000%	9.333.860	12,700000%	14.000.792	6,100000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Light Energia S.A						
01.917.818/0001-36	brasileira-RJ	Sim	Sim	17/08/2011		
	50.561.797	32,300000%	0	0,000000%	50.561.797	22,100000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	brasileira-SP	Sim	Não	06/11/2012		
	9.311.425	5,900000%	18.622.850	25,300000%	27.934.275	12,100000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental - FIP Caixa Ambiental						
08.576.668/0001-93	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2010		
	5.470.293	3,500000%	10.940.586	14,900000%	16.410.879	7,100000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
RR Participações S.A						
09.207.533/0001-13	brasileira-SP	Sim	Sim	14/02/2011		
	69.453.904	44,400000%	573.416	0,800000%	70.027.320	30,400000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Infrabrasil Fundo de Investimento S.A						
07.452.281/0001-62	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2010		
	11.651.467	7,400000%	23.302.933	31,700000%	34.954.400	15,200000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Banco Santander S.A						
90.400.888/0001-42	brasileira-SP	Não	Não	24/02/2011		
	2.281.404	1,500000%	4.562.808	6,200000%	6.844.212	3,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	3.110.793	2,000000%	6.187.397	8,400000%	9.298.190	4,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	156.508.015	100,000000%	73.523.850	100,000000%	230.031.865	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Light Energia S.A				01.917.818/0001-36	
Light S.A.					
03.378.521/0001-75	brasileira-RJ	Sim	Sim	30/11/2005	
77.421.581	100,000000	0	0,000000	77.421.581	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	77.421.581	100,000000	0	0,000000	77.421.581 100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RR Participações S.A				09.207.533/0001-13	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Renato do Amaral Figueiredo					
146.623.258-70	brasileiro-SP	Não	Não		
1.519.957	35,000000	0	0,000000	1.519.957	35,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Ricardo Lopes Delneri					
157.602.498-94	brasileira-SP	Não	Não		
2.822.778	65,000000	0	0,000000	2.822.778	65,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL	4.342.735	100,000000	0	0,000000	4.342.735
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Light S.A.				03.378.521/0001-75	
Alliance Bernstein L.P.					
	brasileira	Não	Não	31/12/2011	
10.413.567	5,106340	0	0,000000	10.413.567	5,106340
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BNDESPAR					
00.383.281/0001-09	brasileira-RJ	Não	Não	30/06/2010	
29.008.782	14,224589	0	0,000000	29.008.782	14,224589
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)					
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Sim	Sim	25/03/2010	
53.152.298	26,063473	0	0,000000	53.152.298	26,063473
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luce Empreendimentos e Participações S.A (Lepsa)					
11.429.117/0001-01	brasileira-RJ	Sim	Sim	25/03/2010	
26.576.149	13,031736	0	0,000000	26.576.149	13,031736
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Light S.A.				03.378.521/0001-75	
OUTROS					
58.207.114	28,542125	0	0,000000	58.207.114	28,542125
RME - Rio Minas Energia Participações S.A					
07.925.628/0001-47	brasileira-RJ	Sim	Sim	25/03/2010	
26.576.150	13,031737	0	0,000000	26.576.150	13,031737
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
203.934.060	100,000000	0	0,000000	203.934.060	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDESPAR				00.383.281/0001-09		
BNDES						
33.657.248/0001-89	brasileira	Não	Não	30/06/2010		
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)				17.155.730/0001-64	
Ações em Tesouraria					
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	290.920	0,075732	290.920	0,042631
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Andrade Gutierrez (AGC) Energia S.A.					
11.221.326/0001-65	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
98.321.592	32,963993	0	0,000000	98.321.592	14,407897
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
BlackRock, Inc.					
		Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	36.104.343	9,398626	36.104.343	5,290676
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Estado de Minas Gerais e outras entidades do Estado					
	brasileira-MG	Não	Sim	30/06/2010	
151.993.292	50,958347	0	0,000000	151.993.292	22,272867
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)				17.155.730/0001-64		
Lazard Asset Management LLC						
		Não	Não	31/12/2011		
0	0,000000	28.673.232	7,464171	28.673.232	4,201732	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
47.954.784	16,077660	319.076.419	83,061471	367.031.203	53,784197	
TOTAL						
298.269.668	100,000000	384.144.914	100,000000	682.414.582	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)				11.429.117/0001-01	
Andre Fernandes Bereguer					
		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cesar Vaz de Melo Fernandes					
		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristiano Correa de Barros					
		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luce Brasil FIP					
07.665.283/0001-30	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
177.328.389	99,999996	0	0,000000	177.328.389	99,999996
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Luce Empreendimentos e Participações S.A (Lepsa)				11.429.117/0001-01		
Mario Antonio Thomazi						
		Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
177.328.393	100,000000	0	0,000000	177.328.393	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RME - Rio Minas Energia Participações S.A				07.925.628/0001-47	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Redentor Energia					
12.126.500/0001-53	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
709.309.572	100,000000	0	0,000000	709.309.572	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	709.309.572	100,000000	0	0,000000	709.309.572
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Andrade Gutierrez (AGC) Energia S.A.				11.221.326/0001-65	
AGC Participações Ltda.					
03.601.304/0001-00	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
25	0,500000	25	0,500000	50	0,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A.					
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2010	
4.975	99,500000	4.975	99,500000	9.950	99,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	5.000	100,000000	5.000	100,000000	10.000
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES				33.657.248/0001-89	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
União					
	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Luce Brasil FIP				07.665.283/0001-30	
Luce LLC					
	estrangeira	Não	Não	07/07/2011	
133.067.080	75,000000	0	0,000000	133.067.080	75,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	29/07/2011	
44.355.693	25,000000	0	0,000000	44.355.693	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	177.422.773	100,000000	0	0,000000	177.422.773
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Redentor Energia				12.126.500/0001-53	
OUTROS					
49.809.263	45,920000	0	0,000000	49.809.263	45,920000
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	23/05/2011	
58.671.565	54,080000	0	0,000000	58.671.565	54,080000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
108.480.828	100,000000	0	0,000000	108.480.828	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Estado de Minas Gerais e outras entidades do Estado					
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGC Participações Ltda.				03.601.304/0001-00		
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A						
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2010		
29.170.181	99,999825	0	0,000000	29.170.181	99,999825	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Andrade Gutierrez S.A						
17.262.197/0001-30	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010		
51	0,000175	0	0,000000	51	0,000175	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	29.170.232	100,000000	0	0,000000	29.170.232	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A				03.601.314/0001-38		
AG Invest Fundo de Investimento em Participações						
	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010		
4.806.293	8,656029	4.806.294	8,626032	9.612.587	8,656031	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Andrade Gutierrez Participações S.A						
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010		
42.464.341	76,477355	40.634.482	73,211826	83.098.823	74,829590	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
IFC - International Finance Corporation						
	americana	Não	Não	30/06/2010		
8.246.717	14,852158	8.246.717	14,852160	16.493.434	14,852159	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
8.028	0,014458	1.837.880	3,309982	1.845.908	1,662220	
TOTAL						
55.525.379	100,000000	55.525.373	100,000000	111.050.752	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Luce LLC					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	07/07/2011	
3.849	100,000000	0	0,000000	3.849	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	3.849	100,000000	0	0,000000	3.849
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica				10.478.616/0001-26	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)					
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Sim	Sim	23/05/2011	
101.913.408	50,000000	0	0,000000	101.913.408	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Redentor Fundo de Investimento em Participações					
11.547.888/0001-01	brasileira	Sim	Sim	23/05/2011	
101.913.408	50,000000	203.826.816	100,000000	305.740.224	75,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL	203.826.816	100,000000	203.826.816	100,000000	407.653.632
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Andrade Gutierrez Participações S.A				03.601.314/0001-38	
Andrade Gutierrez S.A					
17.262.197/0001-30	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
233.761.338	99,999998	467.522.687	100,000000	701.284.025	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
5	0,000002	0	0,000000	5	0,000001
TOTAL					
233.761.343	100,000000	467.522.687	100,000000	701.284.030	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Redentor Fundo de Investimento em Participações				11.547.888/0001-01	
Banco BTG Pactual S.A					
		Não	Não	23/05/2011	
142	14,285800	0	0,000000	142	14,285800
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Banco Santander Brasil S.A					
90.400.888/0001-42	brasileira	Não	Não	23/05/2011	
285	28,571400	0	0,000000	285	28,571400
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Banco Votorantim S.A					
		Não	Não	23/05/2011	
285	28,571400	0	0,000000	285	28,571400
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BB Banco de Investimento S.A					
	brasileira	Não	Não	23/05/2011	
285	28,571400	0	0,000000	285	28,571400
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Redentor Fundo de Investimento em Participações				11.547.888/0001-01	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
997	100,000000	0	0,000000	997	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A				03.601.314/0001-38	
OUTROS					
55.525.379	100,000000	55.525.373	100,000000	111.050.752	100,000000
TOTAL					
55.525.379	100,000000	55.525.373	100,000000	111.050.752	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)				17.155.730/0001-64	
OUTROS					
271.154.243	100,000000	349.222.649	100,000000	620.376.892	100,000000
TOTAL					
271.154.243	100,000000	349.222.649	100,000000	620.376.892	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Andrade Gutierrez S.A				17.262.197/0001-30	
Adminstradora São Estevão S.A					
	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.827	33,340000	477.336.173	33,340000	716.000.000	33,340000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Administradora Santana Ltda.					
16.741.134/0001-01	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.826	33,330000	477.336.173	33,330000	715.999.999	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Administradora São Miguel Ltda.					
19.135.623/0001-08	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.826	33,330000	477.336.173	33,330000	715.999.999	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	715.991.479	100,000000	1.432.008.519	100,000000	2.147.999.998
				100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Adiminstradora São Estevão S.A					
OUTROS					
13.776	0,280000	0	0,000000	13.776	0,280000
Sergio Lins Andrade					
	brasileiro	Não	Não		
4.986.587	99,720000	0	0,000000	4.986.587	99,720000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
5.000.363	100,000000	0	0,000000	5.000.363	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora Santana Ltda.				16.741.134/0001-01	
Angela Gutierrez					
	brasileira	Não	Não		
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristina Gutierrez					
	brasileira	Não	Não		
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Espólio de Roberto Gutierrez					
	brasileiro	Não	Não		
99.970	33,320000	0	0,000000	99.970	33,320000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
34	0,020000	0	0,000000	34	0,020000
TOTAL					
300.000	100,000000	0	0,000000	300.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora São Miguel Ltda.				19.135.623/0001-08	
Agua Branca Participações Ltda.					
07.151.347/0001-84	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.392.800	7,334387	0	0,000000	1.392.800	7,334387
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Alvaro Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.376.400	7,248025	0	0,000000	1.376.400	7,248025
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristalia Participações Ltda.					
07.147.738/0001-25	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.431.200	7,536598	0	0,000000	1.431.200	7,536598
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Flavio Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.203.600	6,338073	0	0,000000	1.203.600	6,338073
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora São Miguel Ltda.				19.135.623/0001-08	
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
200	0,001503	0	0,000000	200	0,001503
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Guvidala participações Ltda.					
07.154.488/0001-50	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.497.200	7,884150	0	0,000000	1.497.200	7,884150
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Heloisa Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.320.000	6,951027	0	0,000000	1.320.000	6,951027
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Laura Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.320.000	6,951027	0	0,000000	1.320.000	6,951027
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora São Miguel Ltda.				19.135.623/0001-08	
Luciana Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.368.000	7,203791	0	0,000000	1.368.000	7,203791
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marília Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.261.200	6,641390	0	0,000000	1.261.200	6,641390
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marrote Participações Ltda.					
07.154.654/0001-19	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.196.000	6,298052	0	0,000000	1.196.000	6,298052
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nadja Participações Ltda.					
07.154.477/0001-70	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.404.800	7,397126	0	0,000000	1.404.800	7,397126
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora São Miguel Ltda.				19.135.623/0001-08		
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Paulo Furtado de Andrade						
		Não	Não			
1.390.800	7,323855	0	0,000000	1.390.800	7,323855	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	18.990.000	100,000000	0	0,000000	18.990.000	100,000000
Travessia Participações Ltda.						
07.154.469/0001-24	brasileira	Não	Não	30/06/2010		
1.455.200	7,662981	0	0,000000	1.455.200	7,662981	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Vera Furtado de Andrade						
		Não	Não			
200	0,001053	0	0,000000	200	0,001053	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora São Miguel Ltda.				19.135.623/0001-08	
Verdigris Participações Ltda.					
07.149.689/0001-60	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.372.400	7,226962	0	0,000000	1.372.400	7,226962
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Água Branca Participações Ltda.				07.151.347/0001-84	
Camila da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000072	0	0,000000	1	0,000072
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriela Andrade da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Laura Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.392.780	99,998492	0	0,000000	1.392.780	99,998492
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Agua Branca Participações Ltda.				07.151.347/0001-84		
Mariana da Cunha Pereira						
		Não	Não			
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Rafael Andrade da Cunha Pereira						
		Não	Não			
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	1.392.801	100,000000	0	0,000000	1.392.801	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cristalia Participações Ltda.				07.147.738/0001-25		
Gabriel Donato de Andrade						
		Não	Não			
1	0,000070	0	0,000000	1	0,000070	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Heloísa Furtado de Andrade						
		Não	Não			
1.431.200	99,999930	0	0,000000	1.431.200	99,999930	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	1.431.201	100,000000	0	0,000000	1.431.201	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Guvidala participações Ltda.				07.154.488/0001-50	
Alvaro Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.497.000	99,999933	0	0,000000	1.497.000	99,999933
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000067	0	0,000000	1	0,000067
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	1.497.001	100,000000	0	0,000000	1.497.001
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Marrote Participações Ltda.				07.154.654/0001-19	
Flavio Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.196.000	99,999916	0	0,000000	1.196.000	99,999916
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000084	0	0,000000	1	0,000084
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	1.196.001	100,000000	0	0,000000	1.196.001
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nadja Participações Ltda.				07.154.477/0001-70		
Gabriel Donato de Andrade						
		Não	Não			
1	0,000071	0	0,000000	1	0,000071	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Lluciana Furtado de Andrade						
		Não	Não			
1.404.800	99,999929	0	0,000000	1.404.800	99,999929	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	1.404.801	100,000000	0	0,000000	1.404.801	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Travessia Participações Ltda.				07.154.469/0001-24	
Gabriel Donato de Andrade					
	brasileira	Não	Não		
1	0,000069	0	0,000000	1	0,000069
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.455.200	99,999931	0	0,000000	1.455.200	99,999931
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	1.455.201	100,000000	0	0,000000	1.455.201
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Verdigris Participações Ltda.				07.149.689/0001-60		
Gabriel Donato de Andrade						
		Não	Não			
1	0,000073	0	0,000000	1	0,000073	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Marilia Furtado de Andrade						
		Não	Não			
1.372.401	99,999927	0	0,000000	1.372.401	99,999927	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	1.372.402	100,000000	0	0,000000	1.372.402	100,000000

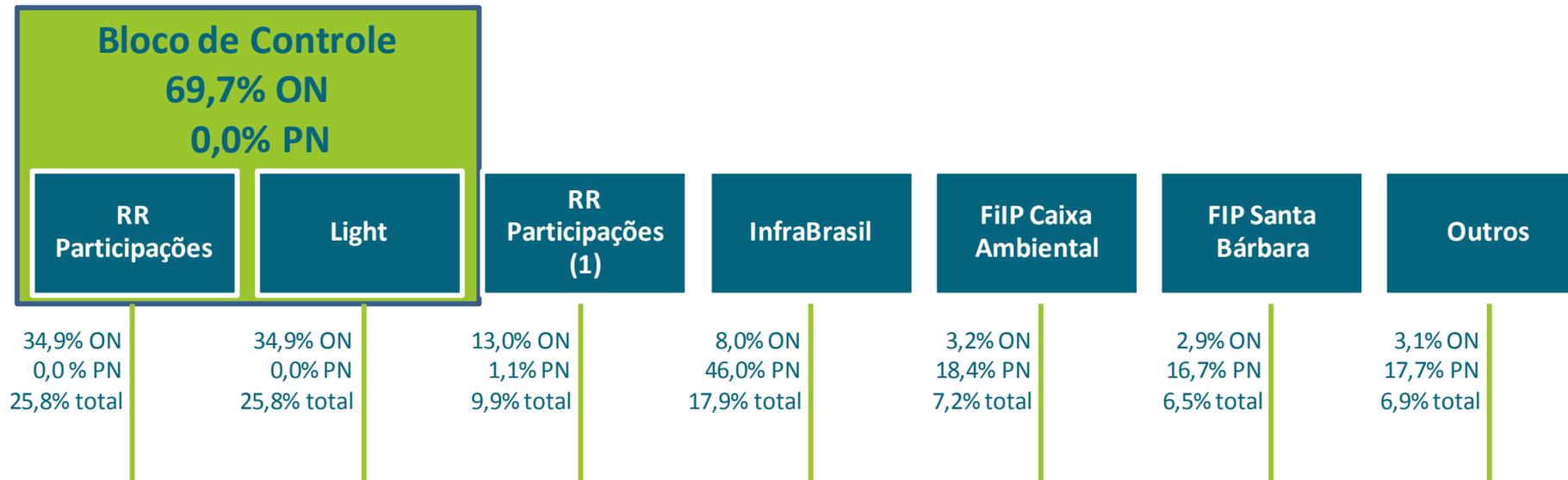
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/05/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	337
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	10
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	39

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	26.569.406	18,100000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	48.045.743	97,900000%
Total	74.615.149	38,100000%



- (1) Ações RR for a do bloco de controle
- (2) Data-Base: Abril de 2012



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja Parte

Acordo Light e RR

a) parte e b) data de celebração

Tendo em vista o ingresso da Light Energia S.A. no capital da Companhia por meio de aumento de capital realizado em 17.08.2011, a RR Participações S.A. e a Light Energia S.A. celebraram um Acordo de Acionistas visando a definição de regras de compartilhamento de controle societário da Companhia, o qual foi aditado pelas partes em 31 de agosto de 2012 (“Acordo Light e RR”).

c) prazo de vigência

O prazo é de 15 anos contados da data da assinatura (19.08.2011).

d) cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Haverá realização de reunião prévia, entre os Acionistas, antes de toda e qualquer Assembleia Geral da Companhia, e de toda e qualquer reunião do Conselho de Administração da Companhia, de forma a definir e vincular o teor do voto uniforme e em bloco a ser proferido pelos Acionistas em Assembleia Geral ou pelos Conselheiros em reunião do Conselho de Administração.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

Cada Acionista exercerá seus direitos de acionista para fazer com que o Conselho atue sempre em nome dos interesses da Companhia e compromete-se a não requerer a eleição dos membros do Conselho de Administração por meio de voto múltiplo. O Conselho será composto por 7 (sete) membros. A Light Energia S.A. e a RR Participações S.A. terão o direito de nomear, cada uma, 2 (dois) membros do Conselho, e o Infrabrazil Fundo de Investimentos em Participação, em conjunto com Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, terá o direito de nomear 1 (um) membro do Conselho. Adicionalmente, 2 (dois) conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes (cada um, designado o “Conselheiro”). Os Conselheiros serão eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não obstante qualquer disposição em contrário prevista no Acordo de Acionistas, os Acionistas não poderão Transferir quaisquer Ações Vinculadas (conforme definido no Acordo) durante o período de 4 (quatro) anos a contar da data de sua celebração, exceto: (i) por Transferências a Afiliadas e desde que o Acionista permaneça solidariamente responsável com sua Afiliada pelo cumprimento das obrigações previstas neste Acordo; e (ii) conforme disposto na Cláusula 5.3.3 do Acordo.

g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Vide item d) acima.

Acordo BNDESPAR

a) parte e b) data de celebração

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Tendo em vista o ingresso da BNDES Participações S. A. – BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no capital da Companhia por meio de aumento de capital realizado em 13.07.2012, a RR Participações S.A., a Light Energia S.A., A Light S.A., o Sr. Ricardo Lopes Delneri, o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e a BNDESPAR celebraram um Acordo de Acionistas em 06.11.2012 (“Acordo BNDESPAR”). O referido acordo não altera o controle da Companhia, que permanece regulado conforme o Acordo Light e RR.

O Acordo BNDESPAR assegura à BNDESPAR os seguintes direitos: (i) eleição de um membro no Conselho de Administração da Companhia; (ii) direito de venda conjunta em caso de alienação direta ou indireta das ações da Companhia detidas pela RR e pela Light Energia; e (iii) direito de aderir à ofertas públicas secundárias da Companhia.

c) prazo de vigência

O prazo é de 15 anos contados da data da assinatura (06.11.2012).

d) cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não há cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

A BNDESPAR terá o direito de eleger um membro do Conselho de Administração e, se for o caso, seu respectivo suplente. Para fins do exercício de tal direito, a BNDESPAR informará o nome de seu indicado aos acionistas controladores da Companhia.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Caso quaisquer dos acionistas controladores deseje transferir direta ou indiretamente, quaisquer de suas ações vinculadas, a BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir até a totalidade de suas Units ao adquirente, na mesma transação e nas mesmas condições da operação que ensejou o exercício do direito de venda conjunta, conforme disposto no Acordo BNDESPAR.

Caso haja alienação do controle da RR, a BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir até a totalidade de suas Units ao adquirente, na mesma transação e nas mesmas condições da alteração que ensejou o exercício do direito de venda conjunta, conforme disposto no Acordo BNDESPAR.

g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 17.08.2011, a Light Energia S.A., por meio de aumento de capital, subscreveu 50.561.797 ações ordinárias da Companhia e em 19.08.2011, nos termos do Fato Relevante publicado na mencionada data, integralizou referida quantidade de ações mediante aporte de R\$359.999.994,64, passando, desta forma, a fazer parte do bloco de controle da Companhia juntamente com a RR Participações S.A.

Com isso, a Light Energia S.A. passou a deter 34,44% das ações ordinárias da Companhia e 25,81% de seu capital total.

Com relação a alterações relativas aos administradores do emissor, vide itens 12.1 e subitem "e" do item 15.5.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Conforme previsto em nosso Estatuto Social, compete ao nosso Conselho de Administração deliberar sobre a celebração de contratos com partes relacionadas.

Em observância ao nosso Estatuto Social e ao artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, nossos conselheiros devem abster-se de votar com relação a qualquer matéria com a qual tenham interesse conflitante com o da Companhia.

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos que celebramos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação conosco, nossos acionistas ou administradores.

Assim, negociamos individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros.

Firmamos contratos de mútuo e de adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas (subsidiárias e/ou controladas), em decorrência de operações de gerenciamento de nosso caixa, visando conciliar o cumprimento de nossas obrigações com os prazos para obtenção dos recursos decorrentes dos financiamentos que contratamos.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
RR Participações S.A.	27/05/2009	100.000,00	243.499,75	243.499,75	Até 28/12/2013	SIM	0,500000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora ao controlador						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,5% a.a.						
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	02/01/2008	10.000.000,00	10.006,12	10.006,12	Até 28/12/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,5% a.a.						
Energética Serra da Prata S.A.	26/08/2009	13.000.000,00	12.087.208,40	12.087.208,40	Até 28/12/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo a controlada à emissora. Contrato original celebrado com o valor global de R\$10.000.000,00 e aditivo celebrado em 01/12/2011 aumentando o o valor em R\$3.000.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP +0,5% a.a.						
Renova PCH Ltda. (nova denominação das Centrais Elétricas Bela Vista Ltda.)	30/04/2010	200.000,00	6.518,54	6.518,54	Até 30/04/2013	SIM	0,250000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP +0,25% a.a.						
Nova Renova Energia S.A. (nova denominação das Centrais Elétricas Sertão Ltda.)	30/04/2010	200.000,00	7.519,24	7.519,24	Até 30/04/2013	SIM	0,500000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.	15/07/2011	273.487,23	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	Até 31/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	15/07/2011	428.533,47	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	Até 31/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	15/07/2011	234.637,08	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	Até 31/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuri aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Elétricas Tanque Ltda.	15/07/2011	241.545,82	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	Até 31/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Elétricas Seraíma Ltda.	15/07/2011	241.069,65	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	Até 31/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Elétricas Morrão S.A.	15/07/2011	253.748,36	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	Até 31/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.	20/09/2010	884.599,08	Não aplicável por tratar-se de AFAC	Não aplicável por tratar-se de AFAC	270 dias	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Bahia Eólica Participações S.A.	17/10/2011	8.000.000,00	8.045.848,17	8.045,848,17	Até 27/03/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Salvador Eólica Participações S.A.	27/05/2011	15.000.000,00	15.695.261,63	15.695.261,63	Até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas Guanmbi S.A.	27/05/2011	3.510.000,00	7.000,00	7.000,00	Até 27/05/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Renova Eólica Participações S.A.	15/09/2009	200.000,00	7.637,24	7.637,24	Até 15/09/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	30/04/2010	200.000,00	163.148,40	163.148,40	Até 30/04/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas Ametista Ltda.	25/09/2009	200.000,00	151.057,00	151.057,00	Até 25/09/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Elétricas Borgo Ltda.	30/04/2010	200.000,00	144.174,87	144.174,87	Até 30/04/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Elétricas Botuquara Ltda.	30/04/2010	200.000,00	6.037,70	6.037,70	Até 30/04/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	25/09/2009	200.000,00	175.369,80	175.369,80	Até 25/09/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TLJP + 0,25% a.a.						
Centrais Elétricas Dourados Ltda.	30/04/2010	200.000,00	159.366,18	159.366,18	Até 30/04/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP+ 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	25/09/2009	200.000,00	175.202,78	175.202,78	Até 25/09/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Elétricas Itaparica Ltda.	30/04/2010	200.000,00	6.039,97	6.039,97	Até 30/04/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Elétricas Maron Ltda.	30/04/2010	200.000,00	153.061,01	153.061,01	Até 30/04/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	30/04/2010	200.000,00	143.819,01	143.819,01	Até 30/04/2013	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas Pilões Ltda.	25/09/2009	200.000,00	171.760,12	171.760,12	Até 25/09/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas São Salvador	25/09/2009	200.000,00	7.215,81	7.215,81	Até 25/09/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	25/09/2009	200.000,00	7.215,81	7.215,81	Até 25/09/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas Igarorã S.A.	28/12/2011	1.500.000,00	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa.						
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	18/03/2011	15.319.333,27	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento para suprir necessidade de caixa.						
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	25/09/2009	200.000,00	7.215,81	7.215,81	Até 25/09/2012	SIM	0,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a.						
Centrais Eólicas da Prata S.A.	20/09/2010	652.844,48	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Elétricas Morrão Ltda. (nova denominação das Centrais Elétricas Morrinhos Ltda.)	20/09/2010	883.179,19	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuri aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Elétricas Seraíma Ltda.	20/09/2010	883.179,19	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Elétricas Tanque Ltda.	20/09/2010	790.465,49	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa						
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	20/09/2010	652.844,48	Não aplicável por se tratar de AFAC	Não aplicável por se tratar de AFAC	270 dias	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Empréstimo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento realizado para suprir necessidade de caixa.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Em relação ao conjunto de transações mencionadas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência e conforme as regras, políticas e práticas indicadas no quadro 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota uma política específica para transações com partes relacionadas, além das já previstas na legislação e nas normas regulatórias da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), inclusive com relação às práticas de governança previstas no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 2”), bem como em nosso Código de Ética e Conduta, que contém regras a respeito de conflitos de interesses.

Nos termos do Regulamento do Nível 2, nossos acionistas, administradores e membros do conselho fiscal e a BM&FBOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes deste Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Adicionalmente, a decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o respectivo membro deverá abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Em relação às transações mencionadas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, foram considerados os critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado. Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no quadro 16.2 deste

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Formulário de Referência, inclusive no que se refere à natureza e razões para a operação e as taxas de juros aplicadas, nos casos de empréstimo.

As operações e negócios com nossas partes relacionadas serão sempre pautadas em nossas políticas e na legislação e normas vigentes, que nos determinam a seguir os padrões de mercado e a amparar tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Em relação às operações de empréstimo da Companhia com suas subsidiárias, que representam o volume relevante das operações descritas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas subsidiárias para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos no quadro 16.2 acima, os quais entendemos ser compatíveis e de acordo com as práticas usuais de mercado.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
19/04/2013	1.017.569.849,21	No ato da subscrição	156.508.015	73.523.850	230.031.865
Tipo de capital	Capital Subscrito				
19/04/2013	1.017.569.849,21		156.508.015	73.523.850	230.031.865
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/04/2013	1.017.569.849,21		156.508.015	73.523.850	230.031.865
Tipo de capital	Capital Autorizado				
26/11/2012	1.502.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/05/2009	Assembleia Geral	29/05/2009	131.465.592,73	Subscrição particular	284.616	0	284.616	26,20238000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, tendo sido destinado o valor de R\$ 12.193.574,80 ao aumento de capital e R\$ 119.272.017,93 destinado à conta de reserva de ágio da Companhia.

Forma de integralização Dinheiro e direitos (debêntures da Enerbrás)

07/05/2010	Assembleia Geral	07/05/2010	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

08/07/2010	Conselho de Administração	08/07/2010	150.000.000,00	Subscrição pública	10.000.000	20.000.000	30.000.000	27,61866360	5,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------------	--------------------	------------	------------	------------	-------------	------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	20.000.000

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base no resultado processo de procedimento de coleta de intenções de investimento (processo de bookbuilding)

Forma de integralização dinheiro

09/08/2010	Conselho de Administração	09/08/2010	10.707.000,00	Subscrição pública	713.800	1.427.600	2.141.400	1,54477421	5,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	--------------------	---------	-----------	-----------	------------	------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	1.427.600

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi determinado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (processo de bookbuilding)

Forma de integralização dinheiro

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
14/02/2011	Conselho de Administração	14/02/2011	123.113,32	Subscrição particular	362.098	724.196	1.086.294	0,00037705	0,34	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	724.196

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

Forma de integralização dinheiro

04/04/2011	Conselho de Administração	04/04/2011	42.500,00	Subscrição particular	125.000	250.000	375.000	0,00013000	0,34	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	-----------	-----------------------	---------	---------	---------	------------	------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	250.000

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

Forma de integralização dinheiro

15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	63.725,52	Subscrição particular	187.428	374.856	562.284	0,00019500	0,34	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	-----------	-----------------------	---------	---------	---------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008

Forma de integralização dinheiro

25/10/2011	Conselho de Administração	17/08/2011	376.044.302,32	Subscrição particular	52.815.211	0	52.815.211	0,36990354	7,12	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------------	-----------------------	------------	---	------------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O critério para determinação do preço de emissão foi estabelecido levando em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia, em que a Administração entende ser compatível com seu valor econômico, conforme laudo de avaliação anexo à ata da RCA de 17/08/2011.

Forma de integralização dinheiro

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/01/2012	Conselho de Administração	26/01/2012	7.782,60	Subscrição particular	22.890	45.780	68.670	0,00001107	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
01/03/2012	Conselho de Administração	01/03/2012	7.480,00	Subscrição particular	22.000	44.000	66.000	0,00001064	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
30/05/2012	Conselho de Administração	30/05/2012	7.649,32	Subscrição particular	22.498	44.996	67.494	0,00001088	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
13/07/2012	Conselho de Administração	13/07/2012	314.700.407,84	Subscrição particular	24.987.244	8.730.416	33.717.660	0,44777388	9,33	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Laudo Contábil								
Forma de integralização		Moeda Corrente Nacional								
23/10/2012	Conselho de Administração	23/10/2012	1.870,00	Subscrição particular	5.500	11.000	16.500	0,00007189	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
26/11/2012	Conselho de Administração	26/11/2012	43.288,46	Subscrição particular	127.319	254.638	381.957	0,00004254	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
18/03/2013	Conselho de Administração	18/03/2013	13.298,08	Subscrição particular	39.112	78.224	117.336	0,00051008	0,34	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

Forma de integralização dinheiro

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
25/02/2010	1.086.222	0	1.086.222	108.622.200	0	108.622.200

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

No âmbito do aumento de capital deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de agosto de 2011 (“Aumento de Capital”) e considerando: (i) a subscrição e integralização de 50.561.797 (cinquenta milhões, quinhentas e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias pela Light Energia S.A.; (ii) o exercício do direito de preferência assegurado aos acionistas da Companhia, por meio do qual foram subscritas e integralizadas 2.166.016 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil e dezesseis) ações ordinárias; (iii) a subscrição e integralização das sobras, de 89.698 (oitenta e nove mil, seiscentas e noventa e oito) ações ordinárias; e (iv) o período de revisão da decisão de investimento concedido aos acionistas subscritores em decorrência da homologação parcial, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/nº 004/2011, do Parecer de Orientação CVM nº 08, de 04 de agosto de 1981 e do Aviso aos Acionistas da Companhia de 13 de outubro de 2011, por meio do qual foi verificada a reconsideração do investimento de 2.300 (duas mil e trezentas) ações ordinárias, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram em 25 de outubro de 2011, a homologação parcial de referido Aumento de Capital (“Homologação Parcial do Aumento de Capital”), dentro do limite do capital autorizado da Companhia, no valor de R\$376.044.302,32 (trezentos e setenta e seis milhões, quarenta e quatro mil, trezentos e dois reais e trinta e dois centavos) mediante a emissão de 52.815.211 (cinquenta e dois milhões, oitocentas e quinze mil, duzentas e onze) ações ordinárias. As 293.119 (duzentas e noventa e três mil, cento e dezenove) ações ordinárias não subscritas no âmbito do Aumento de Capital e remanescentes das sobras foram conseqüentemente canceladas, em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários nº 18, de 09 de maio de 2006, Processo RJ/2006/0214.

Dessa forma, em decorrência do Aumento de Capital e posterior Homologação Parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou de R\$326.743.770,59 (trezentos e vinte e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos), representado por 93.705.546 (noventa e três milhões, setecentas e cinco mil, quinhentas e quarenta e seis) ações ordinárias e 49.075.491 (quarenta e nove milhões, setenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e uma) ações preferenciais para R\$702.788.072,91 (setecentos e dois milhões, setecentos e oitenta e oito mil, setenta e dois reais e noventa e um centavos), representado por 146.520.757 (cento e quarenta e seis milhões, quinhentas e vinte mil, setecentas e cinquenta e sete) ações ordinárias e 49.075.491 (quarenta e nove milhões, setenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e uma) ações preferenciais.

Em razão do aumento do capital social deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de janeiro de 2012, o capital social da Companhia passou a ser de R\$702.795.855,51 (setecentos e dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos),

17.5 - Outras informações relevantes

representado por 145.112.655 (cento e quarenta e cinco milhões, cento e doze mil, seiscentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 50.620.933 (cinquenta milhões, seiscentas e vinte mil, novecentas e trinta e três) ações preferenciais.

Em razão do aumento do capital social deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 01 de março de 2012, o capital social da Companhia passou a ser de R\$702.803.335,51 (setecentos e dois milhões, oitocentos e três mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos), representado por 143.663.211 (cento e quarenta e três milhões, seiscentas e sessenta e três mil, duzentas e onze) ações ordinárias e 52.136.377 (cinquenta e dois milhões, cento e trinta e seis mil, trezentas e setenta e sete) ações preferenciais.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Há a possibilidade de conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, com os mesmos direitos e características das ações preferenciais já existentes, à razão de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite de 50% de ações emitidas pela Companhia para as ações preferenciais sem voto ou com voto restrito, sendo referida conversão sujeita à ratificação da Administração da Companhia. A conversão das ações ordinárias em ações preferenciais se dará mediante solicitação do seu titular, por escrito ao Diretor Presidente, que analisará a possibilidade e viabilidade da solicitação.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas titulares receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, após o recebimento integral por parte dos acionistas titulares de ações preferenciais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações ordinárias não serão negociadas isoladamente.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustados nos termos do artigo 202 das Lei das Sociedades por Ações. Para as ações preferenciais é assegurada a participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	As ações preferenciais conferem direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, quanto às seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2 e no Estatuto Social; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VIII do Estatuto Social; e(e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações Preferenciais não serão negociadas isoladamente.

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Espécie de ações ou CDA	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Outras características relevantes	A UNIT é o ativo mobiliário da Companhia negociado na BM&FBovespa composta por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

A oferta pública de aquisição de ações, acima descrita, também deverá ser efetivada: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e (ii) em caso de Alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Também estará obrigado a efetivar a oferta pública, o acionista que possuir ações da Companhia e que vier a adquirir o seu Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações. Nessa hipótese, o Adquirente deverá pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Em qualquer hipótese o Acionista Controlador Alienante e o Comprador deverão entregar à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de Alienação de Controle da Sociedade na data de fechamento de referida operação. Havendo divergência quanto à caracterização de Alienação de Controle da Companhia, quanto à obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações ou relativa às condições dessa oferta, esta divergência será dirimida por meio de arbitragem. O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações e a Companhia não registrará qualquer transferência de ações ao Comprador do

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Poder de Controle, ou àquele(s) que vier (em) a deter o Poder de Controle da Companhia, enquanto este(s) não subscrever (em) o Termo de Anuência dos Controladores.

A Companhia não registrará em sua sede qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores acima referido, que deverá ser imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**18.3. Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.**

O Estatuto Social da Companhia não prevê cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/09/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.905.965	16,10	13,45	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.052.430	22,70	14,10	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 1ª emissão
Data de emissão	18/03/2011
Data de vencimento	12/03/2012
Quantidade (Unidades)	15
Valor total (Reais)	150.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, destinada a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Todas as Notas Comerciais estavam sujeitas a resgate antecipado pela Companhia, a qualquer tempo após a data de subscrição e integralização, desde que observados os procedimentos descritos na cártula.
Características dos valores mobiliários	<p>Vencimento: 12/03/2012</p> <p>Hipótese de Resgate Antecipado: a Companhia poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Notas Comerciais a qualquer tempo após a data de subscrição e integralização.</p> <p>Juros: correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "extra-grupo", expressas na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão, acrescida de um spread anual de 3% calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de subscrição e integralização até a data do efetivo pagamento ou do resgate antecipado. Garantia: alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e todos os bens e direitos decorrentes ou relacionados a essas ações.</p> <p>Agente Fiduciário: Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, cuja remuneração compreende parcela única de R\$12.000,00 devida no dia quinto dia útil após a assinatura das Notas Promissórias. Principais deveres e atribuições contratuais do Agente Fiduciário: (i) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; (ii) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas em todos os contratos relacionados à emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento; (iii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Notas Promissórias acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações; e (iv) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições da emissão.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: A cártula estipula, ainda, certas hipóteses de vencimento antecipado, tais como (i) mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Companhia, tal como definido no artigo 116 da Lei 6.404/76; (ii) inadimplemento, pela Companhia, do pagamento de principal ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Notas Comerciais; e (iii) pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio pela Companhia sem a prévia anuência dos titulares das Notas Comerciais.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsões específicas para a alteração dos direitos assegurados. Vide item 18.10.
Outras características relevantes	Em 12/03/2012 essas Notas Promissórias foram integralmente liquidadas.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, da segunda emissão, não conversíveis em ações
Data de emissão	17/09/2012
Data de vencimento	17/09/2022
Quantidade (Unidades)	30.000
Valor total (Reais)	300.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Emissão e oferta pública de distribuição de debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM número 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A escritura prevê que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir de 17 de setembro de 2014, (i) a amortização antecipada facultativa parcial, limitada a 95% do valor nominal unitário das debêntures ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures conforme a seguir (a) do início do 25º mês até o final do 36º mês da Data de Emissão: 1,75% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (b) do início do 37º mês até o final do 48º mês da Data de Emissão: 1,50% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (c) do início do 49º mês até o final do 60º mês da Data de Emissão: 1,25% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (d) do início do 61º mês até o final do 72º mês da Data de Emissão: 1,00% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (e) do início do 73º mês até o final do 84º mês da data de Emissão: 0,75% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (f) do início do 85º mês até o final do 96º mês da Data de Emissão: 0,50% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (g) do início do 97º mês até o final do 108º mês da Data de Emissão: 0,25% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; e (h) do início do 109º mês até o final do 120º mês da Data de Emissão: não será pago prêmio sobre o valor a ser resgatado ou amortizado.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Características dos valores mobiliários

Vencimento: 17/09/2022 e possibilidade de resgate antecipado a partir de 17/09/2014.
Juros: correspondentes à variação acumulada de 123,45% das taxas médias diárias dos DI - depósitos interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressa em forma percentual ao ano, base 252 dias úteis.

Garantia: as debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional real; (i) alienação fiduciária de 100% das ações da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e (ii) cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil S.A. na qual serão depositados o (a) fluxo de dividendos distribuídos pela Enerbrás à Companhia, proveniente dos dividendos recebidos da Energética Serra da Prata S.A.; e (b) fluxo de dividendo distribuídos pela Nova Renova Energia S.A. à Companhia proveniente dos dividendos recebidos das empresas Salvador Eólica Participações S.A. e Bahia Eólica Participações S.A..

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários cuja remuneração corresponde à R\$7.000,00 anuais, devida no quinto dia útil contado a partir de 03 de setembro de 2012 e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das debêntures.

A cláusula 4.3 da escritura de emissão das debêntures prevê ainda, certas hipóteses de vencimento antecipado, tais como (i) distribuição de recursos na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) na Companhia; (b) atingido ICSD conforme definido na escritura, e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas nos termos da escritura; (ii) saída da Light Energia S.A. da gestão operacional da Companhia ou perda do poder de gestão em função de alterações no bloco de controle; (iii) redução da atual participação de 50% da Light Energia S.A. no bloco de controle da Companhia; entre outras.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Alterações nas condições das debêntures (prazos, valor, forma de remuneração das debêntures, garantia, quora, e eventos de vencimento antecipado) deverão ser aprovadas em assembleia geral de debenturistas e dependerão de aprovação de 90% das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Em 30 de novembro de 2010 foi celebrada a escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples da Espécie Quirografária da Companhia registrada em 13 de janeiro de 2011 na Junta Comercial do estado de São Paulo. Apesar de celebrada e registrada, a referida emissão não foi efetivamente subscrita e integralizada. A data da subscrição e integralização das debêntures de 2ª emissão da Companhia foi em 11 de outubro de 2012.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Os ativos da Companhia estão listadas no Nível 2 de Governança corporativa da BM&FBOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**18.7. Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**18.8. Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Em 08 de julho de 2010, foi anunciado o início de distribuição pública primária de ações da Companhia, onde foram colocadas 10.000.000 Units, onde cada uma é formada por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

A Oferta compreendeu a distribuição pública primária de 10.713.800 Units, sendo 713.800 Units referentes ao exercício parcial da opção outorgada ao BofA Merrill Lynch para atender a um eventual excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, por meio da qual captamos um montante total de R\$160.707.000,00. As Units foram ofertadas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com esforços de colocação das Units no exterior, nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América, com base em isenções de registro previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, que invistam no Brasil por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, especialmente pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM.

A Oferta foi submetida à análise da CVM em 04 de junho de 2010 e foi registrada na CVM em 12 de julho de 2010, sob o número CVM/SRE/REM/2010/014. A Oferta foi encerrada em 13 de agosto de 2010.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**18.9. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou ofertas públicas relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Outras informações relevantes

Outras Características Relevantes Relacionadas às Ações Ordinárias e Preferenciais

Ordinárias

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar a oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Preferenciais

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Para as ações preferenciais é assegurado o direito ao recebimento de um valor por ação preferencial correspondente a 100 % (cem por cento) do valor pago aos acionistas titulares de ações ordinárias na hipótese de alienação do controle da Companhia nos termos do Capítulo VII do Estatuto Social.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de recompra de ações

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes**19.4 - Outras informações relevantes**

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, e nem nos últimos três exercícios sociais, valores mobiliários mantidos em tesouraria.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	22/02/2010
Cargo e/ou função	Acionistas Controladores Diretos ou Indiretos Diretores Membros do Conselho de Administração

Principais características

A Companhia em sua Política de Negociação de Valores Mobiliários firmada em 18 de Fevereiro de 2010 fixou determinados parâmetros e limites específicos para a negociação de valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, por parte de determinadas pessoas, em atenção ao disposto no artigo 15 da Instrução CVM 358.

Esta Política de Negociação deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2008, na mencionada Instrução n 358 da Comissão de Valores Mobiliários, na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BMF&Bovespa, especialmente quanto ao dever dos Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros e Ex-Administradores de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo vedado valer-se da informação de obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários.

As obrigações previstas na Política de Negociação alcançam para fins de adesão, (i) Companhia, (ii) Acionistas Controladores, (iii) Administradores, (iv) Conselheiros, (v) Ex-Administradores, (vi) Colaboradores que o Diretor de Relações com Investidores venha a indicar, a seu exclusivo critério, como Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, conforme listagem divulgada de tempos em tempos.

Essas pessoas não podem negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de Ato ou Fato Relevante a ser divulgado pela Companhia.

Excepcionalmente, os Administradores e Conselheiros da Companhia, das Sociedades Controladas e das Sociedades Coligadas poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia se observadas as disposições do Capítulo VI da presente Política de Negociação.

Estão abrangidas nas vedações desta Política de Negociação as negociações realizadas de forma direta ou indireta por Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, definidas como: (a) Negociação Direta: negociação com Valores Mobiliários que ocorra por conta e ordem de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou a beneficie diretamente, tais como aquelas efetuadas em bolsa de valores ou mercado de balcão, cujo comitente final seja Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação; e (b) Negociação Indireta: negociação com Valores Mobiliários que tenha como beneficiária indireta Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, tais como aquelas realizadas por sociedades controladas por Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, fundo de investimento exclusivo de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou por intermédio de terceiros com quem alguma Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação tenha contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações, observadas as hipóteses de negociação autorizada, conforme abaixo descrita.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

As vedações estabelecidas na Política de negociação não se aplicam (i) no caso de as negociações com valores mobiliários da Companhia serem realizadas por fundos de investimento de que as Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação sejam quotistas, desde que tais fundos de investimento não sejam exclusivos e as decisões de negociação do administrador dos fundos de investimento não sejam influenciados pelos quotistas; e/ ou (ii) nas operações com ações da Companhia que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Companhia e nas recompras dessas ações pela Companhia, também mediante negociação privada.

Os Administradores e Conselheiros da Companhia, bem como das Sociedades Controladas e Sociedades Coligadas, podem adquirir Valores Mobiliários de emissão da Companhia no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), desde que (i) a aquisição seja realizada em conformidade com o Plano Individual de Investimento, nos termos do Capítulo VIII da Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (ii) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para a divulgação de formulários ITR e DFP.

As Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação que desejarem negociar com Valores Mobiliários deverão observar as seguintes limitações: (a) abster-se de negociar Valores Mobiliários sempre que assim determinado pelo Diretor de Relações com Investidores, pelo período por este fixado, independente de apresentação de justificativa; (b) não realizar negociações com Valores Mobiliários de forma privada, salvo se expressamente autorizadas pelo Diretor de Relações com Investidores; (c) informar previamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, a corretora a ser utilizada em qualquer negociação envolvendo Valores Mobiliários de emissão da Companhia, das Sociedades Controladoras, Controladas e Coligadas; (d) orientar e emendar os melhores esforços para que (i) o cônjuge ou companheiro; (ii) o descendente; e (iii) qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda somente negociem Valores Mobiliários nos períodos em que esteja autorizado a negociar Valores Mobiliários; e (e) abster-se de negociar com Valores Mobiliários sempre que a referida negociação puder interferir nas condições dos negócios relacionados, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, ou de suas Sociedades Controladas e Coligadas ainda que (i) após a divulgação de Ato ou Fato Relevante; ou (ii) de acordo com o Plano Individual de Investimento.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Conforme Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“ICVM 358”), a Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia (“Política de Divulgação”) consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de maio de 2008.

Enquanto o Ato ou Fato Relevante não for divulgado, todos aqueles alcançados pela Política de Divulgação deverão guardar completo sigilo a seu respeito e, quando necessária para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, dar difusão restrita, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação. Conforme estabelece o artigo 8º da ICVM 358, os Destinatários (conforme definidos na Política de Divulgação) respondem solidariamente com seus subordinados e terceiros de sua confiança pelo descumprimento do dever de guardar sigilo aqui mencionado.

Quando tratarem de informação sigilosa ou potencialmente relevante ainda não divulgada, os Destinatários, obrigatoriamente, devem: (a) reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores; (b) certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando os padrões da Companhia sobre a segurança de correspondência eletrônica; (c) encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se de seu conhecimento; e (d) comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

O Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante. Ele deve dar eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os Destinatários que tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante que já deveria ter sido divulgado têm responsabilidade subsidiária.

Observado o procedimento estabelecido no item (a) do parágrafo acima e constatada pelos Acionistas Controladores, Administradores ou Conselheiros a ocorrência de omissão na divulgação do Ato ou Fato Relevante por parte do Diretor de Relações com

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Investidores, devem aqueles cientificar imediatamente os demais membros da Diretoria da Companhia para que apreciem a matéria relativa à eventual divulgação, sem prejuízo do dever de informar o Ato ou Fato Relevante à CVM, consoante o parágrafo 2º do artigo 3º da ICVM 358. A Diretoria da Companhia dará ciência ao Destinatário comunicante, de imediato e por escrito, dessa deliberação.

O Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar legítimos interesses da Companhia. O Ato ou Fato Relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os Acionistas Controladores ou os Administradores entenderem que sua divulgação porá em risco interesse legítimo da Companhia, observando-se, adicionalmente, o que segue: (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da ICVM 358; (b) o Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais Administradores ou Acionistas Controladores da Companhia poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM. Caso esta decida pela divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante, determinará aos interessados, ou ao Diretor de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique, imediatamente à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, e o divulgue na forma do artigo 3º da ICVM 358; e (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ocorrendo situações anômalas ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item (b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá os Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

A Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia encontra-se disponível na íntegra no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.renovaenergia.com.br).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Vide item 21.1 deste Formulário de Referência.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Diretor de Relação com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.